



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Marcos Antonio Nakayama



A Coesão Por Conectores
No Português Medieval

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central
da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

N163c Nakayama, Marcos Antonio.

A coesão por conectores no português medieval / Marcos Antonio Nakayama. – Londrina, 2011.
174 f.

Orientador: Paulo de Tarso Galembeck.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa – gramática – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Língua portuguesa – Semântica – Teses. 4. Gêneros textuais – Teses. I. Galembeck, Paulo de Tarso. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 806.90-5

MARCOS ANTONIO NAKAYAMA

**A COESÃO POR CONECTORES
NO PORTUGUÊS MEDIEVAL**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como exigência parcial para a obtenção de título de mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck

LONDRINA
2011

MARCOS ANTONIO NAKAYAMA

**A COESÃO POR CONECTORES
NO PORTUGUÊS MEDIEVAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero
Universidade de São Paulo e
Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo

Prof. Dra. Esther Gomes de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de abril de 2011.

gradecimentos

*Ao meu orientador Paulo Galembeck,
pela sabedoria que me incentiva a perscrutar os desafios do conhecimento;*

*à CAPES,
pelo apoio financeiro;*

*à Rô, à Mari, à Lia, ao Ju, à Dani e aos demais colegas de mestrado,
cuja companhia tornou mais fácil esta caminhada;*

*às professoras das bancas de qualificação e defesa: Leonor, Vanderci e Esther,
pelas leituras, críticas e elogios
(especialmente à Esther,
pelas dicas de corredor);*

*ao prof. Joaquim Carvalho da Silva,
por me presentear com seu dicionário, indispensável às minhas leituras;*

*à minha família e ao Erick,
por conseguirem me fazer esquecer, várias vezes,
que eu tinha uma dissertação a escrever.*

NAKAYAMA, Marcos Antonio. **A Coesão por Conectores no Português Medieval**. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar os mecanismos coesivos por conectores no português medieval. Partiu-se do pressuposto de que essa fase da língua contava com elementos coesivos diferentes do que se encontra na moderna, mesmo tais elementos pertencendo a um grupo de palavras pouco propenso a evoluções. No latim vulgar, descartou-se quase a totalidade das variadas conjunções, e, desse modo, a fase inicial do português é cenário de um intenso processo de formação de novos termos de conexão, o qual resultou em um novo quadro de conectores a partir de advérbios, preposições e outros vocábulos ou sintagmas. O estudo de como ocorria a coesão em uma fase anterior do português poderá servir de sustentação para as teorias modernas, pois, como se sabe, a base histórica contribui para a compreensão de fenômenos atuais. Além disso, esta análise poderá apoiar a hermenêutica dos escritos primitivos, cuja construção de sentidos muitas vezes se encontra prejudicada pela distância temporal entre texto e leitor. Muitos autores sustentam a importância de conhecer os mecanismos de coesão para facilitar a interpretação textual e a construção da coerência pelos usuários. O princípio de que a coesão deve privilegiar os mecanismos de construção do texto, e não apenas categorias gramaticais, diferencia a coesão textual da gramática do período composto. Fundamenta-se, assim, a escolha da coesão como prisma da análise. Inicialmente, organizou-se uma base teórica sobre a coesão por conectores, focando as propostas que mais contribuem a esta pesquisa. Em seguida, fez-se um estudo histórico da formação tanto da língua portuguesa quanto da maioria dos seus conectores, que no latim vulgar eram bastante escassos. Finalmente, a partir dos textos medievais, analisou-se como ocorrem as relações semânticas e discursivas entre as partes de textos medievais. Além de focar os mecanismos coesivos, foram observados os conectores em uso na época antiga e a relação deles com os gêneros textuais.

Palavras-chave: Coesão; Português Medieval; Conectores.

NAKAYAMA, Marcos Antonio. **Cohesion for Connectors in Medieval Portuguese**. 2011. 174 sheets. Dissertation (Master Degree in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the cohesive mechanisms by connectors in medieval Portuguese. We started from the assumption that the medieval Portuguese had different cohesive elements than in modern language, although they belong to a group of words rather prone to changes. Vulgar Latin discarded almost all of the diverse conjunctions, and thus, the Portuguese initial phase is a scene of an intense process of forming new connection terms, which resulted in a new group of connectors from adverbs, prepositions and other words or phrases. The study of the way the cohesion happened in an Portuguese earlier phase could serve as a support to modern theories, because the historical basis contributes to understand contemporary phenomena. Moreover, this analysis may support the hermeneutics of archaic writings, which often present the construction of meaning hampered by the temporal distance between text and reader. Many authors hold up the importance of knowing the cohesion mechanisms to facilitate textual interpretation and construction of coherence by users. The principle that the cohesion should focus on the text construction mechanisms, and not only grammatical categories, distinguishes textual cohesion from compound sentences grammar. This justify the choice of cohesion as a prism of analysis. Initially, we organized a theoretical basis about cohesion connectors, focusing on the proposals that most contribute to this research. Then, we did a historical study of the formation of both the Portuguese language and the majority of its connectors, which in Vulgar Latin were very scarce. Finally, using the medieval texts we examined how the semantic and discursive relations occur within the parts of medieval texts. Besides focusing on the cohesive mechanisms, we observed the connectors in use in ancient times and their relationship with the genre.

Keywords: Cohesion; Medieval Portuguese; Connectors.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sistematização do <i>corpus</i> em grupos textuais e séculos	18
Tabela 2 – Sigla, fonte e delimitação dos textos do <i>corpus</i>	18
Tabela 3 – Diferenças entre a gramática tradicional e a Linguística Textual	34
Tabela 4 – Levantamento de ocorrências de conectores no <i>corpus</i>	78

LISTA DE ABREVIATURAS

Das referências

- C. - Capítulo
CR - Crestomatia Arcaica (NUNES, 1959)
F. - Fólio
FL - Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica (NUNES, 1932)
L. - Livro
T. - Título
TA - Textos Arcaicos (VASCONCELOS, 1959b)

Dos textos do corpus

- AFON - Ordenações afonsinas
ALCO - Regimento dos sacristães-mores do mosteiro de Alcobaça
ALVE - Livro de alveitaria
AMIG - (Cantigas de amigo)
AMOR - (Cantigas de amor)
ARIM - Livro de Josep de Arimateia
AVES - Livro das aves
BENT - Regra de S. Bento
CAVA - Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela
CICE - Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o infante D. Pedro Duque de Coimbra
CONF - Tratado de confissom
CORT - Da corte imperial
CRIS - Vita Christi
CRON - (Crônicas da Crestomatia Arcaica)
ESOP - Livro de Exopo
ESPE - O espelho de Cristina
FARE - Quem tem farelos?
FORO - Foro real
FRAD - Crônica da ordem dos frades menores
GRAL - A demanda do Santo Graal
LEAL - Leal conselheiro
LEGI - (Excertos de legislação antiga)
LINH - IV livro de linhagens
MARI - Cantigas de Santa Maria
MONT - Livro de montaria
NAUD - Nau de amores
NUNO - Cronica do condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira
ORTO - Orto do esposo

PALA	- (Poesias palacianas)
PAST	- Auto pastoril portuguez
PEDR	- Chronica del rei D. Pedro I
PEST	- Regimento proueytoso contra ha pestenença
PRIM	- Primeyra partida
PURG	- Auto da barca do Purgatório
SACR	- Sacramental
SANT	- Dos costumes de Santarém
SATI	- (Cantigas satíricas)
TEST	- Testamento de D. Afonso II
THEO	- Tratado theologico em que se prova a verdade da religião de Jesu Christo, a falsidade da lei dos judeus e a vinda do Messias
TN13	- (Textos notariais dos sécs. XII e XIII)
TN14	- (Textos notariais do séc. XIV)
TN15	- (Textos notariais do séc. XV)
TN16	- (Textos notariais do séc. XVI)
TROY	- Estoria troyana
TUND	- Visão de Túndalo
VELH	- Livro velho de linhagens
VESP	- História do mui nobre vespasiano, imperador de Roma
VIRT	- Livro da virtuosa benfeitoria

Do índice remissivo

anter.	- temporalidade anterior
causa.	- causalidade: causa
compar.	- comparação
conclus.	- causalidade: conclusão
cond.	- condicionalidade
confor.	- conformidade
conjun.	- conjunção
conseq.	- causalidade: consequência
contin.	- temporalidade: continuidade ou progressão
contraj.	- contrajunção
contras.	- contraste
disj.	- disjunção argumentativa
arg.	
disjun.	- disjunção
espec.	- especificação e exemplificação
explic.	- explicação ou justificativa
final.	- finalidade
pontual.	- temporalidade pontual
poster.	- temporalidade posterior
redef.	- correção/redefinição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

OBJETIVO GERAL	13
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	16

1 CONCEITOS E MECANISMOS DA COESÃO POR CONECTORES 21

1.1. A LINGUÍSTICA TEXTUAL E SEU OBJETO DE ESTUDO	22
1.1.1 DESENVOLVIMENTO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	23
1.1.2 CONCEITO DE TEXTO.....	27
1.2 A COESÃO TEXTUAL	28
1.2.1 CONCEITOS DE COESÃO TEXTUAL.....	30
1.2.2 DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE COESÃO E COERÊNCIA.....	31
1.2.3 DIFERENÇAS ENTRE A LINGUÍSTICA TEXTUAL E A GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	32
1.2.4 MECANISMOS COESIVOS EM TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	34
1.2.5 PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DA COESÃO	37
1.2.6 COESÃO POR CONECTORES.....	41
1.2.6.1 Relações lógico-semânticas	42
1.2.6.2 Relações discursivo-argumentativas	44
1.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	47

2 DO LATIM AO PORTUGUÊS 48

2.1 MUDANÇAS LINGUÍSTICAS.....	49
2.2 O LATIM NO IMPÉRIO ROMANO	50
2.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO LATIM VULGAR	53
2.2.2 CARACTERÍSTICAS GRAMATICAIIS DO LATIM VULGAR	55
2.3 A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS	62
2.3.1 A FORMAÇÃO DE CONECTORES NO PORTUGUÊS MEDIEVAL	64
2.3.2 A FRASE PORTUGUESA.....	71
2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS	74

3 ANÁLISE DO *CORPUS* 76

3.1 RELAÇÕES LÓGICAS.....	79
3.1.1 CONDICIONALIDADE	79

3.1.1.1 Conectores condicionais.....	83
3.1.2 CAUSALIDADE.....	86
3.1.2.1 Conectores que introduzem a causa	89
3.1.2.2 Conectores que introduzem a consequência.....	94
3.1.2.3 Conectores que introduzem a conclusão.....	96
3.1.3 FINALIDADE	99
3.1.3.1 Conectores da finalidade	101
3.1.4 DISJUNÇÃO	105
3.1.4.1 Conectores da disjunção	107
3.1.5 TEMPORALIDADE	109
3.1.5.1 Conectores que introduzem a temporalidade pontual	114
3.1.5.2 Conectores que introduzem a temporalidade anterior/posterior	116
3.1.5.3 Conectores que introduzem a continuidade ou progressão temporal..	119
3.1.6 CONFORMIDADE	121
3.1.6.1 Conectores da conformidade.....	123
3.2 RELAÇÕES DISCURSIVO-ARGUMENTATIVAS	125
3.2.1 CONJUNÇÃO.....	125
3.2.1.1 Conectores da conjunção	129
3.2.2 DISJUNÇÃO ARGUMENTATIVA	132
3.2.3 CONTRAJUNÇÃO	133
3.2.3.1 Conectores da contrajunção.....	137
3.2.4 EXPLICAÇÃO OU JUSTIFICATIVA	143
3.2.4.1 Conectores da explicação ou justificativa	1445
3.2.5 COMPARAÇÃO	146
3.2.5.1 Conectores da comparação.....	148
3.2.6 ESPECIFICAÇÃO E EXEMPLIFICAÇÃO	151
3.2.6.1 Conectores da especificação e da exemplificação	153
3.2.7 CONTRASTE	155
3.2.8 CORREÇÃO/REDEFINIÇÃO	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS 159

REFERÊNCIAS 162

ÍNDICE REMISSIVO 169

Introdução

Desde que os analistas linguísticos notaram a insuficiência dos conceitos gramaticais para o estudo dos diversos textos nas atividades humanas, a Linguística Textual começou a se formar e estabelecer novos paradigmas para a classificação dos fenômenos e mecanismos criados ou ativados na elaboração dos textos.

Um dos primeiros passos para a formação dessa nova ciência foi privilegiar os mecanismos de construção textual, e não apenas os aspectos gramaticais. Com esse propósito, os estudos da coesão adotaram uma postura diferente da tradicional gramática do período composto, a qual trata o texto como um acúmulo de frases reunidas. Para a Linguística Textual, o texto não é uma unidade gramatical, mas uma unidade de manifestação da linguagem responsável pela interação.

Em uma análise de texto, pesquisa-se a construção de sentidos do fazer textual, e os estudos da coesão focam nos elos entre as partes que compõem o conjunto do texto, os quais são responsáveis por direcionar o sentido lógico e argumentativo que se pretende atingir com a junção de informações. Daí a importância em explorar os mecanismos coesivos: ao funcionarem como uma bússola que direciona os sentidos almejados, tornam mais explícita a intenção do locutor e seu posicionamento diante das ideias proferidas. Koch (2004), citando Charolles, mostra a importância de conhecer os mecanismos de coesão para “facilitar a interpretação do texto e a construção da coerência pelos usuários” (p. 77).

Se o estudo da coesão é importante para a compreensão de qualquer atividade textual, ele se faz imprescindível nos textos mais antigos, porque, pertencendo a outra época, esses textos apresentam tanto a linguagem quanto as ideologias estranhas ao leitor atual, dificultando o entendimento. Visto que os mecanismos coesivos variam, entre outros aspectos, conforme o tempo, é certo que cada época apresenta diferentes maneiras de construir a textura do texto e estabelecer relações entre suas partes nos diferentes gêneros textuais.

A fase medieval do português foi cenário de um intenso processo de evolução de conectores. Isso porque o latim vulgar simplificou ao máximo seus mecanismos coesivos, dispensando a maioria das partículas conectoras que havia herdado. Com isso, após o latim ter derivado as línguas românicas, foi necessário estabelecer novos meios de conexão entre as partes do texto, por meio do rearranjo linguístico de certos termos e expressões, alterando-lhes o sentido e a função dentro do texto. Em meio a esse procedimento, a fase medieval depara-se com palavras de

variados sentidos e empregos, com conectores de uso indiscriminado e abusivo, e com termos cuja função coesiva ainda não é nítida nem específica.

Contudo, é evidente que, como as línguas vivas nunca concluem seu estágio evolutivo, e estão sempre em constante formação de novos conectores, esses processos são perceptíveis em qualquer recorte linguístico, às vezes mais intensamente, às vezes menos. De qualquer modo, é certo que o português passa por diferentes estágios, e em todos eles encontram-se nuances peculiares que os caracterizam. É importante conhecer essas mudanças e diferenças para compreender o processo como um todo e, particularmente à fase medieval, para permitir melhor entendimento da construção de sentidos.

Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer as estratégias coesivas dos textos medievais a fim de facilitar a construção dos sentidos dessas obras. É claro que este estudo não poderia abranger toda a ciência da coesão, e por isso focou os mecanismos de conexão entre as partes do texto, os quais, muito além de simplesmente ligar termos e orações, regulam o poder lógico e argumentativo entre as partes envolvidas. Outra importância deste estudo é contribuir para os estudos da coesão de um modo geral, pois uma base histórica permite compreender mais facilmente os fenômenos atuais. Para Mattos e Silva (1996), apesar de o português medieval ter sido já bastante estudado, quase tudo o que se produziu foi sob o foco do historicismo oitocentista. A autora lamenta que “os métodos desenvolvidos pela Lingüística do século XX pouco foram aplicados ao português arcaico” (MATTOS e SILVA, p. 46).

OBJETIVO GERAL

Investigar os mecanismos coesivos por conectores no português medieval.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organizar uma base teórica acerca da coesão, utilizando as propostas que mais contribuem para este estudo.

- Apresentar a formação da língua portuguesa a partir do latim vulgar.
- Descrever as características morfossintáticas do português medieval no que tange aos conectores.
- Analisar as relações semântico-discursivas entre termos e proposições em textos medievais, e os efeitos de sentido que eles geram.
- Contribuir para os estudos da coesão textual e dos escritos arcaicos da língua.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, seguimos o método apresentado em Galembeck (1999): o empírico-indutivo.

Método é o conjunto de regras utilizadas para solucionar um problema. Em uma pesquisa, ele define o modo como o pesquisador buscará os resultados de sua análise, bem como quais suposições guiarão o estudo (GEWANDSZNAJDEN, 1989). Em relação ao pensamento filosófico, base da discussão sobre a metodologia, Galvão (2007) afirma que o desafio do acesso ao conhecimento fez surgirem diferentes métodos de investigação, como o racionalismo, o materialismo dialético¹ e o empirismo, por exemplo.

O *método empírico*, cujo objetivo é a explicação de processos visíveis, busca formular os juízos a partir de dados observáveis pelos sentidos e pela experiência. Na área da linguagem, os trabalhos de Ferdinand de Saussure revolucionaram muitos conceitos que a ciência ainda não havia conseguido esclarecer ou precisar. Foi nessa atitude de trazer o empirismo para a linguagem que a Linguística passou a ter o *status* de ciência, motivando um grande desenvolvimento dos estudos da linguagem.

Já a *indução* é o método de averiguar casos particulares, de modo que se possam criar generalizações. Essa trajetória ascendente é feita pela observação e a partir de dados coletados em pesquisas. Bacon, grande adepto da indução e do método empírico-indutivo, acreditava que a ciência tem por objetivo estabelecer leis

¹ O racionalismo é pautado na razão, e o materialismo dialético, nas transformações históricas, no movimento contínuo.

(GALVÃO, 2007). O primeiro passo é listar exaustivamente manifestações de um fenômeno qualquer, e em seguida testá-los e analisá-los. Esse procedimento deixa claro que o método indutivo não é simplesmente um acúmulo de ocorrências, pois elas servirão para ratificar ou negar interesses e expectativas do pesquisador (GEWANDSZNAJDEN, 1989). Todos os dados devem ser analisados e as contradições devem ser encontradas.

Esta pesquisa é de caráter predominantemente qualitativo. Haverá uma fase relativamente quantitativa de busca e coleta de ocorrências de fenômenos, quando será observada a frequência em que se apresentam os dados. No entanto, o objetivo maior é observar e compreender as relações de sentido que as palavras adquirem nos contextos. Essa postura demonstra que a pesquisa qualitativa não é baseada em hipóteses pré-existentes fixas – tampouco o é a indução –, mas construídas e generalizadas a partir dos resultados observados.

Considerando as peculiaridades da linguagem, convém recordar que os gêneros e estilos da constituição dos *corpora* utilizados são bastante dinâmicos e ricos. Esse fato excluiu a possibilidade de adotar uma metodologia pautada em categorias fixas. A função do pesquisador é, então, mais que encaixar os fatos da língua a determinados padrões, “criar e recriar continuamente as categorias que tenham uma correspondência real com o objeto de estudo” (GALEMBECK, 1999, p. 111).

A abertura a fatos fora da formalização permite que os resultados possam descrever melhor os fenômenos pesquisados. Além disso, dado o objetivo da generalização, a confiabilidade da pesquisa pressupõe a estabilidade do *corpus* como um todo, além de sua concordância com os textos que não integrem o material de pesquisa, como prega a validade externa (COHEN; MANION e MORRISON, 1994).

Quando se trata de um estudo de outra fase da língua, o cuidado que o analista deve assumir é ainda maior, porque os textos analisados foram produzidos em contextos muito diferenciados, não raro obscuros ou imprecisos, sob outra cultura literária e ideológica. Com isso, percebe-se que existem duas armadilhas que devem ser superadas pelo pesquisador.

A primeira é a de analisar a linguagem arcaica com um foco contemporâneo; é imprescindível que se considere o contexto de produção de cada texto, desde a época em que foi escrito até a situação imediata da comunicação.

A segunda armadilha, muito resistente, é a de homogeneizar a linguagem da época ou do lugar estudado. É muito comum ler ou ouvir que, em certo momento, a língua “passou a ser” de outra forma. Se, atualmente, a linguagem é riquíssima em variedades, em tempos passados isso não era diferente. Portanto, o estudo diacrônico é tentador, podendo levar a generalizações equivocadas. Esse é o cuidado mais importante que se deve ter em relação à indução. Para garantir a validade das generalizações, faz-se necessário um *corpus* que seja o mais abrangente possível. Encontrar várias vezes o mesmo fenômeno em um autor, por exemplo, não significa encontrar um fenômeno característico de uma época. É indispensável que esse fenômeno seja perceptível em outros autores.

Dada essa condição prévia, a primeira preocupação é a de que o texto arcaico seja confiável, isto é, não tenha sofrido mudanças em transcrições nem tenham sido adaptados, senão ortograficamente, ao português de uma época posterior. Além disso, convém analisar textos de diferentes anos, autores, regiões e gêneros textuais.

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Com as preocupações apresentadas acima, o *corpus* selecionado para esta pesquisa buscou ser o mais abrangente possível, com atenção em selecionar autores, épocas e grupos textuais diferentes.

Quanto à autoria, apenas os textos teatrais não apresentaram diversidade, dada a escassez de dramaturgos na fase estudada. Por conseguinte, os quatro excertos do *corpus* são de autoria de Gil Vicente, cada um representando um grupo da classificação de Saraiva e Lopes (1996): teatro religioso (PURG), teatro pastoril (PAST), farsa (FARE) e alegoria de temas profanos (NAUD).

A separação por época foi a maior dificuldade na seleção do *corpus*, pela recorrente incerteza de datações e discordância entre elas. Além disso, alguns textos, como as narrativas religiosas, concentram a maioria das obras nos séculos

XIV e XV (CINTRA, 1951), e dessa forma não foi encontrado nenhum texto para representar os séculos XII, XIII e XVI. Por esses dois fatores, o que se pôde almejar foi diversificar o mais possível os textos em épocas diferentes, sempre obedecendo ao período que se classifica como medieval ou arcaico, compreendendo desde os primeiros documentos de que se tem notícia – por volta do século XIII – até a aparição das primeiras gramáticas portuguesas – meados do século XVI².

Por fim, a classificação dos trechos pelos grupos textuais é um trabalho arriscado, haja vista a natural heterogeneidade que todo texto apresenta³. A primeira divisão foi entre *prosa*, *verso* e *teatro*. Apenas os textos em prosa foram subdivididos, o que não infere que, dentro dos outros dois grupos, não haveria distinções; mas pelo fato de a prosa apresentar maior diversidade tanto de tipos quanto de gêneros textuais, esse foi o grupo escolhido para se fazerem as ramificações. Seguindo a classificação de Marcuschi (2007)⁴, optou-se por unir os tipos *argumentação* e *exposição* em um só, denominado *dissertação*. Os outros dois tipos são *narração* e *injunção*. A descrição não chegou a constituir um grupo, mas se expressou em passagens secundárias de alguns textos narrativos, e isso permitiu que ela também fosse analisada. Por fim, uma terceira subclassificação seria por gêneros textuais; no entanto, pelo fato de muitos gêneros serem muito próximos entre si nos fatores linguísticos estruturais, optou-se por fazer uma classificação por “grupos”, considerando as afinidades linguísticas e temáticas entre eles. Para isso, adotou-se como base a bibliografia de Cintra (1951).

Juntando-se os excertos, cada grupo de textos apresenta em média 55.000 caracteres (incluindo espaços). O quadro a seguir sistematiza a seleção feita:

² Conforme estudo apresentado na seção 2.3 desta pesquisa.

³ Conforme seção 1.2.4.

⁴ Apresentada na seção 1.2.4 deste trabalho.

Tabela 1 – Sistematização do *corpus* em grupos textuais e séculos

GRUPO		SÉCULO				
		XII/XIII	XIV	XV	XVI	
PROSA	Dissertação	Textos notariais	TN13 TEST	TN14	TN15	TN16
		Prosas moralísticas		THEO	CICE LEAL VIRT	ESPE
		Tratados técnicos		AVES ALVE	PEST MONT CAVA	
	Narração	Historiografia	VELH		PEDR CRON NUNO	
			LINH			
		Novelística/ fábulas		ARIM GRAL TROY ESOP	VESP	
	Narrativas religiosas		TUND FRAD CORT	ORTO CRIS		
	Injunção	Textos jurídicos	LEGI FORO PRIM	SANT	AFON	
		Regras monásticas			CONF ALCO	SACR BENT
	VERSO			AMOR AMIG SATI MARI	PALA	
TEATRO					PURG PAST FARE NAUD	

As siglas das obras referem-se aos seguintes textos:

Tabela 2 – Sigla, fonte e delimitação dos textos do *corpus*

	Título do texto	Fonte	Excerto
AFON	Ordenações afonsinas	Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V (1972)	L. 2: T. 31 e 71.
ALCO	Regimento dos sacristães-mores do mosteiro de Alcobaça	PEREIRA (1911)	Na íntegra.
ALVE	Livro de alveitaria	NUNES (1959): pp. 87-88. VASCONCELOS (1959b): pp. 44-45.	
AMIG	(Cantigas de amigo)	NUNES (1959): Simples- I, II, III, V, VIII, X, XIV; Dialogadas- I a III; Tenções de amigo- II, III. Paralelísticas: Simples- I, II, III, IV, VI; Dialogadas- I, II; Tenções de amigo- I, II.	

	Título do texto	Fonte	Excerto
AMOR	(Cantigas de amor)	NUNES (1959): Simples- I a X; Dialogadas- I, III, V; Tenções de amor- I, II.	
ARIM	Livro de Josep de Arimateia	NUNES (1959)	pp. 74-79.
AVES	Livro das aves	AZEVEDO (1925)	pp. 141-147.
BENT	Regra de S. Bento	Regra de S. Bento (s/d)	F. 15-18.
CAVA	Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela	CIPM	L. 1: C. 18-21.
CICE	Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o infante d. Pedro Duque de Coimbra	Livro dos ofícios (1948)	L. 1: C. 10-12; L. 2: C. 8.
CONF	Tratado de confissom	MACHADO (1999)	pp. 12-17.
CORT	Da corte imperial	NUNES (1959): pp. 93-97. NUNES (1932): pp. 106-108.	
CRIS	Vita Christi	NUNES (1959): pp. 122-124. NUNES (1932): pp. 113-115.	
CRON	(Crônicas da Crestomatia Arcaica)	NUNES (1959): pp. 128-141, exceto: pp. 133, 134, 138 e texto XIII.	
ESOP	Livro de Exopo	CALADO (1994)	Fábulas 8, 12, 14, 31, 32, 41, 50, 52.
ESPE	O espelho de Cristina	NUNES (1959)	pp. 147-148.
FARE	Quem tem farelos?	VICENTE (1958)	Fragmentos.
FORO	Foro real	CIPM: F. 72r-74r e 76v-78r. NUNES (1959): pp. 8-10 (texto IV e V).	
FRAD	Crônica da ordem dos frades menores	VASCONCELOS (1959b): pp. 62-63. NUNES (1932): pp. 93-95. NUNES (1959): pp. 85-87.	
GRAL	A demanda do Santo Graal	CIPM	T. 118-122.
LEAL	Leal Conselheiro	CIPM	C. 25 e 30.
LEGI	(Excertos de legislação antiga)	NUNES (1959): pp. 3-12, exceto: textos III, IV e V. VASCONCELOS (1959b): pp. 36-40.	
LINH	IV livro de linhagens	NUNES (1959): pp. 13-25, exceto: pp. 16, 20, 21 e textos III e VI.	
MARI	Cantigas de Santa Maria	METTMANN (1961)	Cantigas 6, 14, 17, 71, 104, 132, 147, 266, 286 (fragmentos).
MONT	Livro de montaria	NUNES (1959): pp. 111-114. VASCONCELOS (1959b): pp. 72-74.	
NAUD	Nau de amores	VICENTE (1958)	Fragmentos.
NUNO	Cronica do condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira	Chronica do Condestabre de Portugal (1911)	C. 1 e 2.
ORTO	Orto do esposo	CIPM	Prólogo e C. 1.
PALA	(Poesias palacianas)	NUNES (1959): Cantigas- I a XX, XXIII; Esparças- III, IV; Vilancetes- I, II; Rifões- I; Trovas- I.	
PAST	Auto pastoril portuguez	VICENTE (1958)	Fragmentos.
PEDR	Chronica del rei D. Pedro I	LOPES (1895)	C. 1 e 2.
PEST	Regimento proueytoso contra ha pestenença	ROSA (2005)	C. 1 a 4.
PRIM	Primeyra partida	CIPM	T. 11: Leis 1-7.
PURG	Auto da barca do purgatório	VICENTE (1958)	Fragmentos.
SACR	Sacramental	VERCIAL (1502)	C. 142-158.
SANT	Dos costumes de Santarém	CIPM	T. 1 a 50.
SATI	(Cantigas satíricas)	NUNES (1959): I a V e VIII a XXVIII.	

	<i>Título do texto</i>	<i>Fonte</i>	<i>Excerto</i>
TEST	Testamento de d. Afonso II	CIPM	Na íntegra.
THEO	Tratado theologico em que se prova a verdade da religião de Jesu Christo, a falsidade da lei dos judeus e a vinda do messias	PEREIRA (1911)	pp. 319-328.
TN13	(Textos notariais dos sécs. XIII)	CIPM	CHP001, DN003, DN007.
TN14	(Textos notariais do séc. XIV)	CIPM	HGP010, CHP081, TOX015.
TN15	(Textos notariais do séc. XV)	CIPM	HGP017, CHP170.
TN16	(Textos notariais do séc. XVI)	CIPM	DN203, CHP208, HGP51.
TROY	Estoria troyana	CORNU (1901)	Títulos iniciados nas pp. 97, 98, 99, 102, 103.
TUND	Visão de Túndalo	CIPM	F. 133r-137r.
VELH	Livro de linhagens velho	HERCULANO (1867)	pp. 168-169.
VESP	História do mui nobre vespasiano, imperador de Roma	NUNES (1959): pp. 108-111. NUNES (1932): pp. 115, 116 e 118.	
VIRT	Livro da virtuosa benfeitoria	NUNES (1959): pp. 119-121. VASCONCELOS (1959b): pp. 87-89. NUNES (1932): pp. 111-112.	

Este trabalho está redigido na ortografia portuguesa que entrou em vigor em janeiro de 2009. As citações, quer do *corpus*, quer do referencial teórico, foram mantidas em sua ortografia original. Apenas eliminaram-se dos textos do *corpus*, além de códigos de transcrição adaptados pelo CIPM, colchetes e parênteses, para evitar confusão com acréscimos nossos.



Conceitos & Mecanismos
Da Coesão Por Conectores

Ao se voltar para o percurso do desenvolvimento da Linguística Textual, nota-se que muitas teorias foram elaboradas, ora se opondo, ora complementando as anteriores.

Para atingir uma visão ampla do que é a coesão e os seus mecanismos, é indispensável voltar o olhar para sua trajetória, passando por diferentes autores, épocas e contextos, até chegar às propostas mais atuais.

Neste estudo, será feito um percurso do surgimento e desenvolvimento da Linguística Textual, seguido das definições do seu objeto de estudo, o texto. Já com o foco na coesão, são apresentadas as propostas de definição, conceituação e sistematização dos elementos coesivos. Por fim, são expostos os mecanismos de coesão que são estabelecidos pelo uso de conectores.

1.1. A LINGUÍSTICA TEXTUAL E SEU OBJETO DE ESTUDO

A Linguística tem por objetivo estudar a linguagem humana, capacidade que permite ao homem interagir com o outro e com o mundo, por meio de signos. Eles são unidades que remetem, por um lado, aos elementos físicos do universo apreendidos pelos sentidos e repassados coletivamente, constituindo um mundo objetivo. Por outro lado, funcionam de intermédio das relações de cooperação e organização dos membros de um grupo, configurando um mundo social. Os signos também recaem sobre os próprios homens, individualizando-os; com isso cria conhecimentos de mundo subjetivo (BRONCKART, 1999).

No entanto, é certo que a linguagem *in natura* não se apresenta como a unidade de interação humana. Ela é o instrumento, o repertório, que, aliado a uma competência linguística, permite ao indivíduo produzir unidades significativas de ordem comunicativa e pragmática. Isso quer dizer que, se é indispensável a ocorrência da *atividade* linguística para que os efeitos sejam construídos, então essa atividade constitui a unidade mínima de comunicação, a que denominamos *texto*. Sobre esse objeto se debruça a Linguística Textual.

A conceituação de texto sempre foi uma das principais questões desse ramo da Linguística, e já trilhou diversas veredas assumindo aspectos distintos. Para compreender melhor esse percurso, deve-se atentar para o desenvolvimento da

Linguística Textual desde seu surgimento, na década de 70 do século XX. Somente com base nessa evolução é possível aprofundar na definição de texto – o que será feito no tópico 1.1.2.

1.1.1 DESENVOLVIMENTO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual surgiu e se desenvolveu na Europa – especialmente na Alemanha – após a metade do séc. XX. Para Fávero (1991), seu surgimento foi uma resposta à verificação de que a linguística da frase era insuficiente para descrever fenômenos que extrapolavam a sentença. Por isso, essa nova ciência objetivou superar os limites da gramática tradicional, analisando a palavra não mais na frase isolada, mas como parte de uma unidade maior, o texto, tomado então como signo básico da interação humana.

A partir de sua origem, a Linguística Textual contou com vastíssima produção bibliográfica. Logo surgiram as diversas correntes, cada qual com uma concepção diferente de texto e com um foco específico de estudo. Sitya (1995) afirma que, logo na segunda década, dois grandes pontos de vista estavam formados: o que estuda os fenômenos sintático-semânticos do texto para alcançar seus sentidos; e o que trata o texto como objeto cultural, estabelecendo relação com a história e as condições de produção. O primeiro grupo era formado pelos *estruturalistas*, cujos estudos, com base em Saussure e Chomsky, voltaram-se ao código linguístico e seu sistema formal. O segundo, dos *funcionalistas*, voltou a atenção para aspectos funcionais, situacionais e contextuais da utilização da linguagem (MARCUSCHI, 2008).

A visão que concilia as partes do texto com o seu conjunto, como relembra Sitya (1995), somente chegou ao Brasil nos anos 80, com estudos que tratavam a atividade verbal como sequências lógicas e coerentes, com propriedades estruturais próprias.

Dessa forma, os princípios da Linguística Textual procuram compreender os mecanismos e processos que permitem aos interlocutores a construção de sentidos e significados, a partir do texto e da realidade em que estão inseridos. Marcuschi define a Linguística Textual como

o estudo das operações lingüísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras de produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso. (MARCUSCHI, 2008, p. 73)

Costuma-se sistematizar o percurso da Linguística Textual em três fases: a da análise transfrástica, a das gramáticas textuais e a da teoria ou linguística de texto. Essa divisão foi proposta, inicialmente, por Conte (1977, *apud* FÁVERO; KOCH, 1983), obedecendo a critérios de ordem mais tipológica do que cronológica. Vilela e Koch (2001), no entanto, acreditam que também se possa aplicar a cronologia nessa classificação.

O primeiro momento, como se observou, foi o de superação da linguística da frase. Entre a metade da década de 1960 até meados da de 70, as análises transfrásticas buscaram dar conta de fenômenos que, embora ainda gramaticais, ultrapassavam as limitações das frases simples e complexas. Entre os focos de estudo, tem-se, principalmente, a referenciação, a correlação dos tempos verbais (*consecutio temporum*), o uso do artigo, a pronominalização, a ordem das palavras, além da relação entre enunciados ligados sem o uso de conectores. Koch (2006) observa que essas análises divergiam entre orientações ora estruturalistas ou gerativistas, ora funcionalistas.

Considerado um passo tímido para além da gramática tradicional, buscou-se uma ampliação dos métodos até então existentes, de modo a adaptá-los a uma análise mais abrangente de encadeamento de sentenças. Por isso ocorreu uma valorização considerável dos estudos das relações interfrásticas, ou seja, dos elementos coesivos (GALEMBECK, 2005). Quanto às relações referenciais, restringiram-se aos processos de retomada e adiantamento (anáfora e catáfora) entre elementos textuais.

Visto que a coerência era tomada como mera propriedade encontrável no texto, nessa fase ela ainda estava ligada à coesão. Essa união passou a ser questionada quando se verificou que os elementos coesivos não eram imprescindíveis para a compreensão do sentido global do texto (GALEMBECK, 2005). Em muitos casos, as relações lógicas ou discursivas são recuperáveis pela relação mental que se faz entre os enunciados justapostos, o que permite ao leitor/ouvinte construir o sentido geral do enunciado. O conhecimento intuitivo dos interlocutores e sua capacidade em estabelecer as relações de sentido passam a ser considerados.

Dessa forma, logo se notou que a simples adaptação de um sistema frasal para algo superior era insatisfatória para uma linguística de caráter textual.

Buscando sistematizar os fenômenos textuais, a segunda tentativa, de cunho predominantemente gerativista, consistiu na construção uma gramática própria para a textualidade, estabelecendo regras e categorias a que todos os textos possíveis estivessem submetidos. De acordo com Koch (2006, p. 5), as gramáticas textuais deviam: a) estabelecer as condições para que um texto seja considerado como tal, em oposição à mera sequência de enunciados sem coerência; b) estipular os critérios para a completude textual, visto que um “texto incompleto” não configura um texto; e c) delimitar as espécies de textos.

As gramáticas textuais definiram, finalmente, o texto como objeto central de estudo linguístico, e atribuíram a ele o *status* de signo linguístico primário (KOCH, 2006). Elas partiram do gerativismo chomskiano a fim de compreender a competência textual dos falantes em poder distinguir um texto de um não texto, bem como de poder parafrasear, resumir, intitular, estabelecer se o texto está completo ou não, diferenciar as partes que o constituem e produzir outros textos a partir dele.

Galembeck (2005, p. 71) explicita o mérito das gramáticas textuais em contribuir com duas noções fundamentais da textualidade. A primeira é da unidade linguística do texto, o qual se subdivide em unidades menores também classificáveis. A segunda é a negação da continuidade entre frase e texto, que são entidades diferentes; a significação do texto não é resultado da soma das partes que o configuram.

Apesar disso, as gramáticas de texto inviabilizaram-se devido ao objetivo de estabelecer regras formais ao modo da gramática da frase. Vilela e Koch (2001, p. 446) consideram esse projeto “demasiado ambicioso e – acima de tudo – pouco produtivo”. Um sistema finito de regras não seria capaz de compreender todas as incontáveis possibilidades textuais de uma língua; a todo momento novos textos são produzidos, e não raro novas possibilidades de construção de sentidos são estabelecidas.

A fase da Linguística Textual propriamente dita inicia-se no final da década de setenta do século XX, a partir da nova tendência em priorizar o foco das análises na noção de textualidade, como proposto por Beaugrande e Dressler (1992), e não apenas nas competências textuais dos falantes.

Nessa fase, propõe-se como tarefa “investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos” (VILELA; KOCH, 2001, p. 446). Assim, os estudos se estendem do texto para o contexto pragmático, o qual engloba também as condições extratextuais de produção, recepção e construção dos sentidos no texto.

O teor pragmático também implica maior atenção ao aspecto interativo da linguagem, uma vez que o sentido não é carregado pelo texto em si, mas é produzido entre os participantes da ação interativa. A língua, então, deixa de ser um sistema virtual autônomo e passa a ser um sistema real, em funcionamento; e um objeto com essas feições exige uma ciência dinâmica, funcional, processual e interdisciplinar (GALEMBECK, 2005).

O falante, na atividade textual, utiliza-se da linguagem para expor seus objetivos, que serão reconstruídos pelo receptor, o qual, por sua vez, deixa de se responsabilizar apenas em captar a mensagem pretendida pelo locutor, e passa a agir na construção de sentidos.

Nos anos 80 do século XX, o conceito de coerência teve forte ampliação, passando a dizer respeito não só às características textuais, mas também à relação entre texto e usuários da língua, em uma complexa rede de fatores. Isso justifica o fato de, nessa época, haverem crescido e se fortalecido os estudos da coesão e da coerência. Vilela e Koch (2001) consideram esses dois fatores textuais a tônica desse período.

Essa década presenciou a chamada *virada cognitiva*, quando a Linguística Textual volta-se para o saber-fazer da interação, considerando que “quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações” (KOCH, 2006, p. 21). Os actantes carregam consigo conhecimentos acumulados quanto à diversidade de realizações sociais, e esses saberes adquiridos precisam ser ativados durante a atividade textual. Para Koch (2006), os falantes já trazem certas expectativas para a comunicação e ativam experiências tanto na posição de produtor das sequências verbais quanto na de receptor, ao buscar compreender e interpretar o texto.

Esses acontecimentos favoreceram o fortalecimento e a ampliação dos estudos concernentes à tipologia textual. A sistematização dos modelos textuais em tipologias havia caído no esquecimento, com o declínio da fase das gramáticas de

texto, e voltaram a ocupar a atenção dos pesquisadores após o surgimento das tendências da área cognitiva, com questões relacionadas aos processamentos mentais, à produção e recepção, à representação do conhecimento na memória e às estratégias sociocognitivas e interacionais envolvidas. Essa retomada se deu, no entanto, sob outro enfoque, não mais nos tipos, mas nos gêneros do discurso⁵ (VILELA; KOCH, 2001).

1.1.2 CONCEITO DE TEXTO

A pluralidade de correntes originadas a partir do surgimento da Linguística Textual implicou diferentes concepções de texto. Para Fávero e Koch (1983), na tentativa de definição, houve pontos de vista bastante diversos. Alguns buscaram caracterizar sua essência, ou seja, o texto como ocorrência da língua; outros, seu aspecto funcional-intencional, como instrumento de exercer funções ou unidade completa de intenção; outros, com caráter hierarquizador, como unidade mais alta e independente, entre outros. Marcuschi (1983, p. 3) lembra que, apesar da dificuldade em definir o que faz de uma sequência linguística um texto, “todos nós sabemos, intuitivamente, distinguir entre um texto e um não texto”.

Como se viu, a fase da análise transfrástica ampliou as análises de frases para unidades maiores. O texto era então considerado como uma frase complexa, como proposto por Hartmann, ou uma cadeia de pronominalizações ininterruptas, conforme Harweg (KOCH, 2006), ou ainda uma sequência coerente de enunciados, segundo Isenberg (FÁVERO; KOCH, 1983).

Na fase das gramáticas textuais, em que o texto passou a ser considerado o signo linguístico primário, ele (o texto) assume o papel da unidade linguística hierarquicamente mais elevada, e cada língua deveria estabelecer as regras para as estruturas possíveis dele. Fávero e Koch (1983) acrescentam a definição do estruturalista Weinrich, para quem o texto é “uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente, e que, de modo recíproco, constituem o contexto” (FÁVERO; KOCH, 1983, p. 46). Ou seja, “o texto é uma

⁵ Para a diferenciação dos conceitos de gêneros e tipos textuais, ver seção 1.2.4.

estrutura determinada, onde tudo está necessariamente interligado” (KOCH, 2006, p. 7).

Quanto à terceira fase, uma vez que os sujeitos são considerados atuantes sociais, o texto adquire a posição do próprio lugar de interação, na qual os sujeitos atuam ativa e dialogicamente. Não cabendo ao receptor a simples função de decodificador da mensagem, ele contribui para a complexa construção de sentidos, que ocorre a partir da exposição dos elementos linguísticos da superfície textual. Isso tudo, porém, exige a ativação e a reconstrução de conhecimentos diversos (KOCH, 1997).

Para Bentes (2005), a definição precisa considerar a atividade textual como uma atividade verbal. Dessa forma, os falantes produzem textos enquanto praticam ações, atos de fala que surtirão efeitos no interlocutor. A atividade verbal é considerada consciente, intencional, e o falante exerce um papel ativo, considerando as condições de produção.

Pelo fato de o texto ser considerado um processo, a coerência deixa de ser vista como apenas uma propriedade textual e passa a se aliar aos outros fatores do contexto sociocognitivo.

Galembeck (2005), ao ressaltar a contribuição dos estudiosos das ciências cognitivas, acrescenta que existe uma continuidade entre cognição e cultura, e justifica-se pelo fato de esta ser construída e absorvida socialmente, embora seu armazenamento seja individual.

Deve-se ressaltar também a evolução do conceito de contexto, que deixou *pari passu* de ser o co-texto – ou seja, as partes do texto – e culminou num elemento que engloba todos os conhecimentos ativados no ato comunicativo, incluindo o saber linguístico, o enciclopédico, o da situação comunicativa, o superestrutural (dos tipos textuais), o estilístico, além dos conhecimentos sobre os gêneros de texto e de outros textos da mesma cultura (intertextualidade) (KOCH, 1997).

1.2 A COESÃO TEXTUAL

Embora a gramática normativa já abordasse o uso de conectores entre as orações e no interior delas, essa análise era feita, de modo geral, considerando

apenas a relação sintática e formal entre as sentenças. Muito reducionista, a definição que se dava às conjunções encerrava meramente um posicionamento na ordem das sequências textuais. Além disso, as conjunções, as preposições e os advérbios eram isolados cada qual em um grupo de classificações e funções diferentes.

A consciência de que essa sistematização era insatisfatória pode até mesmo ser encontrada em filólogos lusófonos anteriores à Linguística Textual, os quais corroboram a necessidade de revisão de conceitos no que diz respeito aos conectores. Nunes (1956), em sua gramática histórica, opina que as conjunções, as preposições e os advérbios são partículas que pertencem a uma só espécie; é claro que, no entanto, seu critério para tal alegação não é de ordem discursiva, mas etimológica: a maioria das conjunções da língua portuguesa originaram-se dos advérbios, e muitos destes originaram-se das preposições latinas (NUNES, 1956, p. 342).

Said Ali (1964) critica a definição insuficiente para conjunção. Após recordar que essa classe gramatical é tida como um grupo de palavras invariáveis que servem para ligar orações, o filólogo expõe que “discutível é a serventia de ligar orações” (SAID ALI, 1964, p. 218). Não crê que a linguagem criaria palavras apenas para essa função, uma vez que enunciados assindéticos são perfeitamente possíveis e recorrentes em textos inteligíveis. Alcançando uma visão além da de Nunes, Said Ali acrescenta às conjunções a função de assinalar uma relação lógica, assim como imprimir à oração iniciada por conjunção um ar de sequente.

Não é preciso grifar que esses autores não influenciaram a evolução dos conceitos de coesão na Europa, tanto porque são anteriores à Linguística textual e não pertenciam aos grupos de estudiosos que impulsionaram essa ciência. Apresentam-se aqui, no entanto, para ilustrar que a gramática tradicional, além de não conseguir formalizar os fenômenos de nível superior ao da frase, também é bastante discutível em vários vieses reducionistas e engessados.

Classificar os elementos linguísticos não é uma tarefa simples ou fácil, e isso se comprova pelo fato de que a noção de coesão, proposta pela Linguística Textual, sofreu modificações a olhos vistos com o passar do tempo. Uma das principais questões foi o limite que se deve estabelecer entre coesão e coerência. Isso é abordado no item 1.2.2. Antes dele, faz-se a conceituação de *coesão*.

1.2.1 CONCEITOS DE COESÃO TEXTUAL

Beaugrande e Dressler (1992) buscaram as condições para que um conjunto de enunciados se configurasse como um texto, a fim de atender às necessidades da situação comunicativa. Com isso, os autores apresentaram os sete fatores de textualidade: *intencionalidade*, *aceitabilidade*, *situacionalidade*, *informatividade*, *intertextualidade*, *coerência* e *coesão*. Se qualquer um desses fatores não estiverem presentes no texto, então a comunicação não será eficaz. Coerência e coesão são considerados os fatores linguísticos propriamente ditos, sendo a coerência um aspecto semântico-conceitual, e a coesão, um aspecto formal. Quanto aos outros fatores, considerados pragmáticos, explicitam atuações informacionais e comunicativas (COSTA VAL, 1994).

A coesão – que, segundo Beaugrande e Dressler (1992), manifesta-se no nível microtextual – é o modo como são interligadas as partes que constituirão o texto, estabelecendo sentido entre elas. Ainda segundo os autores, essa junção ocorreria de forma linear na superfície textual e por meio de dependências gramaticais. Ao longo do texto, encontram-se categorias de palavras que são responsáveis pela ligação entre as diferentes passagens que se articulam, constituindo um todo provido de sentido. Esses vários elementos são denominados *conectores* ou *elementos de coesão*. Segundo Antunes (2005, p. 48), a coesão promove a continuidade do texto, de modo que “não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade”.

Halliday e Hasan (1983) apontam a coesão como processo semântico, focando as relações de significado que ocorrem no texto e o diferenciam de um não texto. Os autores postulam que essa relação de sentido ocorre tanto por elementos gramaticais quanto por lexicais, que estão em uma relação de dependência entre si dentro de um texto. Com isso, a relação de ligação exige dois elementos, de modo que um pressupõe o outro.

Para Marcuschi (1983), a coesão é responsável por estruturar a sequência superficial do texto, por processos mais semânticos que sintáticos. Isso quer dizer que, para o autor, os mecanismos formais da coesão trabalham no objetivo de criar, entre os elementos envolvidos na ação coesiva, relações de sentido.

1.2.2 DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE COESÃO E COERÊNCIA

No primeiro momento, quando foram propostas as análises transfrásticas, a coesão era responsável pela coerência do texto. Como se percebe, os dois conceitos se confundiam, de modo que um texto sem coesão era considerado um não texto. Halliday e Hasan (1983), em seu trabalho de prima relevância para a Linguística Textual, consideram que as relações coesivas são uma condição necessária, embora não suficiente para a coerência. Para os autores, a coerência deve voltar-se para o contexto em que o texto é produzido, exigindo uma coerência de registro, além de voltar-se para o próprio texto, o que exige a coesão. Nessa fase, como é de se prever, a coesão é o fator de textualidade mais importante.

No momento seguinte, coesão e coerência começaram a diferenciar-se ao se notar que a coesão não é condição nem necessária, nem suficiente para a coerência no texto. Fávero (1991) justifica que a coerência não é uma propriedade do texto, mas é construída na interação por uma atuação conjunta; além disso, ela possui caráter semântico, relacionada a macroestruturas textuais profundas. Por outro lado, os elementos coesivos são inseridos na produção do texto, e por isso pertencem à superfície textual.

Essa verificação remete à possibilidade de um texto coerente não apresentar elos coesivos, em que a continuidade acontece no nível do sentido, em vez do nível das relações entre termos linguísticos (VILELA; KOCH, 2001).

Costa Val (1994) faz uma comparação entre coesão e a coerência, concluindo que ambas promovem inter-relações semânticas entre os elementos. A autora registra que o *nexo* – a coerência – entre as sequências de frase é indispensável para que elas sejam reconhecidas enquanto texto, e não é necessário para a textualidade a explicitação desse *nexo* na superfície textual por meio de mecanismos linguísticos coesivos. A relação pode ocorrer apenas no nível semântico-cognitivo.

Um passo seguinte fez alcançar um estágio intermediário, ao notar que não se pode isolar coesão e coerência de forma tão radical, como se fossem totalmente independentes (KOCH, 2006). É o que se percebe, por exemplo, na definição de Costa Val (1994, p. 6): “a coesão é a manifestação linguística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície

textual.” A autora acredita que a coerência é o fator principal da textualidade, mas que deve contar com a coesão para promover

a inter-relação semântica entre os elementos do discurso, respondendo pelo que se pode chamar de conectividade textual. A coerência diz respeito ao nexos entre os conceitos e a coesão, à expressão desse nexos no plano lingüístico. (COSTA VAL, 1994, p. 7)

Também Koch (1997) metaforiza que coesão e coerência, embora tratadas separadamente em análise, constituem “as duas faces de uma mesma moeda” (p. 45). E, em Vilela e Koch (2001), os autores assumem que os elementos coesivos garantem melhor legibilidade ao texto, clareando as relações que devem ser estabelecidas entre as partes unidas. Isso explica a maior quantidade de conectores em textos de caráter científico, didático, expositivo, entre outros.

Após refazer o percurso da relação entre coesão e coerência, Koch (2006) finaliza expondo que, em uma abordagem sociocognitiva e interacionista, a coerência passa a relacionar-se intimamente com os interlocutores. Sob tal ótica, seguindo o princípio da interpretabilidade do discurso, tem-se que um texto não é incoerente por si próprio. Uma vez que ele só vai adquirir a coerência na interação, é nessa etapa que sua funcionalidade será testada e os objetivos serão alcançados ou não.

1.2.3 DIFERENÇAS ENTRE A LINGÜÍSTICA TEXTUAL E A GRAMÁTICA TRADICIONAL

A abordagem dos conectores na Linguística Textual não é a mesma da gramática tradicional, esta última entendida aqui como os estudos da língua meramente classificatórios e normativos. Ao tratar de coordenação e subordinação, Carone (1988) questiona por que essas relações, nas gramáticas normativas, apenas são abordadas no estudo dos períodos compostos (salvo as conjunções que ligam termos de mesmo nível sintático), sendo que elas, principalmente a subordinação, acontecem em todos os níveis sintáticos da construção de enunciados.

Além disso, a classificação de orações entre coordenadas e subordinadas não é tão simples e definitiva como geralmente se afirma nos capítulos de período

composto. A definição tradicional de que as orações subordinadas são dependentes, enquanto as coordenadas são independentes (muitas vezes sem especificar se tal dependência é sintática ou semântica) não apenas é questionável, como também se limita à junção apenas de orações, desconsiderando outras partes do texto.

Pelo menos dois problemas surgem dessa abordagem. O primeiro é que as relações de coordenação não são tão autônomas quanto se estabelece; uma oração coordenada como “Mas você não responde!” é tão dependente quanto “Se eu fosse mágico...” (CARONE, 1988, p. 61). E ainda que se foque um critério sintático, uma análise não deve ignorar os componentes semântico e pragmático (FÁVERO, 1992). A segunda questão, que desta vez envolve também o aspecto formal e sintático, é a existência de construções que se posicionam no limite entre a coordenação e a subordinação, o que é o caso das construções correlativas (como *não só...mas também, tão...que*). Módolo (2005) credita maior coerência em substituir a dicotomia tradicional por um *continuum* de relações, em cujo intermédio estaria a correlação. Fávero (1992), ao propor uma revisão da análise de períodos à luz da Linguística Textual, considera “inadequado falar em orações subordinadas e coordenadas, já que se estabelece entre as orações uma relação de interdependência em que todas elas são necessárias à compreensão do texto”.

Como se percebe, a Linguística Textual privilegia o efeito de comunicação e compreensão por meio de produções textuais. Nesse cenário, o contexto de produção e as intenções são fundamentais à análise dos mecanismos. Muitas gramáticas tradicionais, pela tendência normativa e homogeneizadora, não têm permitido a averiguação do contexto e do processo interativo que subjazem à construção e ligação das partes do texto. Dessa forma, não raro limitam-se a listar e classificar as conjunções – deixando de lado, portanto, outras palavras que também fazem conexão – e informar seu sentido canônico. Com isso, desconsideram-se as nuances de sentido e as possibilidades de uso, tão naturais à heterogênea interação humana.

Chaves (2005) considera importante o foco funcionalista nos estudos dos conectores, em que se privilegia a flexibilidade na sistematização dos aspectos gramaticais. Para isso, parte-se do pressuposto de que a escolha dos elementos do enunciado conta com um propósito comunicativo na construção de sentido.

Para sistematizar as ideias apresentadas neste tópico, cujo propósito foi ao mesmo tempo definir o foco de estudo da Linguística Textual e justificar a escolha dele nesta pesquisa, segue abaixo um quadro que contrasta a visão da gramática tradicional normativa e a Linguística Textual no que tange à conexão:

Tabela 3 – Diferenças entre a gramática tradicional e a Linguística Textual

Gramática Tradicional	Linguística Textual
Relação entre orações	Relação entre partes do texto
Critérios mais sintáticos que semânticos	Critérios mais semânticos que sintáticos
Extremismos entre dependência e independência	Interdependência
Classificação rígida dos conectores	Atenção às sutilezas de sentido e pluralidade de usos
Preocupação formal e estrutural	Foco nas relações lógicas e argumentativas, com vistas à interação

1.2.4 MECANISMOS COESIVOS EM TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Bakhtin (1997), em sua obra *Estética da criação verbal*, problematiza e define os gêneros textuais em que se acomodam as complexas formas de comunicação verbal do ser humano. O autor relembra que toda atividade do homem está ligada ao uso da linguagem, e esta sofre variações de acordo com as diversas esferas da atividade humana. Essas esferas de ação resultam no que o autor denomina “*tipos relativamente estáveis de enunciados*”, denominados “*gêneros do discurso*” (p. 279).

Dada a riqueza inesgotável das possibilidades de interação, é simples notar a forte heterogeneidade dos gêneros do discurso. De modo geral, o autor considera essencial fazer a diferenciação entre gêneros do discurso primários (simples) e secundários (complexos). Enquanto os primeiros compreendem a comunicação espontânea do dia a dia, como a conversação familiar, cartas e bilhetes, os últimos remetem a situações culturais, mais complexas e relativamente mais evoluídas, como em contextos artísticos, políticos e científicos. O caráter mais formal dos

gêneros secundários relaciona-se com a predominância de textos na modalidade escrita.

Marcuschi (2007) faz a distinção entre gênero e tipo textual. Para ele, o primeiro compreende os textos materializados que são produzidos em toda a atividade humana de interação, apresentando características sociocomunicativas com peculiaridades de conteúdo, estilo, composição e propriedades funcionais. Já o tipo textual designa “uma espécie de seqüência teoricamente definida pela *natureza lingüística* de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (MARCUSCHI, 2007, p. 22). O autor concretiza sua definição com as categorias de tipos textuais: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Portanto, o tipo textual remete à estrutura teórica da linguagem, e o gênero seria a realização material com propriedades sociocomunicativas. Enquanto os tipos constituem seqüências linguísticas, não sendo textos empíricos, os gêneros são textos empíricos no cumprimento de funções.

A partir dessa definição prévia, é necessário explorar um fato observado pelo próprio Bakhtin em sua obra supracitada: um gênero discursivo é diferenciado de outro não só de acordo com o conteúdo temático que ele possibilita levantar, mas também pelos traços e recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

Os textos de mesmo gênero e tipo possuem afinidade no conteúdo, visto que a escolha do gênero é feita visando aos objetivos perlocucionários que o locutor busca alcançar em determinado contexto. No entanto, para este estudo, convém assinalar que também os aspectos lógico-semânticos da microestrutura apresentam reiterações em textos de mesmo gênero, e diferenciam-se em gêneros distintos. O mesmo ocorre com a tipologia.

Um dos critérios para distinção entre textos pode ser as diferenças quanto às marcas na superfície linguística, a fim de otimizar a compreensão do receptor. Salces (2000) teoriza que

diferentes tipos de textos apresentam diferentes graus de coesão e diferentes elementos coesivos, ou seja, diferentes modos de dar pistas, na superfície textual, para permitir ao leitor chegar ao sentido global e, portanto, detectar sua coerência [dos textos]. (SALCES, 2000, p. 35)

Após focalizar o entrecruzamento entre gêneros e tipos textuais – definindo estes como modos de organização discursivos com função estrutural e estruturante

na organização interna do texto –, Salces (2000) afirma que cada tipo de texto tem um esquema global, que consiste nas características que o aproxima ou afasta de outros gêneros, “determinando os arranjos possíveis para estruturar o conteúdo informacional veiculado no texto” (SALCES, 2000, p. 38). A autora credita posição especial à coesão entre os mecanismos que se manifestam de forma diferente na superfície linguística.

Três forças incidirão sobre a maior ou menor presença de elementos coesivos no texto, ou ainda do tipo de coesão que é menos ou mais recorrente. A primeira consiste nas escolhas do produtor consoante seus objetivos ao produzir o texto. Ele pode objetivar maior clareza e precisão, explicitando as relações lógico-semântico-discursivas entre as sequências textuais, ou então intensificar o papel do receptor, deixando lacunas para que este complemente ou interprete. A segunda força que a autora cita é a situação comunicativa, que envolve os interactantes, remetendo a todo o contexto da interação. Por fim, as marcas coesivas obedecerão aos modelos formais estabelecidos pelo gênero de texto escolhido (SALCES, 2000, p. 35).

A diferença elementar no nível coesivo está na ordenação do conteúdo. A narração, por exemplo, busca, acima de tudo, uma coesão temporal, tanto pelos tempos e modos verbais, quanto pelos conectores que apresentam sequência dos acontecimentos ou posição deles no tempo. No texto descritivo, a ordenação tem predominantemente um caráter espacial, já que o locutor percorre o olhar pelo espaço ou objeto para descrevê-lo. Já na dissertação, o objetivo é encadear as ideias, de modo que os argumentos relacionem-se corretamente para produzir o efeito desejado. A articulação é feita pelos operadores lógicos e discursivos, que vão unir as informações imprimindo relações de causa e consequência. A essas palavras de Salces (2000), deve-se acrescentar que, no caso dos textos injuntivos, na medida em que tratam de ordens, a partir de situações hipotéticas, o foco argumentativo está no evento conjecturado, ou seja, na condição para que tal ordem se aplique. Além da condição, a disjunção também é típica desse tipo de texto, pelo fato de ordenar diversos elementos como hipóteses.

Todo gênero realiza-se a partir de tipos textuais. No entanto, os textos são, na maioria dos casos, variados tipologicamente. Um exemplo são as descrições da paisagem ou da personagem dentro de um romance, a que se atribui

essencialmente a tipologia narrativa. É por isso que Marcuschi (2007) prefere classificar, quanto ao tipo, sequências textuais, e, quando se classifica um texto por inteiro, refere-se ao tipo predominante.

1.2.5 PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DA COESÃO

Existem várias teorias de classificação para as relações coesivas do texto. Muitas delas surgiram para confrontarem-se com as anteriores, propondo novas classificações e novos conceitos.

Como se viu, Beaugrande e Dressler (1992) propuseram os sete fatores de textualidade, que seriam os responsáveis para transformar um conjunto de sentenças em textos. A coesão e a coerência são, segundo eles, os fatores que se relacionam com o material linguístico e conceitual do texto.

Na âmbito da coesão, os autores empregam os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a relação entre tempos verbais, entre outros, como representantes da ligação dentro das frases e entre elas. Eles analisam também a coesão lexical, que se faz por meio de três processos principais: a reiteração, que consiste na repetição de itens lexicais ou nominalizações de eventos citados anteriormente; a substituição, que encerra a sinonímia, a antonímia, a hiponímia e a hiperonímia; e a associação, que remete à retomada de ideias de mesma classe cognitiva.

Os autores denominam *junção* a sinalização superficial de relações entre eventos ou situações. Essa relação é feita por *expressões juntivas*, que podem ser classificadas em:

- *conjunção*: ligação de itens de mesmo *status*;
- *disjunção*: ligação de itens de *status* alternativo;
- *contrajunção*: ligação de itens de mesmo *status* porém de coexistência incompatível no mundo textual;
- *subordinação*: ligação de itens em que o *status* de um depende do *status* do outro.

A conjunção é considerada a junção padrão, pois a maior parte das relações entre sequências é de adição. No entanto, não se assinala por “e” ou “além disso” qualquer relação de adição, o que permite aos autores concluir que o uso desses

termos juntivos é desejável quando a interdependência não é óbvia e deve ser explicitada.

A disjunção é mais comum dentro de sentenças, por meio do juntivo “ou”. Quando entre frases, esse conector tende a demonstrar uma possibilidade surgida no instante seguinte à finalização do enunciado anterior.

A contrajunção é mais assinalada principalmente por “mas” e busca relacionar ideias cuja combinação é problemática.

A subordinação conta com um amplo repertório de expressões juntivas, cada qual estabelecendo relações diversas de dependência. Os autores citam a representação de *causa* (condição lógica necessária), *razão* (também uma causa, mas por motivos humanos), *proximidade temporal*, *modalização*, entre outros.

Os autores consideram a disjunção a única junção de sinalização explícita obrigatória. As outras relações podem ser recuperadas no contexto por meio do conhecimento de mundo.

Halliday e Hasan (1983), como já foi apresentado, consideram o texto, e, portanto, a coesão também, não uma unidade gramatical, mas antes uma unidade semântica.

Eles subdividiram a coesão em cinco categorias:

- *Referência*, cuja função é relacionar um signo linguístico a um objeto extralinguístico. A referência pode estar dentro do próprio texto (endofórica ou textual) ou no universo extratextual, na cena da interação (exofórica ou situacional). Na referência endofórica, pode-se fazer remissão para algum signo já apresentado anteriormente, o que consiste na *anáfora*, ou fazer, por meio do item de referência, uma antecipação do signo que será apresentado à frente, produzindo a *catáfora*.
- *Substituição*, resultante da colocação de um termo em lugar de outro, que seja semântica e sintaticamente equivalente. Pode ser nominal, em que o pressuposto, ou seja, o termo que é substituído é um nome (geralmente esse nome é substituído por pronomes pessoais, numerais, indefinidos ou nomes genéricos); pode ainda ser verbal, sendo o pressuposto uma forma verbal.
- *Elipse*, omissão de um termo, que poderá ser recuperado pelo contexto. Trata-se da substituição por zero (\emptyset), que pode ocorrer no interior de um grupo *nominal*, *verbal* ou *oracional*.

- *Coesão lexical*, obtida pela reiteração de termos semelhantes (sinônimos), genéricos (hiperônimos) ou específicos (hipônimos). Essa coesão é percebida também pela ocorrência de proximidade entre termos de mesma classe temática, como *pedreiro/pintor, mesa/cadeira, brincadeira/alegria*.
- *Conjunção*, cujo nome não deve ser confundido com a classe gramatical, que serve para relacionar orações; a conjunção proposta por Halliday e Hasan (1983) deve ser entendida como o processo pelo qual duas frases se relacionam. A conjunção se diferencia bastante dos outros processos, por não ser nem anafórica nem catafórica. Ela não é coesiva por si só, mas indiretamente, de acordo com o elo formado entre as duas partes interligadas e o conector utilizado. Apesar de o nome remeter a uma classe gramatical, abrange os termos que exercem coesão tanto direta quanto indiretamente (como expressões adverbiais, locuções conjuntivas, preposições e locuções prepositivas, além de itens continuativos, como *então, daí* etc.), estabelecendo relações de sentido entre os conteúdos das sentenças. Os autores acrescentam que, no grupo da conjunção, além dos itens exclusivamente coesivos, outras expressões possuem parcialmente a mesma função. E por isso postulam a coesão por meio de um sistema léxico-gramatical, isto é, o elo entre as partes forma-se tanto por itens gramaticais, a saber, as conjunções e preposições, quanto por construções lexicais. Subdividem-se a conjunção em quatro grupos de relações: a) *aditiva*, em que se faz união de ideias, podendo ser explicitado não só pelos conectores coordenativos aditivos como também por expressões como *assim sendo, além disso, para finalizar* etc.; b) *adversativa*, que consiste basicamente na quebra de expectativa; c) *causal*, que engloba todas as ligações baseadas na relação causa/consequência; e d) *temporal*, em que condições de tempo são estabelecidas, permitindo o posicionamento e a progressão dos fatos no tempo e no discurso.

Essa proposta sofreu críticas severas, como em Koch (2004), Fávero (1991) e Parker e Coimbra (1990), todas em torno da referência, da substituição, da elipse e da coesão lexical. Para esses autores, são muito frágeis os limites entre referência, substituição e elipse, uma vez que a substituição também é uma forma de referência, e a elipse, como os próprios autores confirmam, é uma substituição por zero. Até mesmo a separação da coesão lexical pode ser questionada, visto que esse mecanismo também faz referência ou recorrência.

Outro questionamento é se a referência exofórica deve ser considerada coesiva, uma vez que a coesão consiste nas relações entre os elementos do universo textual, e não entre termos do texto e elementos extratextuais.

Vale explicitar, portanto, que o item que mais interessa a este trabalho (*conjunção*) não foi o alvo das críticas contra Halliday e Hasan (1983). Marcuschi (1983) teceu algumas reprovações quanto à *conjunção*, mas se limitou a questionar conceitos, como a relevância desse mecanismo para a obtenção da coerência. Não houve indícios de críticas quanto à classificação dada por Halliday e Hasan à *conexão*.

Fávero (1991), propondo uma nova classificação, divide a coesão em três tópicos:

- *Referencial*, cujo termo coesivo não é interpretado por sentido próprio, remetendo a algum outro termo. Os itens referenciais podem estabelecer a função de *substituição* e *reiteração*. A primeira acontece quando se faz remissão a um elemento pelo uso de *pro-formas*, que são elementos de baixa densidade sêmica e que adquirem significado ao fazer referência anafórica ou catafórica. As *pro-formas* podem ser pronominais, verbais, adverbiais ou numerais. Já a *reiteração* consiste na repetição de componentes do texto, bem como no uso de sinônimos, hipônimos, hiperônimos, expressões nominais e nomes genéricos;
- *Recorrencial*, cuja função é de fazer o texto progredir, podendo ocorrer por meio de recorrências de termos, paralelismos ou paráfrases, além de recursos fonológicos, segmentais e suprasegmentais;
- *Sequencial*, que também é responsável pela progressão do fluxo de informações, mas não faz retomadas de termos, como os mecanismos de recorrência. Este último tipo divide-se em *sequenciação temporal*, cuja função é situar e ordenar o texto no tempo, e a *sequenciação por conexão*, que analisa as relações lógico-discursivas entre os enunciados. A conexão por operadores do tipo lógico estabelece relações de *disjunção*, *condicionalidade*, *causalidade*, *mediação*, *complementação* e *restrição* ou *delimitação*. E a conexão por operadores discursivos cria efeitos de *conjunção*, *disjunção*, *contrajunção* e *explicação*.

Em outro estudo, Fávero (1992) não faz subdivisões, e tem por objetivo reformular a classificação gramatical das orações. A autora acredita que a união de

critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos, na classificação, poderá solucionar questões como a relativização de uma oração principal, a união entre orações adversativas e concessivas, a coesão em orações assindéticas e a relação de causalidade nas orações causais, consecutivas e conclusivas. Nesse estudo, a autora classifica a coesão em: *conjunção*, *disjunção*, *contrajunção*, *condicionalidade*, *causalidade*, *complementação* e *restrição* ou *delimitação*.

Koch (2004) soma ainda mais sentidos à referência, ao dividir a coesão em apenas duas: a) *referencial*, quando um elemento da superfície do texto remete a outro, explicitamente ou por inferências, e b) *sequencial*, que trata dos mecanismos de progressão textual, os quais criam relações semânticas e pragmáticas entre as partes do texto, considerando que estas são interdependentes.

O item que interessa a este estudo é o da coesão sequencial. No entanto, a autora fez várias subclassificações, e nem todas serão aplicadas. A primeira subdivisão é entre a *sequenciação parafrástica* e *frástica*. A primeira compreende os tipos de recorrência de termos e estruturas no texto. A segunda foca os processos de *manutenção temática*, *progressão temática* e *encadeamento*. Já o encadeamento é dividido em dois. O primeiro é por meio da *justaposição*, em que a união entre frases acontece sem o uso de conectores, não impedindo que se explicitem marcas de relação com outras partes, como por meio de enunciados metacomunicativos, marcadores de ordenação temporal ou marcadores conversacionais. O segundo é por meio da *conexão*, que será apresentada no tópico a seguir, em que outros autores poderão contribuir para o enriquecimento da sistematização.

1.2.6 COESÃO POR CONECTORES

Halliday e Hasan (1983) consideram a conexão⁶ mais significativa e mais complexa que as outras categorias. Os conectores são coesivos indiretamente, de acordo com a relação que estabelecem entre as partes. Por isso, o mesmo conector

⁶ Como se viu, os autores utilizam o termo *conjunção* (*Conjunction*). Optamos pela padronização do termo *conexão*.

pode estabelecer várias relações de sentido⁷, assim como uma espécie de ligação pode ser feita de várias formas diferentes. Trata-se das relações de equivalências, como exemplifica Fávero (1991, p. 14):

- (1) Um trovão seguiu-se à ventania.
- (2) Depois da ventania, houve um trovão.
- (3) Depois de ventar muito, trovejou.

Para Koch (2004), a conexão é um tipo de encadeamento realizado por palavras responsáveis pela articulação do texto, que estabelecem relações semânticas e pragmáticas. Servem a essa função as conjunções, os advérbios sentenciais (ou de texto), algumas preposições e outras palavras ou expressões. Podem estabelecer relações lógico-semânticas ou discursivas.

1.2.6.1 Relações lógico-semânticas⁸

São estabelecidas por conectores do tipo lógico. Apresentando semelhanças aos operadores lógicos propriamente ditos, verifica-se a relação de conteúdo entre duas proposições. A relação pode ser de:

a) *condicionalidade*: quando há uma relação de dependência, em que a veracidade de *p* implica a de *q*. Fávero (1991) divide essa categoria em três tipos. A primeira, *factual ou real*, equivale à relação de causalidade, que será apresentada no próximo item.

- *não factual ou hipotética*: quando a dependência entre os se fatos baseia em hipóteses. Contém sentido de algo potencial e eventual.

- (4) Se você for, eu fico.
- (5) Se você fosse, eu ficaria.

⁷ Muitas são as investigações sobre as alternâncias de sentido dos conectores, tanto que esse estudo não se limita à Linguística Textual. Também têm dado sua contribuição, por exemplo, a Estilística – como Lapa (1959) –, a Filologia – como Dias (1970) e Said Ali (1964) – e a Semântica argumentativa – como Eduardo Guimarães, com a obra *Texto e Argumentação*.

⁸ Fávero (1991) intitula *Operadores do tipo lógico*.

Halliday & Hasan (1983) acrescentam expressões adverbiais como *caso contrário*.

- *contrafactual ou irreal*: quando não se espera que a condição se realize.

- (6) Se você fosse alto, poderia alcançar a bola.
- (7) Se ele fosse esperto, resolveria a questão.

b) causalidade:⁹ quando há relação de causa/consequência entre duas orações. Essa relação pode ocorrer com ou sem implicação entre A e B. Perceba-se, no último exemplo, que há implicação entre os fatores, isto é, a causa é uma condição necessária e suficiente:

- (8) Ele foi à festa porque tinha dinheiro.
- (9) Ele tinha dinheiro; por isso foi à festa.
- (10) Ele tinha tanto dinheiro que pagou para todos.
- (11) O carro parou porque acabou o combustível.

A *causalidade* também inclui sentidos de conclusão de um enunciado ou de vários, muitas vezes baseando-se em premissas do senso comum:

- (12) Ela é uma cobra. Portanto, não se envolva com ela.

Halliday & Hasan (1983) incluem com esse sentido lexemas como *concluindo* e *finalmente*.

c) finalidade:¹⁰ quando uma oração se apresenta como meta de uma atividade, visando à finalidade expressa na outra:

- (13) Ele trabalhou bastante a fim de comprar um carro.

d) disjunção: podendo ser do tipo lógico ou discursivo, para ser verdadeira, é necessário que pelo menos uma de suas proposições o seja (KOCH, 2008). Pode

⁹ Seguimos Fávero (1991) e Halliday e Hasan (1983), que incluem na *causalidade* o sentido de “conclusão”. Koch (2004) não apenas separa a conclusão, como a inclui entre as relações discursivo-argumentativas.

¹⁰ Koch (2004) e Fávero (1991) denominam *mediação*; preferimos denominar *finalidade*, pois é esse sentido que se concentra no conector.

ser *inclusiva*, quando significa *um ou outro ou ambos*. Corresponde ao latino *vel*. Pode também ser *exclusiva*, quando significa *ou um ou outro*, correspondendo ao latino *aut*. Exemplos, respectivamente:

- (14) Você usava colar ou pulseira?
- (15) O palestrante era argentino ou uruguaio?

e) temporalidade: ao mesmo tempo em que liga enunciados, relacionam-se temporalmente ações, eventos etc. O tempo pode ser *pontual*¹¹, quando o acontecimento de um coincide com um momento intermediário da execução do outro; *anterior/posterior*, em que ocorre uma sucessão de eventos ordenados, podendo o conector introduzir o acontecimento anterior ou o posterior ao outro; ou *contínuo/progressivo*, quando os dois eventos ocorrem no mesmo intervalo de tempo, ou se delimita o ponto inicial ou final de um evento. Exemplos, respectivamente:

- (16) Quando o pai chegou, o bebê estava lambuzado.
- (17) Antes que se pudesse fazer algo, a bomba explodiu.
- (18) À medida que a população cresce, aumenta a violência.

Halliday & Hasan (1983) enriquecem a lista de operadores temporais com exemplos de expressões como *enquanto isso*, *nesse momento*, *ao mesmo tempo*, *no dia seguinte*, *daqui pra frente* etc.

1.2.6.2 Relações discursivo-argumentativas

Os operadores do discurso – conforme nomeou Fávero (1991) – são responsáveis pela estruturação das partes do texto. Os enunciados devem ser considerados como atos de fala distintos, em que o primeiro é tomado como tema do segundo, de forma que poderiam ser enunciados por locutores diferentes. O encadeamento pode ser entre orações, períodos ou até mesmo entre parágrafos. O valor pragmático dos conectores indica seu valor argumentativo.

¹¹ Koch (2004) nomeia como “Simultâneo (exato, pontual)”. Preferimos denominar *pontual*, visto que o termo *simultâneo* não implica o sentido de algo exato ou pontual.

As relações discursivas podem ser de:

a) *conjunção*: quando os argumentos apontam para uma mesma conclusão. Baseiam-se na relação semântica de compatibilidade:

(19) Pedro criou e destruiu um castelo de areia.

(20) A graduação contribui para uma melhor formação intelectual. Além disso, é essencial para a obtenção de um bom emprego.

Halliday & Hasan (1983) apresentam expressões importantes como *ademais, do mesmo modo, igualmente, outrossim etc.*

b) *disjunção argumentativa*: ocorre entre enunciados de discursividade diferente, resultando em atos de fala distintos. Por meio disso, objetiva-se levar o interlocutor a aceitar o que foi expresso primeiro, como em:

(21) Limpeza é fundamental. Ou você prefere morar num chiqueiro?

c) *contrajunção*: quando dois enunciados de argumentatividade distinta são relacionados. Prevalece a orientação do segundo enunciado quando introduzido pelas chamadas, conforme a gramática, conjunções coordenativas adversativas; quando são as subordinativas concessivas, permanece a argumentação da oração principal:

(22) Fez tudo para passar, mas foi reprovado.

(23) Embora fizesse tudo para passar, foi reprovado.

Fávero (1991) comenta que conectores como *mas* ocorrem em enunciados factuais em que há frustração de uma expectativa pelo não cumprimento de uma condição. Koch (2004) acrescenta que esses conectores podem contrapor, também, realidade e desejos, opiniões, emoções, como em:

(24) Após se arrumar, aproximou-se da janela, mas a chuva não passava.

Halliday & Hasan (1983) citam construções que funcionam contrajuntivamente: *na verdade, por outro lado, ao invés de, em vez de, ao passo que etc.* Este último conector é apresentado por Koch (2004) no sentido que segue.

d) contraste: é um conflito entre enunciados, com fins retóricos.

(25) Eles aumentam a casa, ao passo que a família diminui.

e) explicação ou justificativa:¹² quando um ato de fala justifica ou explica o anterior, sem relações do tipo causa/consequência:

(26) Venha cá, que preciso de sua ajuda.

f) comparação:¹³ quando se estabelecem relações de igualdade, inferioridade ou superioridade. Essas relações possuem forte poder argumentativo. As sentenças

(27) Antônio é tão inteligente quanto Francisco.

(28) Francisco é tão inteligente quanto Antônio.

embora apresentem o mesmo conteúdo, diferem na discursividade. Se a pergunta fosse: “Será que Francisco ganhará na maratona?”, a primeira resposta seria desfavorável a Francisco, ao contrário da segunda.

g) generalização/extensão: que ocorre no segundo enunciado em relação ao anterior.

(29) Pedro não veio. Bem, quem trabalha o dia inteiro não pensa em outra coisa senão descansar.

h) especificação/exemplificação: quando o segundo enunciado particulariza o primeiro:

(30) Tudo está caro. O feijão, por exemplo, está custando o dobro.

i) correção/redefinição: quando se objetiva corrigir, reformular, interromper, atenuar ou reforçar uma outra ideia:

(31) Farei a comida. Isto é, se você lavar a louça.

(32) Começam hoje as inscrições. Quero dizer, é o que me disseram.

¹² Seguimos Fávero (1991), que inclui na *explicação* o que Koch (2004) chamou de *comprovação*, como em: “Eu o vi na festa. *Tanto que* estava de branco”.

¹³ A partir deste item, todas as classificações são exclusivas de Koch (2004).

Para finalizar seu estudo, Koch (2004) comenta sobre os mecanismos coesivos: “seu uso inadequado pode dificultar a compreensão do texto: visto possuírem, por convenção, funções bem específicas, eles não podem ser usados sem respeito a tais convenções” (p. 77).

Com base nessa arbitrariedade para os processos coesivos e seus conectores, é lícito concluir que essas convenções são mutáveis ao longo dos anos. É o caso, por exemplo, de conectores que no passado possuíam uma função e adquiriram outra (*porém*, atualmente utilizado como elo de contrajunção, indicava anteriormente causalidade).

1.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Os conceitos da coesão passaram por diversas teorias, adquirindo diferentes focos no seu desenvolvimento. Esse desenrolar é previsível, e até desejável, sempre que o homem se depara com uma nova realidade a ser descrita e classificada.

Como se pôde notar, a Linguística Textual é uma ciência relativamente nova, se comparada com a parte da Linguística que estuda a comunicação até o nível da frase. No entanto, se é certo que por um lado já houve inúmeros trabalhos acerca da textualidade, apesar do pouco tempo de existência dessa ciência, também não é errado concluir que os conceitos continuarão a evoluir e a assumir novas tendências e possibilidades.

No campo da coesão, a cada nova teoria percebe-se que os seus objetivos, perante a interação, são cada vez mais elucidados, de modo que os mecanismos de coesão forneçam pistas seguras dos objetivos e efeitos envolvidos na produção e recepção do texto.

02

Do Catim Ho Português

2.1 MUDANÇAS LINGUÍSTICAS

Quando se observa que o português é uma língua derivada do latim, inevitavelmente várias questões são suscitadas. O caminho histórico percorrido pelas línguas – as quais são necessariamente ligadas à história e à cultura de seu povo – não é simples, nem completamente previsível. Dessa forma, faz-se indispensável, além de percorrer o trajeto cursado pelo idioma em sua formação, compreender os conceitos pertinentes e as condições para que ocorra a evolução¹⁴ desse idioma.

Em todas as línguas vivas, ocorre um fenômeno inevitável chamado *mudança linguística* (FARACO, 2005). No decorrer do tempo, a cultura de determinada sociedade evolui, e, junto a ela, o idioma, que é a manifestação mais usual e direta da cultura; ele acompanha essa evolução, em um contínuo processo histórico. As mudanças ocorrem a todo momento, mesmo que nem sempre possam ser percebidas. A língua só pode evoluir enquanto for usada. Isso quer dizer que uma língua para de mudar quando deixa de ser falada, quer por extinção da sociedade que a emprega, quer por assimilação por outra língua, como nos casos em que uma população abandona a própria língua (substrato) e passa a utilizar o idioma do conquistador (superstrato).

A mudança não ocorre na língua como um todo. O processo começa em determinado contexto espacial limitado, e depois passa aos poucos a abranger o resto da extensão falante. Vale ressaltar que nem toda mudança chega a se espalhar a ponto de fixar-se no idioma. Contudo, essas contínuas modificações na língua acontecem sem que “se perca, em qualquer momento, aquilo que costuma ser chamado de *plenitude estrutural e potencial semiótico* das línguas” (FARACO, 2005, p. 14), ou seja, elas não quebram a possibilidade de interação entre os falantes. Isso corrobora o fato de a mudança não se fazer rapidamente, mas de forma lenta e gradual.

¹⁴ Devemos esclarecer, desde já, que o termo *evolução*, consagrado no que se refere às alterações dos idiomas, não deve carregar quaisquer sentidos de valor. Um estágio mais recente – evoluído – da língua não pode ser *melhor* que seu estágio anterior, e tampouco é, necessariamente, mais rico ou complexo.

O estudo desses fenômenos de mudança e a divisão da evolução das línguas em períodos é a preocupação das gramáticas históricas. As divisões são arbitrárias, pois não é possível detectar momentos de mudanças ou substituições drásticas no processo evolutivo da língua, ou na passagem de uma língua para outra. Se as mudanças fossem bruscas, haveria ruídos comunicativos suficientes para que os usuários da língua não pudessem se entender e se comunicar. Dessa forma, quando surge uma forma nova, ela permanece um período coexistindo com a forma antiga, e esta só desaparece totalmente quando a sociedade já se acostumou ao termo recente e, como em um pacto social, já cedeu preferência à construção nova. Esse fato impede o linguista de determinar exatamente o momento em que um língua sofreu uma mudança qualquer. O que ele pode perceber é que, em alguns momentos, os processos evolutivos podem ocorrer de forma mais intensa que em outros.

Fatores linguísticos e sociais estão intimamente ligados no que se refere ao sucesso das mudanças. E esses dois fatores devem ser levados em conta ao analisar uma característica marcante da evolução: a sua regularidade. Ao atentar para esse fator, os chamados neogramáticos – do século XIX – postularam que as mudanças não acontecem ao acaso simplesmente, mas antes obedecem a regras sistematizadas. No entanto, a regularidade é questionada quando se pensa no modo descomunal como ocorrem as mudanças, seja pela longa duração dos processos evolutivos, seja pela forma geográfica fragmentada com que acontece. Além disso, toda mudança está submetida à unânime aprovação dos falantes, à possibilidade de surgimento de novas linhas evolutivas, a empréstimos lexicais, a alterações na composição étnica e linguística de uma população etc.

2.2 O LATIM NO IMPÉRIO ROMANO

Como toda língua viva, o latim não era uma língua homogênea. Aliás, a maior dificuldade dos estudiosos da história desse idioma é, certamente, reconstituir as variedades de latim que existiam, principalmente da modalidade falada. Ilari (2004) aponta que toda língua possui variação vertical, no sentido de estratificação social (o que é conhecido hodiernamente por variação *diastrática*) e horizontal, no

sentido geográfico (conhecido por *diatópica*). Pode-se incluir, seguindo Bechara (1989), outros tipos de variações, como a que ocorre pela evolução histórica, temporal (*diacrônica*), ou ainda as mudanças estilísticas de acordo com a modalidade expressiva (*diafásica*). Todas essas variações estão presentes no latim.

Não só em relação ao linguístico, mas também na esfera social, o povo romano era fragmentado. De um lado, o estrato social mais culto, os patrícios, dominavam o *sermo urbanus*, um latim mais elaborado; já na base da pirâmide social, a população inculta empregava o *sermo plebeius*, um latim mais simples e concreto.

O *sermo urbanus* é a origem imediata do latim literário, utilizado pela aristocracia, principalmente em textos escritos. É uma versão elaborada e requintada da língua, que, adquirindo estabilidade e fixidez, transforma-se cada vez mais em uma variante artificial de uso limitado. Maurer Jr. (1962) argumenta que, até o fim do Império, reduz-se à linguagem de letrados, empregada em contextos especiais. É a variante característica da literatura latina, que, iniciada por Lívio Andrônico, tornar-se-á uma riquíssima fonte do latim clássico. Dada a vastíssima documentação, o latim literário é a variedade da língua mais conhecida hoje pelas pessoas (ILARI, 2004).

Já o latim falado do povo seguiu, sempre forte, sua evolução desenfreada pela variabilidade e instabilidade. Também as classes utentes dessa linguagem variavam a todo o tempo. Inicialmente da plebe romana, a linguagem foi penetrando paulatinamente as classes superiores (apesar de forte resistência destas), além de ser espalhada pelas terras conquistadas.

Esse latim, falado pelo povo em todas as épocas e que toma diferentes feições, é o *latim vulgar*. No entanto, a conceituação do que ele constitui não é tão simples. Silva Neto (1957) aponta a dificuldade em conceituar a vastidão de qualquer linguagem em modalidade falada, principalmente porque o latim vulgar não é uma linguagem só, senão uma grande soma de variações sociais, espaciais, estilísticas e temporais (compreendendo até o aparecimento das línguas românicas).

Convém retificar alguns equívocos muito frequentes sobre o latim vulgar em relação ao latim clássico. O primeiro problema é associar o vulgar à fala e o clássico à escrita. É certo que são raríssimas as documentações escritas do latim vulgar,

mas isso se deu principalmente pela falta de instrução do povo. Maurer Jr. (1962) argumenta que o latim clássico tinha reflexos diretos na fala coloquial da aristocracia.

Também não se pode afirmar que ambas as variedades constituíssem dialetos diferentes. Silva Neto (1957, p. 16) reforça esses argumentos ao argumentar que a língua é essencialmente falada; “a língua culta, literária, é artistificação dessa matéria-prima”.

Por fim, o vulgar não é corruptela do clássico, como se tem pensado, associando a decadência da literatura latina com a formação das línguas românicas. Pensou-se que o latim vulgar nada mais fosse do que a evolução do clássico, um estágio intermediário entre o latim clássico e as línguas românicas. Ilari (2004, p. 61) argumenta em favor da coexistência das duas variedades apresentando dados importantes: a) o grande número de fenômenos vulgares em toda a România, o que não seria possível se eles fossem características tardias do latim; b) a presença de vulgarismos em escritores; e c) a abundância de arcaísmos na língua vulgar. Seria impossível que peculiaridades do latim arcaico deixassem de existir em uma fase clássica para reaparecer no latim vulgar. Castro (1991) exemplifica que a ordem das palavras no latim arcaico é muito mais próxima à do latim vulgar do que à do latim clássico. Ambos têm origens similares, e a separação entre eles não é cronológica nem de escrita, mas social. É certo que evoluíram concomitantemente, cada qual direcionado a uma esfera da sociedade romana.

Não é difícil imaginar que, durante a romanização, não tenha sido o latim clássico dos grandes poetas e dos letrados o levado às áreas conquistadas. É do latim rústico e simples dos soldados e do povo que os novos latinos se alimentaram. Isso explica por que as línguas românicas não derivam do latim clássico, mas das variedades populares (ILARI, 2004).

É possível averiguar as características do latim vulgar, em oposição ao latim clássico. Com isso, pode-se compreender os motivos e as etapas de vários fenômenos relevantes na formação das línguas românicas.

Para Silva Neto (1957), sempre que se levanta o fato de o latim, notadamente em sua variedade vulgar, tornar-se uma língua comum a praticamente todos os habitantes do império, incorre-se no preconceito da existência de um latim vulgar “atópico e acrônico, isto é, com abstração de lugar e de tempo. Assim

considerando, êle, afinal de contas, ficava sendo um fantasma, uma língua artificial” (SILVA NETO, 1957, p. 39). No entanto, não se pode eliminar o fato de que ele apresentava, inicialmente, certa unidade que permitia aos falantes a comunicação. Prova disso é o que afirma Castro (1991, p. 154): “Nem todos os cidadãos do Império falariam latim do mesmo modo, mas todos eram unidos pela consciência de usarem uma mesma língua”, sendo que, quando se fala em *língua*, aborda-se em conceito coletivo, compreendendo os diversos matizes de ordem cronológica, geográfica, social etc.

De modo geral, pode-se traçar uma comparação entre o que o latim vulgar apresenta de homogêneo (como o seu coloquialismo) e a norma erudita do latim clássico.

2.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO LATIM VULGAR

Maurer Jr (1962) e Bassetto (2001) atribuem à fala vulgar as mesmas cinco características gerais, que remetem ao modo de vida simples e espontâneo dos seus utentes.

A primeira é a maior simplicidade, em todos os aspectos. Nunca houve a menor dúvida de que o latim vulgar seja mais simples do que o literário, visto que a língua falada, por sua função prática, concreta e imediata, sempre busca facilitar a interação por meio de uma linguagem mais direta, rápida e de fácil compreensão.

A segunda característica é a preferência por construções analíticas. Seguindo a tradição indo-europeia, o latim clássico manteve-se uma língua de caráter sintético (MAURER JR., 1962), o que significa que as relações sintáticas eram expressas por meio de alterações na estrutura interna das palavras (HOUAISS, 2001). Com a evolução da língua, os termos gramaticais, como preposições, advérbios, pronomes e verbos auxiliares, passaram a exercer a função das flexões. Assim, as relações entre palavras acontecem por meio de termos autônomos, o que aumenta a quantidade de vocábulos na frase.

Um exemplo é a formação por sufixos do comparativo de superioridade e o superlativo dos adjetivos. *Altus* (alto) no comparativo resultava em *altior* (mais alto que) e *altissimus* (o mais alto). Por analogia com algumas exceções, os quais

utilizavam os advérbios de intensidade *magis* e *maxime*, e com os outros comparativos, que eram analíticos, esse sistema foi simplificado, generalizando-se a forma com advérbios. O superlativo sintético atual (terminado em -íssimo ou -érrimo) foi reintroduzido na língua na época do Renascimento.

Essa mudança é condizente com a simplificação do latim em sua variedade vulgar. O sistema flexional do latim clássico é muito mais passível de exceções e, por atribuir muitos sentidos e funções aos vocábulos, acaba sobrecarregando o eixo paradigmático da estrutura frasal.

O léxico vulgar é mais concreto, o que também se relaciona com a simplificação da língua. O caráter exclusivo de língua falada e o modo de vida dos usuários refletem-se na concretude do latim vulgar.

Os termos abstratos e de cultura, muitos deles emprestados do pensamento helenístico, eram desconhecidos ao latim vulgar, e, por outro lado, ganham força as palavras concretas, que se referem à mundivivência rural e aos problemas materiais.

Nesse processo, muitos termos estranhos à língua clássica foram introduzidos, como *casa* (em lugar de *domus*), *campus* (em lugar de *ager*) e *grandis* (em lugar de *magnus*). Algumas palavras sofreram alterações semânticas, partindo do concreto para o abstrato, o que não era exatamente uma novidade no latim: *rivalis* (aquele com quem partilhava as águas de um rio) passa a “adversário”; *stilus* (haste metálica pontiaguda usada para imprimir caracteres nas tábuas enceradas¹⁵) passa a designar as características peculiares de algo ou alguém (não só de caligrafia, como inicialmente, mas também de linha de pensamento).

A deficiência de abstração é a causa da prevalência da coordenação das orações no discurso. As frases geralmente não eram interligadas por conectores, e os verbos não exerciam o *consecutio temporum* – ou seja, a correlação de tempos – como na língua clássica. Há várias inscrições que apontam a predominância da justaposição dos períodos, como exemplifica Bassetto (2001, p. 96):

Vincis: gaudes, perdis: ploras (Inscriptiones Latinae Selectae, 9453)
Vences: ficas contente, perdes: choras.

Nessa inscrição, fica subjacente a relação de condição pelo conector *se* (entre vencer e alegrar-se e entre perder e chorar) e também a contrajunção pelo

¹⁵ Definição de Houaiss (2001).

conector *mas* (oposição entre ganhar e perder).

Como se observará, o uso de conjunções foi bastante deficiente, de modo que poucas sobrevivessem na evolução do latim ao português.

A quarta característica é a maior expressividade, que, como as demais características, justifica-se pela realização linguística quase exclusivamente falada. Nas relações do dia a dia, a língua falada carrega mais espontaneidade e afetividade nas palavras. A maior prova de expressividade na língua vulgar está na abundância semântica que se atribuiu ao diminutivo. Maurer Jr. (1959) afirma que a afetividade do diminutivo é uma característica da linguagem familiar latina, e aparece mesmo em obras de Cícero e Horácio. Silva Neto (1957) acrescenta, ainda, que o diminutivo é um traço da linguagem rural, e revela o comportamento coloquial de reforçar as relações amistosas.

Por fim, nota-se menor resistência a termos estrangeiros. Em contraste com o purismo do latim clássico, que evita ao máximo tanto os estrangeirismos quanto as palavras e construções populares, tem-se, na norma popular, o mínimo de resistência às inovações. O latim vulgar absorve inicialmente palavras dos dialetos itálicos vizinhos e do grego, e, com o crescimento do Império, passa a incorporar parte do vocabulário dos povos conquistados (MAURER JR., 1962).

2.2.2 CARACTERÍSTICAS GRAMATICAIS DO LATIM VULGAR

Não é de estranhar que, ao estudar as características do latim vulgar sob diferentes prismas, claramente se perceba que todas elas remetem a uma mesma conclusão: a simplicidade e o imediatismo da língua em consonância com sua modalidade eminentemente falada e com as necessidades limitadas dos usuários.

O sistema morfológico do latim vulgar é indubitavelmente mais simples que do latim clássico. A morfologia latina simplificou-se em vários aspectos, como na redução da declinação dos nomes, no desaparecimento do gênero neutro e no desuso dos numerais ordinais. Uma das modificações mais radicais foi a extinção da maioria das conjunções latinas; acredita-se que a relação predominante no latim vulgar tenha sido a coordenação, e quase sempre assindética.

Das conjunções aditivas conserva-se *et*, e desaparecem *ac*, *atque* e *que*. As disjuntivas *aut* e *nec* sobrevivem, mas *vel* e *sive* são extintas, além de *seu*, que se manteve apenas no Oriente (MAURER JR., 1959). Das adversativas latinas (*sed*, *at*, *autem*, *verum*, *ceterum*) nenhuma se mantém, e o advérbio *magis* passa por derivação imprópria a conjunção (português *mas*, espanhol *mas*, francês *mais*, italiano *ma*). *Magis* permanece também nas línguas ibéricas enquanto elemento que expressa comparação de superioridade.

Maurer Jr. (1959) comenta que, no Ocidente, mantém-se a conjunção integrante *quod*, que passa a coexistir com *quia* e, provavelmente, *quid*. É provável que o português *que* tenha derivado de *qui(a)*.

O autor mostra que, das conjunções temporais, sobrevive no latim vulgar *quando*, mas desaparece *cum*. Mantêm-se também *antequam* e *postquam*, embora o segundo elemento tenda a alternar-se com *quid*.

Das conjunções condicionais, fica *si*. Das finais, surge *quod* e suas equivalentes, tomando lugar das extintas *ut*, *ne* e *quo*. Também com valor de consecutiva, *ut* cede lugar a *quod*. Esta forma ainda assumirá mecanismos de causalidade, assim como *quia*, e apresentar-se-á em vários tipos de construções locutivas.

Com valor comparativo e modal, mantém-se *quomo(do)*, que originou o português *como*, o romeno *co*, o italiano antigo *como* e o francês *comme*.

Todas as concessivas latinas desapareceram completamente. É o caso de *quamvis*, *etsi*, *licet*, *quamquam* etc. (MAURER JR., 1959). Isso se explica pelo fato de esse mecanismo coesivo ser bastante elaborado e complexo na estrutura sintática. Ainda hoje as concessivas são raras em situações informais.

A escassez eminente em conjunções subordinativas no latim vulgar fez surgirem locuções conjuntivas formadas a partir de *preposição* com *quod* e *quid*. Essa tendência, contudo, é mais relevante já nas línguas românicas (MAURER JR., 1959).

Já a sintaxe é o nível linguístico menos aberto a inovações, o que não impede de se notarem transformações importantes no latim vulgar.

A perda de alguns casos e a maior importância atribuída às preposições resultaram em uma nova estrutura frasal. Para suprir a perda de desinências, as relações sintáticas passam a ser marcadas também pelo uso de palavras

gramaticais e pela posição dos termos no eixo sintagmático. Essa nova organização sintática será comum às línguas românicas.

Por utilizar-se de mais formas para estruturar as sentenças, conforme já se denominou, a sintaxe vulgar é mais analítica. A preposição *de*, que contava com poucos empregos no latim clássico, passa a indicar, além de posse, várias relações. Novidade pan-românica foi o seu uso em aposto (como no português “Estado de Amapá”) e com valores afetivos (em frases como “Coitado de mim”), além de funcionar em complementos adnominais partitivos (como em “Qual de nós irá?”); em complementos de qualidade (como em “uma atriz de grande talento”); em complementos de destinação (como em “tinta de cabelo”); em complementos de matéria (como em “espada de aço”); e principalmente em complementos de procedência, onde o *de* substituiu as preposições *ex* e *ab* (como em “Venho de Portugal”). Há ainda outros empregos, como complemento de tempo, de medida, de duração, de modo, de causa e também como preposição do agente da passiva, pouco usada atualmente em português para esse fim.

A preposição *cum* passa a indicar instrumento, além de companhia e modo, e a preposição *ad* passa a iniciar complementos de atribuição, fim, objeto indireto etc. (MAURER JR., 1962).

Inicia-se até mesmo a possibilidade de algumas preposições regerem outras, como as combinações *dentre* (*de* + *entre*), *desde* (*de*+*ex*+*de*), *para com* etc.

Além do analitismo, houve a fixação da ordem das palavras. Assim, além das preposições, também a posição do termo indica sua função sintática. Maurer Jr. (1959) afirma que a sintaxe do latim vulgar é mais simples por limitar as possibilidades de disposição das palavras na frase. Embora não seja tão rígida, ocorre uma ordenação mais ou menos fixa dos elementos. Nota-se o fortalecimento da posição SUJEITO + VERBO + COMPLEMENTO no nível oracional, assim como MODIFICADO + MODIFICADOR nos sintagmas nominais. No latim clássico, a colocação é livre mesmo entre os elementos dentro de sintagmas. Pode-se inverter, por exemplo, a posição de sujeito e objeto direto separados pelo verbo, enquanto em português isso causa mudança de sentido. Dizer, por exemplo, que “O pai elogiou a filha” é diferente de dizer que “A filha elogiou o pai”.

Ao mesmo tempo em que o latim evolui para uma padronização da ordem das palavras, passa a fugir das divisões bruscas do latim clássico. O hipérbato é

muito raro em toda a România. Apenas para se ter uma ideia, tomemos uma frase em latim: “Filia mea grammaticam scit” (“Minha filha sabe gramática”). Existem 24 maneiras de ordenar essas palavras latinas, ao passo que em português, não chega à metade. A principal diferença é que, em latim, o pronome possessivo pode distanciar-se do substantivo *filia*; já em português, o modificador (representado no exemplo pelo possessivo) e seu modificado podem apenas trocar de lugar, mas devem estar unidos. Verifiquem-se algumas construções:

<i>Latim</i>	<i>Português</i>
Mea filia scit grammaticam	Minha filha sabe gramática
Filia grammaticam mea scit	*Filha gramática minha sabe
Filia grammaticam scit mea	*Filha gramática sabe minha
Filia mea grammaticam scit	Filha minha gramática sabe
Mea grammaticam filia scit	*Minha gramática filha sabe
Mea grammaticam scit filia	Minha gramática sabe filha
Scit filia mea grammaticam	Sabe filha minha gramática
Scit grammaticam filia mea	Sabe gramática filha minha
Scit mea grammaticam filia	*Sabe minha gramática filha
Grammaticam mea scit filia	*Gramática minha sabe filha

A tabela acima correlaciona o posicionamento dos termos em latim e português. As construções iniciadas com asterisco são inaceitáveis no sistema linguístico português.

A ordem no latim vulgar, embora tenha se fixado relativamente, ainda assim apresenta certa dinamicidade, que se refletirá nas línguas românicas. Por exemplo: as circunstâncias, representadas por adjuntos adverbiais, posicionam-se, de modo geral, após o verbo em todas as línguas românicas, mas têm liberdade de posicionarem no meio ou no início da oração de acordo com sua relevância no sentido do enunciado. Já os numerais cardinais antepõem-se, de regra geral, aos substantivos. Por outro lado, o artigo é enclítico ao nome no romeno, enquanto nas línguas ocidentais tenha se estabelecido como proclítico. O mesmo se averigua com possessivos e demonstrativos. Esses fatos revelam o caráter tardio da ordenação desses termos no latim vulgar, e demonstram certa liberdade na disposição das palavras em fase anterior à segmentação do latim.

Como se viu, mesmo nas línguas românicas, a colocação segue regras que permitem alguma liberdade. A colocação, nas fases antigas das línguas românicas,

está longe de ser rígida. No português medieval, há menor rigidez sintática do que no estágio moderno. Com facilidade, encontram-se frases em que a oração subordinada vem anteposta à principal¹⁶ (MAURER JR., 1959). O autor ainda afirma que, com frequência, a ordem *sujeito-predicado* é invertida em orações independentes encabeçadas por um complemento, além das optativas e das orações subordinadas introduzidas por conjunção ou pronome.

Outra característica pan-românica que carrega bastante expressividade é o uso de reforço nas negativas¹⁷. Juntam-se pleonasticamente duas negações, sem que se anulem (duas negativas geram uma positiva no latim clássico e em várias línguas modernas, como no inglês). Não se trata de inovação, já que essa característica foi herdada do latim arcaico e transformada isoladamente pelo latim clássico.

A simplificação da sintaxe reflete-se, ainda, na forte predominância da coordenação sobre a subordinação. O empobrecimento da hipotaxe, o que significa menos dependência gramatical entre os termos, revela menor relevância do uso de elementos coesivos. Embora na coordenação também se criem relações entre as sentenças, essa coesão é bem mais simples e muitas vezes dispensa conectores.

Quanto às subordinadas substantivas, nota-se a decadência do uso de orações infinitivas, que só foram reintroduzidas por via erudita, na época do Renascimento. Eram orações construídas a partir de *verba declarandi* ou *sentiendi* (que introduzem fala, pensamento, conhecimento etc.) seguidos de acusativo, como no português: “Vi saírem os meninos”. A língua popular optou por expressar essa relação de subordinação pelo uso do conector *quod* (ou *quia* ou *quid*, que se confundem com ele), o que era mais ou menos comum no latim arcaico e no tardio. Um exemplo português: “O homem sabe que a vida é breve”.

Maurer Jr. (1959) demonstra que *quod* (*quia*, *quid*) assumirá também o lugar das antigas conjunções volitivas – isto é, que exprimem decisão, ordem, permissão etc. – como *ut*, *ne* e *quominus* (“Rogo ut venias”: “Rogo que venhas”).

Nota-se facilmente que esse conector *quod* e seus relacionados se fortalecerão muito na evolução das línguas, assumindo várias funções,

¹⁶ Essa tendência foi muito forte na análise de conectores temporais. Propusemos uma explicação para a anteposição dos conectores temporais em 3.1.5.

¹⁷ Atentar, na análise, para o uso do *nem* em 3.2.1.1.

principalmente na fase medieval. Tanto é que, nessa época, coexistiram as formas *que* e *ca*, fenômeno explicado por Maurer Jr. (1959, p. 219):

Os documentos latinos revelam o uso antigo de *quod* e *quia*. O rumeno *că* vem de *quod*. As línguas ocidentais partem de *quia*, em uma forma reduzida *qui(a)* e *qu(i)a* ou então de *quid* (este tendia a substituir *quod*) e *quam*. Isso explica a duplicidade de formas encontradas: port., esp., fr. *que* e it. *che*, ao lado de it. ant., port. ant., esp. ant. e sardo *ca* e engad. *cha*.

Ainda nas substantivas, as orações interrogativas indiretas exprimem uma pergunta de forma indireta. Para Ilari (2004), o latim clássico contava com construções características para esse fim, indo o verbo para o subjuntivo e utilizando-se uma série de conjunções e pronomes interrogativos: *quis*, *quid* (quem?, o quê?), *quomodo* (como?), *quando* (quando?), *cur* (por quê?), *num*, *nonne* e *ne* (se) etc. Diferentemente, o vulgar conta com o uso do indicativo e mudou o uso dos conectores. *Quomodo* e *quando* perderam sua especificidade, abrangendo também sentido de modo e tempo, além de figurar em orações relativas; *quis* e *quid* também se estenderam a relativos; e tomou-se emprestada a conjunção *sí*, que de condicional passa também a integrante: “Quero saber se ele é dono”.

Quanto às orações adjetivas, a maior mudança consistiu em compensar a perda da declinação do pronome relativo *qui*, *quae*, *quod*. Não sendo viável introduzir preposições, o pronome passou então a mero conector de relativas, e o antecedente passa a ser retomado por pronome pessoal pleonástico. Esse anacoluto persiste no falar informal do português: “O atendente que eu não lembro o nome dele”. Em relação ao clássico, o latim vulgar é muito mais simples nas possibilidades de sentido circunstancial nas orações relativas (MAURER JR., 1959).

Por fim, as orações adverbiais sofreram nítida redução de importância pelo fator já exibido de preferência pela relação de parataxe em detrimento da hipotaxe. Sabe-se que as línguas românicas atuais são mais ricas em orações circunstanciais do que na era vulgar (ILARI, 2004), o que esclarece por que há quantidade tão reduzida de conjunções subordinativas herdadas do latim. A maioria das conjunções portuguesas são derivações de outras classes gramaticais, e ainda em forma de locuções (*para que*, *já que*, *apesar de que*, *na medida em que* etc.). Além da condicional *sí*, da temporal *quando*, da modal-comparativa *quomodo* e suas locuções, percebe-se a supremacia de *quod* (também *quid* e *quia*) e *quam* no latim

vulgar. Isso explica a presença de *que* na maioria dos conectores adverbiais românicos. Sobretudo na fase medieval, essa conjunção assumirá diversos sentidos.

Vejam-se as relações hipotáticas no latim vulgar, de acordo com Maurer Jr. (1959, pp. 221-227):

- *Oração final.* A conjunção *ut* é substituída por *quod* ou *quid*, e mais tarde por locução conjuntiva.
- *Oração consecutiva.* Ocorre processo idêntico ao anterior. Aqui, a conjunção vem geralmente reforçada por um termo de intensidade na oração principal. Isso refletiu no português: tanto... *que*, tão... *que*.
- *Oração condicional.* A conjunção *si* é uma das sobreviventes do latim vulgar. O que muda é o emprego dos modos verbais e os tipos de condições. No falar clássico, há três tipos de condicionais: *real* (com relação causa/consequência), *irreal* (quando um evento não é verificado pela incoerência da condição) e *potencial* (quando se espera que a condição se realize)¹⁸. O vulgar funde os dois últimos, devido à sutileza de distinção entre mera suposição e evento não verificado.
- *Oração concessiva.* Houve a perda de todas as conjunções, e as que existem hoje nas línguas românicas são criações posteriores, sob influência literária.
- *Oração temporal.* Salvo a sobrevivência da temporal *quando*, além de raros aparecimentos de conjunções antigas, perdem-se as demais conjunções. As locuções formadas posteriormente originam-se a partir de *quod* e correspondentes. O latim vulgar absorveu modelos clássicos em algumas locuções (*antequam*, *postquam*, *ex quo*), entre as quais poucas chegaram aos tempos modernos.
- *Oração causal.* Continuam as conjunções *quod* e *quia*, aumentando o uso de locuções, como *per quod*, *pro quod* etc.
- *Oração modal e comparativa.* *Quomodo* (como) entra em lugar das antigas *ut*, *velut* e *quam*. Há conservação desta última em comparação de desigualdade.

¹⁸ Estas classificações são de Maurer Jr. (1959). As relações referentes a estes termos foram já analisadas no capítulo anterior (seção 1.2.6.1) sob outra nomenclatura: *factual* ou *real*, *contrafactual* ou *irreal* e *não factual* ou *hipotética*, respectivamente.

Apesar de existirem essas construções, a elipse da conjunção subordinativa é comum tanto no latim vulgar, quanto nas línguas românicas. Esse fenômeno de assíndeto ocorre nas orações substantivas – a omissão de *ut* é mais comum com verbos *volo, nolo, malo, licet, oportet* etc. – e nas adverbiais concessivas, consecutivas, condicionais e até finais.

Outro fenômeno digno de nota é o uso da conjunção e em lugar das específicas para as circunstanciais. Esse emprego denuncia a tendência em direção ao caráter paratático das construções. Ainda é viva essa ocorrência no português: o período “Tomou o remédio e melhorou” apresenta uma conjunção tipicamente coordenativa para estabelecer uma relação hipotática de causa/consequência.

A notável preferência pela parataxe e pelo assíndeto é facilmente compreendida por Maurer Jr. (1959), cujas conclusões convém transpor abaixo:

Sem desconhecer influências posteriores que podem ter agido em alguns casos (assim na oração condicional, onde as línguas germânicas – o inglês e o alemão – apresentam o mesmo fenômeno), é fora de dúvida que nestas construções paratáticas e assindéticas, mais usuais justamente na fase antiga destas línguas [românicas], temos uma herança do latim vulgar, onde a parataxe devia ser processo comum na construção do período.

Com efeito, na linguagem familiar e particularmente nas obras plautinas e em outras de cunho popular, o próprio latim exemplifica o gosto pela simples justaposição de orações que na linguagem literária geralmente ficam em relação hipotática. Este uso, que é antigo, herdado certamente do indo-europeu, evita-se no latim clássico, mais preocupado na formação de períodos bem concatenados e lógicos. (MAURER JR., 1959, p. 228)

2.3 A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS

Os romanos impunham o *direito romano* às regiões dominadas e exploravam-nas economicamente, mas geralmente respeitavam as tradições locais. O latim se impôs, então, devido ao seu *status* de nível cultural mais avançado, além de ser um facilitador nas negociações dentro do império e de exprimir aos cidadãos melhores perspectivas políticas e sociais (ILARI, 2004).

Essa troca de idioma – do materno para o latim – obviamente não ocorreu instantaneamente; “ao contrário, a fala dos vencidos conviveu por décadas ou mesmo séculos com as locais, sendo o bilingüismo a situação típica depois da conquista” (ILARI, 2004, p. 49).

Com o declínio do Império, o latim passou por uma série de evoluções, que resultaram em variados dialetos derivados. Os falares que constituem a intersecção entre o latim vulgar e as línguas românicas são conhecidos por *romances*.

Dado o tamanho da România e a ausência de escolas, os dialetos se formaram, cada qual a seu tempo e a sua velocidade¹⁹, em territórios limitados e isolados. Bueno (1958) esclarece que o latim implantado na Lusitânia caracteriza-se por ser arcaico e dialetal – ou seja, é um latim pouco afetado pelas inovações romanas, e que fora trazido por pessoas oriundas de uma mesma região, com peculiaridades linguísticas. O maior exemplo dessa tendência arcaizante é a sobrevivência do *cuius (cujo)*, logo ultrapassado na metrópole. O autor observa ainda que o analitismo é bastante acentuado nessa região, revelando-se produtivo na formação de locuções adverbiais.

É sabido que alguns dos vários dialetos originados a partir do latim vulgar passaram a abranger áreas mais extensas, transformando-se em línguas nacionais. Os estados nacionais adotaram como língua padrão, na maioria dos casos, o dialeto de maior prestígio científico e cultural.

Vasconcelos (1959a) analisa as épocas da história do português. A fase de transformação do latim falado ao romance é conhecida por *pré-histórica*, e compreende os fatos desde a conquista da Península Ibérica até o século IX. Nessa fase, não se encontram vestígios do galego-português nos documentos latinos. As ocorrências só irão datar da fase *proto-histórica* do português (séc. IX ao XII), quando os documentos públicos, em latim bárbaro²⁰, acolheram muitos termos e expressões populares que denunciam o falar galaico-português. Ribeiro (s/d) afirma que, nessa fase, o galego e o português não apresentavam nenhuma diferença.

Na fase *histórica*, não só a língua como também o reino de Portugal passam a ter maior autonomia. A partir do século XII, inicia-se a preocupação disciplinar em relação à língua. É nessa época que Afonso I, rei de Portugal, torna-se independente de seu primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, e com isso tonificam-se as fronteiras do reino, isolando-o também da Galiza (TEYSSIER, 2004). Mas a

¹⁹ Segundo teoria multilinear da evolução do latim. Há outra proposta de que o latim só passou a diferenciar-se após o século VII (CASTRO, 1991).

²⁰ Vasconcelos (1959a) alerta a diferença entre latim vulgar e latim bárbaro. O primeiro é a língua viva do povo; o segundo é o latim usado pelos escritores da Idade Média, bastante adulterado e mesclado com palavras e expressões da linguagem coloquial.

completa cisão do galego e do português apenas se concluirá no século XVI, com a fixação do português padrão sob auxílio da literatura própria.

Esse período de estabilização da língua, que se inicia no séc. XII e vai até meados do século XVI, é conhecido por *arcaico*, *antigo* ou *medieval*. Saraiva; Lopes (1996) subdividem ainda essa fase em dois momentos: o primeiro vai até 1385, período que representa a formação da literatura. O galego-português contava com prestígio também em outros reinos, principalmente pela fama de Santiago de Compostela, um chamariz de peregrinação na Galiza. O segundo momento arcaico estende-se de 1385 até o surgimento das primeiras gramáticas – a de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barros, em 1540. Nessa fase, o polo difusor de cultura de Portugal passa do Norte para o Sul, o que intensifica as fronteiras com a Galiza. É nesse período que o galego-português cede espaço para a língua portuguesa, que passa por muitas e rápidas evoluções, principalmente fonéticas.

A partir do século XVI, o português já se encontra formado em sua fase moderna. Essa periodização entre estágio arcaico e moderno do português não se justifica com pouca razão. Uma vez magnificada a disciplina gramatical, a língua pôde se estabilizar, eliminando as incertezas do período anterior (COUTINHO, 1976).

2.3.1 A FORMAÇÃO DE CONECTORES NO PORTUGUÊS MEDIEVAL

O português medieval continuou o processo evolutivo do latim vulgar. A ala das palavras invariáveis (advérbios, preposições e conjunções) continuou seu processo de desenvolvimento, tipicamente lento. Diferentemente do léxico, onde a arcaização e a neologia trabalham a olhos vistos, as palavras gramaticais são as menos expostas a modificações. Por esse motivo é que Macambira (1974) agrupa essas palavras, chamadas de *palavras gramaticais*, no *sistema fechado*. Em oposição ao *sistema aberto* (que inclui as *palavras lexicais*: verbos, substantivos, adjetivos e alguns advérbios, em constante renovação), o sistema fechado (preposições, conjunções, pronomes, interjeições e alguns advérbios) é um grupo que tende a ser perene, com raras inovações. Esse grupo é usado mais frequentemente, apesar de ser numericamente menor.

A tendência à estabilidade leva alguns gramáticos a reforçarem a repreensão ao novo e tomarem atitudes extremistas. Em um artigo à revista *Língua Portuguesa*, Santana (2007) apresenta trabalhos sobre a formação de palavras gramaticais, particularmente a transformação da expressão “só que” em conjunção adversativa. Apesar do longo histórico de formação de conjunções (até mesmo no latim clássico²¹), o gramático Evanildo Bechara analisa que “só que” é uma perífrase adverbial e nunca poderá ser uma conjunção, e argumenta para isso que essas palavras pertencem a um grupo imutável (SANTANA, 2007).

As palavras gramaticais estão sujeitas a renovações e também ao desaparecimento. Um bom argumento para isso é o fato de as línguas românicas, apesar da origem comum, apresentarem conjunções diferentes (LONGHIN, 2003).

Dá-se o nome de *gramaticalização* a esse processo de passagem do sistema aberto ao fechado, ou seja, de uma forma livre, e por isso menos gramatical, para uma forma ligada, mais gramatical (CASTILHO, 2004). Para Hopper & Traugott (2003, p. 1), isso acontece não só quando “itens e construções lexicais introduzem-se em certos contextos linguísticos para exercer funções gramaticais”, mas também quando “itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais”²² (tradução nossa). Esses dois processos são percebidos no português medieval.

Ilari (2004) apresenta um exemplo, alheio às conjunções, de item lexical que adquire função gramatical. Trata-se da gramaticalização do pronome indefinido português *nada*²³. Expressões como “Não vejo” são pouco enfáticas, e por isso as línguas ibéricas acrescentaram o participio do verbo *nascere* (*nado*) da expressão *rem nata* (*coisa nascida*). Assim, “Não vejo nada” remonta a “*non video rem nata*”,

²¹ É o que se percebe, por exemplo, nas conjunções adversativas. *Sed, autem, tamen*, entre outras, são criações secundárias. Aliás, grande parte das conjunções latinas de raiz *qu-* são antigas palavras relativas ou interrogativas. Isso permite entender que muitas conjunções latinas têm origem em palavras caracterizadas pela capacidade de estabelecer referências com elemento de outra sentença (ERNOUT & MEILLET *apud* LONGHIN, 2003).

²² No original, respectivamente: “lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions” / “grammatical items develop new grammatical functions”.

²³ A título de curiosidade, Ilari (2004) apresenta também o caso interessante da origem da negação francesa. Sabe-se que a negação nessa língua se faz com o negativo *ne* antes do verbo e *pas* depois. A palavra *pas* significa *passo* e *nada* tinha de negativa. Era inicialmente usada em verbos de movimento com valor expressivo: “*Ne bourger pas*” (“Não vou me mexer um passo”). Depois, ela passou a fazer parte da construção, sendo hoje mais relevante do que a própria negativa original *ne*. Como no caso uma palavra do léxico comum passou a fazer parte da gramática da língua, tem-se a *gramaticalização*.

ou seja, “Não vejo coisa nascida/criada”. O mesmo autor exemplifica o processo de um item gramatical adquirir nova função também gramatical. A conjunção condicional *si* (*se*) transformou-se em integrante devido à proximidade de construções como: “Se vieres, avisa-me” e “Avisa-me se vens”. Diferentemente das conjunções integrantes do latim clássico, a língua vulgar adotou o *si* para introduzir interrogativas indiretas cuja resposta é do tipo sim/não. Explicam-se assim os dois empregos de *se* nas línguas românicas (ILARI, 2004, p. 125).

O que justifica a renovação de palavras é, de modo geral, a busca por expressividade. Sob foco da estilística, Lapa (1959) encontra, na linguagem falada, a justificativa da busca pela expressividade. A oralidade transforma as palavras gramaticais, imprimindo-lhes um cunho preferencialmente emotivo.

O valor expressivo das palavras se gasta com o uso, por dois fatores: pela repetição do emprego e pela redução fônica²⁴. Com isso, a forma menos expressiva é substituída por outra de maior intensidade, a qual está vulnerável a passar pelo mesmo processo de desbotamento e arcaização. Para Longhin (2003), há um ciclo de renovações em busca das formas mais expressivas para juntar sentenças.

Vários são os processos de formação de conectores na origem das línguas românicas, em que houve uma grande reformulação do quadro de conectores. Para suprir a necessidade de conjunções, a língua não criou palavras novas, mas ora aproveitou termos já existentes, atribuindo-lhes novos sentidos, ora formou locuções com esses termos. Vejam-se explicados os dois casos:

a) Empréstimo de palavras de diferentes classes de palavras, conhecido por *derivação imprópria*. É assim que o numeral *segundo* tornou-se preposição e, em seguida, passou a conjunção. Também foram emprestadas as formas verbais *quer* e *seja* para as disjunções, sempre iniciando todas as proposições do enunciado. Note-se a sobrevida do valor verbal em *seja*, que, quando referido ao passado, é substituído por *fosse* (CÂMARA JR., 1985).

No entanto, a maior fonte de empréstimos para as conjunções, principalmente na parataxe, são os advérbios. Câmara Jr. (1985) afirma que,

²⁴ As palavras latinas são geralmente mais volumosas fonicamente do que as derivadas românicas, como se nota em *colore* > *cor* ou *palumba* > *pomba*. Além dessas quedas metaplasmáticas, há reduções de constituintes dentro de locuções, como demonstra a origem da conjunção *caso*: *sendo caso que/ posto caso que* > *caso que* > *caso*.

geneticamente, as coordenativas são sempre adverbiais. Mesmo a copulativa por excelência *e*, no latim clássico, tem um emprego adverbial com sentido de *também*.

Do advérbio latino temporal *post*, “depois”, resultou a conjunção explicativa *pois*. Também temporal, o advérbio *já* tornou-se conjunção alternativa com sentido de intermitência de tempo. No latim vulgar, a opositiva *mas* (do latim *magis*, “mais”) evoluiu em detrimento de *sed* – principal adversativa no latim clássico. Segundo Rocha (2007), *magis* era frequentemente empregado ao lado de *sed*, com ideia implícita de preferência (reforce-se que *magis* é essencialmente comparativo). Assim, formou a expressão *sed magis* (*mas mais*), de modo que a segunda palavra se impregnasse do valor adversativo da primeira e acabasse por substituí-la. Um processo similar originou o sentido adversativo de *porém*, inicialmente uma expressão adverbial equivalente a “por isso”, que passa a ser empregado ao lado de *mas* na expressão *mas porém* (CÂMARA JR., 1985).

Curioso é notar que a conjunção *mas* não é flexível de colocação, devendo estar sempre posicionada no início da oração contrastiva. Diferentemente dessa conjunção, que é adversativa desde o latim vulgar, as conjunções vernáculas, como *porém*, *todavia*, *no entanto* e *entretanto*, ainda carregam um emprego adverbial por serem mais recentes. Isso explica por que elas podem ligar orações mesmo não estando no ponto de contato delas:

<i>Proposição 1</i>	<i>Conexão</i>	<i>Proposição 2</i>
Ele nunca falta,	porém	chega tarde.
Ele nunca falta,		chega, porém, tarde.

b) Formação de locuções conjuntivas com dois ou mais elementos de natureza diversa, ora conservando-os separados, ora reunindo-os num só vocábulo. São exemplos de locuções que resultaram em um só vocábulo: *porém* (de *per ĩnde* ou *pro ĩnde*), inicialmente com sentido adverbial explicativo, *embora* (de “em boa hora”), *todavia*, *porque*, *pero* (de *per hoc*) etc.

Entre as conjunções subordinativas, as quais sobreviveram em menor número no português, destaca-se o fortalecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência. Câmara Jr. (1985) explica esse fato pela homonímia do *que* subordinativo integrante (como em “Respondi que conheço”) com o pronome relativo *que* (como em “A cidade que conheço”). Originalmente, tem-se o pronome

relativo em sua forma neutra – *quod* – que já no latim passou a ser usado como conjunção causal e depois como integrante de verbos sensitivos (“dizer que...”, “pedir que...”, “sentir que...”). A língua popular acabou substituindo essa forma por *quid*, que era a forma utilizada nos mesmos verbos, mas na forma interrogativa. Assim, para a pergunta “*Quid vides?*” (“Que vê?”) passou-se a responder “*Video quid*” e não mais “*Video quod*” (“Vejo que”) (NUNES, 1956). Soma-se a esses esvaziamentos de sentido a convergência da evolução fonética da comparativa *quam*, como em “*Senior quam*” (“Mais velho que”). Tudo isso resultou no conector multifuncional *que*, usado em várias funções frasais.

Ela [a partícula *que*] integra uma oração em outra no caráter de sujeito ou objeto (conjunção integrante ou completiva), subordina um termo de comparação a outro (conjunção comparativa), introduz uma oração expressadora da causa do que se comunica (conjunção causal), assinala uma conseqüência do que se comunica (conjunção consecutiva). Pode até substituir-se à partícula coordenativa *e*, para estabelecer estilisticamente um elo formal de subordinação onde, em última análise, há apenas coordenação (“*Maravilha feita de Deus, que não de humano braço*”). (CÂMARA JR., 1985)

Nunes (1956) sumariza que o *que*, isolado, pode valer por qualquer conjunção, excetuando-se apenas as conclusivas e condicionais. Ainda assim, para novas subordinativas se formarem, bastou acrescentar um *que*, e raramente um *como*, a elementos de caráter adverbial, como:

- a) preposições: *des que* (arc.), *desde que*, *sem que*, *ante que* (arc.), *em que* (arc.);
- b) advérbios: *assim que*, *ainda que*, *já que*, *pois que*, *sempre que*, *mal que*, *logo que*, *logo como*;
- c) locuções (prep. + nome): *de sorte que*, *de modo que*, *a fim de que*, *ao passo que*, *à medida que*;
- d) substantivos: *caso que*;
- e) pronomes: *cada que* (arc.);
- f) verbos: *visto que*, *visto como*, *posto que*;
- g) sintagmas: *todas as vezes que*, *a não ser que*, *quando quer que*, *non embargante que* (arc.).

Said Ali (1964) comenta a razão de tamanha fecundidade na formação de locuções conjuncionais. Para o autor, o elemento de caráter adverbial foi deslocado de uma oração a outra. Deveria modificar o verbo principal, mas é atraído pela partícula *que* da oração subordinada; então se junta a ela formando uma nova locução. Tomemos por exemplo a construção hipotética, em que há subordinação temporal: “*Quando* nos separarmos, *ainda* serei fiel a ele”; na ordem direta, tem-se: “Serei fiel a ele *ainda, quando* nos separarmos”. No momento seguinte, a conjunção *quando* atrai o intensificador *ainda*, e, dessa junção, forma-se uma locução concessiva, cujo sentido é mais abstrato e, portanto, mais elaborado que o sentido temporal: “Serei fiel a ele, *ainda quando* nos separarmos”.

Essa concomitância de partículas coesivas, uma na oração subordinante (com um elemento de reforço), outra na subordinada (com a conjunção), é, de modo geral, a origem das locuções conjuntivas. Porém, mais do que isso, esse fenômeno explica também as chamadas *conjunções correlativas*. Ou seja, pode ocorrer que essas palavras estabeleçam a ligação de sentido entre si, mas continuem separadas no co-texto. É o que Módolo (2005) apresenta em seu *corpus*, v.g.: “*Tanto* tem o contracto toda a força, como se houvesse escriptura publica, *que* o governo incluiu na concessão que nos foi feita a linha de que se trata” (MÓDOLO, 2005, p. 173). Embora exista a locução *tanto que*, na frase citada os dois membros estão em orações diferentes.

Embora atualmente também sejam comuns construções correlativas, principalmente nas comparativas (*mais... que...*), proporcionais (*quanto mais... mais...*) e consecutivas (*tanto... que...*), no português medieval, notam-se correlações peculiares, que hoje soariam como redundantes. Como se ilustrará na análise desta pesquisa, alguns correlativos enfáticos que não se transferiram à oração subordinada acabaram se desfazendo na modernização da língua. Um exemplo de Said Ali (1964, p. 223): “E *ainda que* alguns sejam de obscura geração, *todavia* são venerados e acatados”. No português atual, apenas um dos elementos – *ainda que* ou *todavia* – é suficiente para representar a contrajunção. O autor expressa que ocorre o mesmo com as concessivas *entretanto*, *contudo* e *ainda assim*.

Esses e outros usos revelam, por um lado, o universo expressivo e emotivo da oralidade, e, por outro, a falta da disciplina gramatical. Mattos e Silva (1993) aponta que as conjunções apresentavam-se com possibilidades de uso

extremamente diversificadas, em três aspectos. O primeiro remete à *abertura estrutural* que não regula as possibilidades de construção sintática, como no caso supracitado da correlação de *ainda que* e *todavia* ou então na combinação de conectores para formar novos, com *logo que*, *logo como* e *logo quando*. Posteriormente, a tradição gramatical buscou padronizar e estabelecer uma sintaxe menos flexível. O segundo aspecto é o *polimorfismo*, ou seja, várias formas para um mesmo significante. Por falta de tradição escrita, encontram-se documentados, com o mesmo sentido, *porem*, *por em*, *por en*, *porende*, *por ende*, *perem* e *perende*. Finalmente, tem-se a *polissemia*, como se viu sobre o uso do *que*. Muitos conectores contavam com mais de um significado, podendo estabelecer várias relações de sentido. Essa característica sempre perdurou na linguagem “real” do dia a dia, seja falada ou escrita, coloquial ou rebuscada. Embora a gramática tradicional force uma classificação específica para cada conjunção, ciências como a Linguística Textual vêm descrevendo outras possibilidades de construção de sentidos. Mesmo anteriormente a essa ciência, Dias (1970, pp. 288-289) mostra exemplos que se aplicam à fala hodierna de usos estranhos à sistematização tradicional, como *quando* com sentido condicional (v.g.: “Não se é pobre, *quando* se tem saúde”) ou então de contraste (v.g.: “desconhecião [Christo] os homens, *quando* o conhecião os animaes”).

Essa polissemia possibilitou que, com a ação do tempo, muitos conectores mudassem de sentido e função coesiva. Isso é esperado se levado em conta o que se discutiu no início deste tópico: o fato de os conectores se renovarem constantemente. Esse processo, do português medieval para o atual, aconteceu principalmente no campo semântico, evitando, assim, uma perda muito grande no quadro de palavras invariáveis, como sucedeu no latim vulgar²⁵.

Said Ali (1964, pp. 222-223) chama a atenção para o fato de certos conectores tomarem novos sentidos muito diversos ao longo do tempo. *Tanto que* exprimia a ideia de tempo até o século XVIII – como a ocorrência (212) desta pesquisa (p. 116) –, e atualmente é usado com o sentido de comprovação, como em “Estava sonolento, *tanto que* cochilou”. Da mesma forma, *entretanto* e *entanto* passaram de temporais a adversativas. A ideia modal de *Assi que* perdurou por

²⁵ É claro que houve conectores que entraram em desuso e desapareceram, como *pero*, *maguer*, *sol que* etc.

vários séculos, e em seguida passou a temporal. Atualmente se nota a oscilação de sentidos de *posto que*, ora concessiva, ora causal, embora os dicionários não registrem este uso. Vejam-se os seguintes exemplos, o primeiro, retirado do dicionário Houaiss (2001), e o segundo, do célebre soneto de Vinícius de Moraes: “Ele não se decidiu pela carreira artística, *posto que* tivesse talento.” (concessiva); “Que não seja imortal, *posto que* é chama/ Mas que seja infinito enquanto dure.”²⁶ (causal). Processo semelhante passou *dado que*, originalmente concessiva, que passou a exercer também valor causal.

De acordo com Barreto (1999), conforme as palavras se gramaticalizam, tendem a passar de um conceito mais concreto para um mais abstrato, uma vez que as ferramentas de textualidade são mais esvaziadas de sentido e, portanto, menos concretas. Isso explicaria, por exemplo, a perda do sentido culturalmente supersticioso de *embora*. Para Said Ali (1964), havia o costume de introduzir nas frases optativas e imperativas o desejo de exprimir que a ação referida viria *em boa hora*, em boa ocasião. Frequentemente usada com verbos de movimento, a expressão perdeu o sentido de bom agouro e passou a expressar, junto ao verbo, o afastamento, como em “Vou embora”. Paralelamente, ainda com orações optativas, introduziu-se para demonstrar que o falante não se opõe ao cumprimento de um fato, como ilustra o filólogo com um exemplo de Gil Vicente: “*Ria embora quem quizer, que eu em meu siso estou*” (SAID ALI, 1964, p. 190). A partir disso, o advérbio tornou-se conjunção concessiva. Esse exemplo ilustra muito bem o trajeto da expressão com sentido concreto em direção ao sentido abstrato.

Feitas essas considerações, não resta dúvida de que mesmo um dos quadros de palavras mais estáveis da língua passa, a seu ritmo, por contínuas mudanças.

2.3.2 A FRASE PORTUGUESA

Se, para Paiva (1988), um dos grandes problemas do português medieval são as frases muito longas, Bueno (1958) intensifica a dificuldade ao considerar que

²⁶ MORAIS, Vinícius. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1968, p. 350. (grifo nosso)

os textos ora pecam pelo excesso, reunindo orações que deveriam estar separadas, ora pela deficiência, separando unidades interdependentes pela lógica. Sempre retomando que não havia ainda uma tradição gramatical, não é espantoso que a pontuação fosse falha, “geralmente empregada ao gosto do organizador ou do editor da obra arcaica de tal modo que, com muita freqüência, só contribui para confundir o leitor” (PAIVA, 1988, p. 76).

Um dos fatores que contribuem para a extensão dos períodos é a redundância. Notável é a construção negativa, que se valeu não só dos elementos essencialmente negativos – como *non* –, mas também de certos advérbios, adjetivos, substantivos, pronomes e conjunções para imprimir ênfase nos sentidos. Bueno (1958) mostra que o mais antigo reforço é a palavra latina *rem* (*coisa*) que foi contaminada pelos semas negativos das palavras que a acompanhavam: *nulha* (*nula*) *rem*, *non dar rem*, *non se pagar rem* etc. Outras palavras foram empregadas com mesma finalidade: *nulho*, *nemigalha*, *nada*²⁷, *passo*²⁸ etc., como nos exemplos da Demanda do Santo Graal “*Non podiam rem dizer*”, “*Non quis tardar nemigalha*”. De Gil Vicente retira o filólogo exemplos de duplas negativas: “*Nem tu não has de vir cá*”, “*E ninguém não me deseja. Nenhum velho não tem siso natural. Nem passo não se esquecia*” (BUENO, 1958, p. 237)²⁹.

Além disso, como já se introduziu no tópico 2.3.1, é comum na era arcaica o uso de conectores de forma pleonástica. Muitos desses empregos justificam-se pelo valor ainda adverbial de vários conectores (como as adversativas empregadas correlativamente). No entanto, Nunes (1959, p. LXXXVII) chama a atenção para a repetição da partícula *que*, principalmente quando integrante: “disse-lhe *que*... ante a porta u o cavalo o posesse, *que* ali decesse”; não nos parece coincidência que a conjunção fosse repetida quando havia a introdução de uma oração intercalada.

Quanto à construção frasal, a língua portuguesa não estava, em seu início de cultura escrita, adaptada para as elaborações do pensamento por meio da

²⁷ Para gramaticalização do particípio *nada* em pronome indefinido, ver p. 65.

²⁸ Ver nota 23, p. 65.

²⁹ Impossível não lembrar a falsa correção que se faz hoje em dia do uso das duas negativas (como em “Não vi nada”), sob alegação de que duas negativas se anulam e resultam em afirmação. Contra essa ideia está a história da língua e as palavras do Prof. Joaquim Carvalho da Silva (2010, p. 160): “Esta asserção [duas negativas equivalem a uma afirmação] pode ser válida, em absoluto, para a matemática, não para a gramática”.

hipotaxe. Recordando que a coordenação – às vezes por mera justaposição – é a forma predominante de produção textual, Bueno (1958, p. 199) entende a dificuldade dos escritores arcaicos e até dos primeiros clássicos, que “se viram enleados e emaranhados cada vez mais, nessas circunstâncias adverbiais, nessas orações relativas e integrantes que faziam um todo lógicamente articulado”. Para o autor, os defeitos desses autores são análogos aos dos que se iniciam na escrita: “a monotonia das copulativas, a insuportável série dos *quês*, dos *ondes*, a confusão do pensamento” (BUENO, 1958, p. 199). Isso não impediu, porém, que autores mergulhassem fundo no desafio de construir períodos longos e cheios de estruturas subordinadas, certamente com vistas à erudição.

Lapa (1959), deixando de lado o aspecto lógico da partícula *e*, reconhece o seu valor afetivo, comum na linguagem infantil e popular. Em grande parte dos casos, o conector *e*, além de sua função primária aditiva, funciona como *encadeador do discurso* (conforme MATTOS E SILVA, 1993), também denominado *articulador do texto* (conforme ASSALIM, 2007). Nessas situações, essa partícula pode introduzir parágrafos, conectando e retomando enunciados.

Os problemas levantados por Bueno (1958) perduram até o século XVII, quando a filosofia escolástica contribuiu na ordenação do raciocínio e nos recursos literários. No Trovadorismo, as cantigas apresentavam maior lucidez, pelo fato de serem de pequena extensão, com pensamentos simples e estereotipados. Na prosa, a narração ainda era menos sofrida do que a dissertação, por conta do vocabulário mais abstrato e pelo pensamento mais racional que a última exige.

Nas relações hipotáticas, além do uso de conectores, permite a língua estabelecer as relações circunstanciais por estruturas com as formas nominais do gerúndio e infinitivo. Mattos e Silva (1993, pp. 118-119) conclui em sua pesquisa que, entre as relações estabelecidas por formas nominais do verbo, as temporais e as causais são as mais frequentemente encontradas, como em “*Andand’* eu mui triste em hũũ dia [...] apartei-me em hũũ logar” (temporal) e “E non *querendo* el comer as carnes que os outros comian, o padre e a madre escarnecian del” (causal). A autora afirma que existem ainda reduzidas concessivas, modais e condicionais a partir de gerúndios, e que orações infinitivas frequentemente introduzem orações finais precedidas de *pera* e causais precedidas de *per* e *por*.

Como ainda hoje, era possível coordenar oração reduzida nominal com uma oração conjuncional, resultando em uma mudança na construção sintática. O exemplo é de Nunes (1959, p. LXXXIX): “deu ao espital de Jerusalém... oitenta vezes mil marvidiis *pera comprarem* erdades e *que dessem* aos enfermos”³⁰. Esse pouco rigor formal encerra também, nos textos arcaicos, os muitos anacolutos, ou seja, falta de ligação na frase ou mudança de tratamento: “E depois seu padre d’ela *filharom*-lhe seus genros a terra”, “Ajudade-nos e rogade a Deus e os *teus* conselhos quedem em nós” (NUNES, 1959, p. LXXXVII).

Em se tratando da ordem das palavras na frase, Bueno (1958) expõe que a prosa arcaica, por ser mais próxima dos modelos latinos, apresenta muitas inversões, de modo que a ordem indireta é a preferida. Os verbos eram colocados ao fim da frase, e os pronomes oblíquos podiam vir em posição proclítica ou enclítica, ocorrendo até mesmo a anteposição não apenas ao verbo, mas ao sujeito: “o mal que m’ela faz aver” (BUENO, 1958, p. 224).

Câmara Jr. (1985, p. 250) entende que exista um princípio básico de atribuir ênfase ao último elemento da frase. É isso que diferencia as três colocações citadas pelo autor: a) eu saio às três horas (a que horas?); b) às três horas eu saio (que faço?); c) às três horas saio eu (quem sai?). Quanto ao sujeito, sendo ele o tema a ser desenvolvido, sua posição natural é no início, mas existe possibilidade de inversão, quando a frase se inicia pela circunstância assinalada por advérbios, como em “Depois disso levantaram-se os convidados”.

O português, principalmente na literatura, tem-se aproveitado da tendência a uma “ordem direta” exatamente para criar novos padrões, a fim de intensificar o valor estilístico e retórico do enunciado. É dessa liberdade que se criou a figura retórica do hipérbato (CÂMARA JR., 1985).

2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

O latim levado aos territórios dominados no Império Romano não foi o latim da aristocracia, muito menos dos poetas, mas sim o da língua conhecida por *vulgar*,

³⁰ Algo parecido em português contemporâneo seria: “Ele pediu *para eu comprar* as frutas e *que as guardasse* na geladeira”.

pertencente ao falar simples, concreto e expressivo da massa social.

É necessário conhecer a história e as características do latim vulgar para compreender os motivos que levaram as línguas românicas a praticamente reconstruir o quadro de elementos coesivos.

Entre as diversas peculiaridades dessa linguagem, notou-se que as construções eram em maioria paratáticas, predominando a justaposição assindética das orações, o que ocasionou a arcaização da maioria das conjunções latinas. Todos os fatores linguísticos apresentados encetam para a realidade dos falantes, voltados ao imediatismo de sua mundivivência.

Já na fase de formação do português, nota-se acelerado processo de mudanças linguísticas, incluindo a fixação de novos conectores. A frase portuguesa toma cada vez mais matizes próprios que a particularizarão em face às outras línguas românicas.

03

Análise Do Corpus

Da pouca riqueza de conectores do latim vulgar, as línguas românicas tiveram de criar a maior parte de seus elementos de conexão. Em oposição ao latim vulgar, os documentos medievais portugueses apresentam uso abundante de conectores, destacando-se tanto pela recorrência de uso, quanto pelas complexas relações de sentido que os conectores assumem. Esse fenômeno refere-se a textos escritos, a maioria literários, e os resultados, portanto, não representam a língua falada. Uma explicação para o uso intenso de conectores nos documentos seria a busca pela expressividade, também presente nas repetições e nas diversas locuções e correlações. É inegável que, seja pela hipotaxe ou pela parataxe, houve uma tempestade de estímulos que contribuíram expressamente para a formação dos conectores. Acentuadamente nessa fase, novos conectores surgiram, outros mudaram de sentido, outros desapareceram.

É o caso de *pero* e *porém*, usados como causais e contrajuntivos. Eles passam pelas fases de evolução já descritas (ver 2.3.1): de advérbios a conectores, a partir do sentido causal, passam a ser usados também com o sentido contrajuntivo; os dois sentidos, curiosamente tão discordantes, convivem, até que o segundo suplante o primeiro. Ambos passaram pelo mesmo processo, mas em épocas diferentes. *Pero* tornou-se contrajuntivo primeiro e depois desapareceu; já a transformação de *porém* em contrajuntivo é mais recente e permanece até hoje. Por ser este um estudo da Linguística Textual, esta análise não foca as diferenças entre épocas, e sim entre grupos textuais, mas é notável que, em Gil Vicente, por exemplo, já não há qualquer ocorrência de *porém* causal. Na poesia, apenas as palacianas, que são mais recentes, apresentaram *porém* contrajuntivo, também apenas elas não apresentaram nenhum *porém* causal, e, ao contrário das outras, não apresentaram nenhum *pero*.

Com todos esses desdobramentos, este estudo não pretende arrolar todos os conectores medievais com suas variadas relações de sentido. No entanto, dada a diversidade dos textos do *corpus*, acredita-se que se possa traçar um panorama do sistema coesivo do português medieval, contando com exemplos dos conectores mais recorrentes àquela época.

A partir das análises feitas, chegou-se ao seguinte quadro de ocorrências, dividido por grupos de textos e por relações de sentido:

Tabela 4 – Levantamento de ocorrências de conectores no *corpus*

Mecanismos Grupos		Relações lógicas											Relações discursivo-argumentativas								Total:		
		Condição	Causalidade			Finalidade	Disjunção	Tempo				Conformidade	Conjunção	Disjunção argum	Contração	Explicação ou justificativa	Comparação	Especificação		Contraste		Correção/redefinição	
			Causal	Conclusiva	Consecutiva			Pontual	Anterior	Posterior	Contínuo/progressivo							Especificação	Exemplificação				
Prosa	Dissertação	Textos notariais	27	18	2	7	10	76	1	-	18	6	43	730	-	4	-	6	6	-	-	-	954
		Prosa moralística	36	86	4	21	24	62	11	2	11	8	21	646	-	54	27	33	9	6	3	-	1064
		Tratados técnicos	80	82	44	33	36	93	49	1	15	4	25	648	-	56	50	62	13	2	6	2	1301
	Narração	Historiografia	23	58	2	20	23	5	36	-	24	19	25	871	-	66	33	23	2	-	1	-	1231
		Novelística/fábulas	38	71	9	61	20	12	69	3	61	26	22	882	3	61	42	34	-	-	3	-	1417
		Narrativas religiosas	11	44	13	23	18	17	27	1	35	5	37	838	-	31	16	38	2	4	-	-	1160
Injunção	Textos jurídicos	176	42	17	20	35	164	20	9	22	10	33	701	-	65	17	37	2	2	-	-	1372	
	Regras monásticas	126	29	8	8	26	129	21	8	10	4	22	679	-	51	14	19	14	3	-	2	1173	
Verso		89	114	10	29	18	20	37	2	25	11	13	465	1	97	106	34	1	-	-	1	1073	
Teatro		44	64	7	33	11	62	18	4	11	2	11	488	-	89	46	51	-	1	-	1	943	
Total:		650	608	116	255	221	640	289	30	232	95	245	6.948	4	574	351	338	49	18	13	6	11.689	

Seguindo a ordem das relações de sentido, apresentam-se a seguir os efeitos de sentido na conexão das proposições. Levou-se em conta a quantidade de ocorrências nos variados grupos de textos, além dos diferentes conectores³¹ que compõem cada relação de sentido.

3.1 RELAÇÕES LÓGICAS

3.1.1 CONDICIONALIDADE

A interdependência das proposições relacionadas pela condicionalidade posiciona esse mecanismo na função de prever ou propor uma consequência para determinado ato ou fenômeno. Com isso, consegue-se compreender a expressiva quantidade de conectores condicionais nos textos injuntivos do *corpus*. Os textos jurídicos e as regras monásticas apresentaram, respectivamente, a primeira e a segunda posição entre os que mais trouxeram a condicionalidade.

Nos textos jurídicos, o objetivo de estabelecer leis exige que se explicitem as circunstâncias que devem ser verificadas como verdadeiras para que determinada medida seja aplicada. O texto *Os Costumes de Santarém*, que foi o que apresentou mais ocorrências, é estruturado em *títulos* de pequena extensão, em que se apresentam, em cada um, uma atitude hipotética e o que se deve fazer a respeito dela, seguindo os “bons costumes”. Veja-se, por exemplo, o título 48:

- (1) Do amo que ferir seu manço. Custume he **sse** fírír meu mãçobo ou meu homẽ nõ sóo theudo (*compelido*)³² de lho correger **se** lhy nõ tolho nõbro. (SANT, T. 48)

³¹ Importante é salientar que este estudo desconsidera as variedades ortográficas da fase medieval, como, por exemplo, entre *assí, assy, asy, asi* entre outros. Por isso, ao fazer referência a um termo, usou-se a ortografia com que ele se encontra na ocorrência analisada. Tal análise deve ser generalizada para as outras formas de grafia.

³² Nos exemplos transcritos, as informações entre parênteses são atualizações de termos arcaicos. Usou-se por base o *Dicionário da Língua Portuguesa Medieval*, de Silva (2007). Todos os grifos nas ocorrências são nossos.

Características semelhantes traz o texto *Sacramental*, com o maior número de ocorrências dentro do grupo de regras monásticas. Ele é estruturado em capítulos pequenos que se limitam a conduzir os padres e ministros em possíveis adversidades, como o que fazer se um verme comer a hóstia ou se o vinho consagrado cair do cálice:

- (2) E **sse** por sua negligemçia for ha hostya toda comida de gussanos (*vermes*) ou de traça, deue fazer penitência em pam e augua tres coesmas. E **sse** for achada en terra ou teuer alguũ gussano que ha roeer deue sseer queymada. (SACR, C. 154)

O texto jurídico Foro Real estabelece leis, e tem a particularidade de formar-se por capítulos maiores que dos Costumes de Santarém. Isso por não só expor regras, mas também dissertar sobre a moral e a fé. Essa característica é interessante porque possibilita notar a ausência de condicionais nas passagens em que se argumenta a favor da lei, e, por outro lado, a recorrência dos conectores nas passagens injuntivas. Esse fato se justifica pelo fato de a injunção conjecturar hipóteses, enquanto a argumentação fixa-se na verificação dos fatos. No capítulo *Título da guarda del rey*, há doze condicionais, posicionando-se dez delas nas últimas seis frases. Antes disso, o autor discursa sobre as palavras de Cristo sobre obediência ao rei, para depois concluir estabelecendo a lei, pautado nas palavras divinas. Note-se, no excerto abaixo, a ausência de condicional na passagem argumentativa e duas ocorrências na injuntiva:

- (3) E mandou que todo o pobuu en huu e cada huu per si obedecessẽ aos mandamentos de seu rey e que o amassẽ e guardassem e onrassẽ e prezassẽ e que gardassẽ sa fama boa e ssa onrra come seus coorpos mesmos.
[...]
Outrosy mandamos que nẽnguũ nõ diga mal del rey depouys que [este] for morto, e **se** o diser peyte C maraudis (*pague 100 morabitanos*) a el rey e **se** nõ ouuer onde os peyte (*se não puder pagar*) perça quanto ouuer e fique a mercee del rey. (FORO, F. 72v-73v)

Curioso é notar que, dentro do grupo que apresentou mais usos da condição, figura um texto jurídico com apenas uma ocorrência: as *Ordenações Afonsinas*. Possivelmente seu caráter extremista e absolutista, com muitas ordenações que soariam antiéticas em nosso tempo, contribui para que não se

analisem casos hipotéticos. O autor limita-se a expor a ordenação e, em alguns casos, explicá-la³³.

O grupo que menos apresentou a coesão condicional é o da literatura religiosa; um dado curioso, pois os outros grupos narrativos demonstraram mais que o dobro de ocorrências³⁴. Dois fatores podem ter contribuído para isso. O primeiro seria o discurso religioso, com sua tendência maniqueísta, que se preocupa mais em homogeneizar os comportamentos do que em levantar situações hipotéticas. Essa relação entre a ideologia cristã e a estrutura linguística dos textos vai ao encontro de Auerbach (2004), que analisa o uso de conectores e suas relações lógicas em textos clássicos e cristãos. O autor verifica a predominância de relações lógicas na visão greco-romana, que interpreta a História como encadeamento de eventos interligados pelo tempo e pela causalidade, condicionalidade e consequência. Já na visão cristã, a história estabelece relações acrônicas e irracionais entre eventos sem ligação temporal nem causal, daí o predomínio da parataxe. Um dos exemplos de Auerbach é o sacrifício de Isaac como um anúncio do sacrifício de Jesus. Senão pela verticalidade da providência divina, “a conexão temporal-horizontal e causal dos acontecimentos é dissolvida” (AUERBACH, 2004, p. 63).

Outra tentativa – que se relaciona com a anterior – de explicar a baixa ocorrência de condicionalidade na literatura religiosa seria o conteúdo dos discursos diretos e indiretos nesses textos em oposição aos outros textos narrativos. Nestes haveria maior trama no enredo, construído a partir de desdobramentos do acaso, os quais se refletem e culminam nas falas das personagens. Em contrapartida, as falas nos textos religiosos são permeados por uma única verdade onitemporal e por determinismos, como se a história não se construísse, mas apenas se fosse revelando. O foco nos discursos diretos e indiretos se dá porque neles ocorreram a quase totalidade das ocorrências de condicionais nos textos narrativos. Uma vez

³³ Veja-se a generalização – e conseqüente ausência de condicionalidade – que se faz nas passagens: “a qual cousa pera todo sempre Estabelecemos que nom valha” (AFON, L. 2, T. 31); “mandamos que em todo caso dos sobreditos, e quaeesquer outros que acontecer possão per qualquer guisa, e maneira que seja, fique sempre a appellaçom reservada pera nós, e pera os nossos Officiaes” (AFON, L. 2 T. 71).

³⁴ Corroborando esses dados estão as cantigas religiosas, as quais, em face às de amor, de amigo, satíricas e palacianas, apresentaram o menor índice de relações condicionais, com menos da metade da média geral. Vale ressaltar que, ao contrário das outras, as cantigas religiosas são narrativas.

que uma narração é algo que sucedeu no passado do narrador, não seria de se esperar que esses acontecimentos pontuais fossem acompanhados de hipóteses ou condições para sua realização. Portanto, é nos discursos diretos e indiretos que se fazem essas interdependências; eles nos trazem recortes do “presente” do enredo, quando as personagens, desconhecendo o rumo dos acontecimentos, fazem suas conjeturas e tomam decisões. Vejam-se três exemplos: o primeiro, de um livro de linhagens, com discurso indireto; o segundo, de uma novela de cavalaria, com discurso direto; e o terceiro, de um texto religioso que apresentou apenas duas ocorrências de condicional, também com discurso direto:

- (4) E ella lhe disse que o faria, se lhe promettesse que nunca se santificasse. (LINH, CR, p. 14)
- (5) E se me eu de vós poder defender, disse Boorz, seremos seguros de vós e de todos os outros? (GRAL, T. 119)
- (6) E o anjo disse. praz-me que os vejas mas não poderás La entrar. porque estes estam sempre ante a presença de Deos. E não pode séer da companhia dos sanctos se não for virgê. (TUND, F. 134r)

Nas duas primeiras passagens, percebe-se que a condicional interfere decisivamente no rumo da história, ao passo que, no terceiro caso, a condicional serve apenas para explicar por que o anjo não permitiu que a alma se aproximasse dos santos.

Seguindo a subdivisão feita em 1.2.6.1 (item A), faz-se necessário distinguir os três tipos de condicionalidade. O primeiro, factual ou real, corresponde à causalidade, que será analisada a seguir, em 3.1.2. O segundo tipo, não factual ou hipotético, corresponde a todos os exemplos apresentados até agora, baseados em hipóteses. O terceiro tipo, contrafactual ou irreal, que apresenta condições que não se espera realizar, é característico das narrativas, não sendo comum nos textos injuntivos. Uma explicação para isso é que textos jurídicos trabalham apenas com situações possíveis de acontecer. Vejam-se dois exemplos de narrativas em que se nota a condição contrafactual (a presença do *mas* no primeiro trecho reforça a irrealidade da condicional):

- (7) E, se eu quisesse, já vos ora matara. *Mas nom quero.* (GRAL, T. 120)
- (8) Et sse devos ouvesse algũ synal de amor. ben terria que en toda esta oste nõ avia mays rrico cavaleyro que eu. (TROY, p. 103)

Registre-se, por fim, a vivacidade das condicionais nos tratados técnicos e nas cantigas de amor e amigo, como em:

- (9) Rogu' eu a Deus, se tornades aqui por (*para*) comigo falar, que non aiades (*hajais*), amigo, poder de falar comigo. (AMIG, CR, p. 228)
- (10) Por que, se for muyto delgado, e largo no meo, o pee doera. [...] E sse for curto, ryjo [...] o pee se nom poderá bem dobrar. (CAVA, C. 18)

As cantigas figuram quase sempre em discurso direto, ao passo que os tratados técnicos, apesar de predominantemente argumentativos, têm secundariamente um caráter injuntivo, já que defendem ideias que devem ser seguidas. O *Livro da ensinança bem cavalgar toda sela* é o mais injuntivo entre os tratados técnicos, e apresentou quase o dobro de condicionais em relação à média geral.

3.1.1.1 Conectores condicionais

De natureza correlativa, com o conector *se* pode relacionar-se, na oração conseqüente, o operador *então*. No entanto, geralmente este último vem implícito (MIRA MATEUS et al., 2003). No *corpus*, há as correlativas *se...enton*, *se...(e) estõces*, e *saluo sse...ca entõces*; também o conector *quando* pode relacionar-se com *entam* quando expressa condição:

- (11) Se per esta maneyra ainda nõ for saão nem se quiser emendar. Enton o abbade use de ferro que corte e talhe tal monge do mosteyro lançandoo fora del. (BENT, F. 17)
- (12) E se se pode fazer. todos dormam en hũa casa. pero se forem tantos que nõ possam todos dormir en hũu dormitorio. estonce dormã en outros logares. dez e dez. (BENT, F. 15v)

- (13) E **se** este embargo lhe aconteçeo ante que começasse as palauras da consagraçom **e estôçes** deue çesar a missa. (SACR, C. 150)
- (14) Deueo tomar e cõsumir aquela augua com que ho lauou **saluo sse** ouuese nojo de ho tomar **ca entôçes** ho deue poer na pysçina ou emterralo açerqua do altar. (SACR, C. 153)
- (15) E **quando** assi for que companhia e ajuntamento de pouoo se euite. **emtam** huse homem dos remedios a bayxo scriptas. (PEST, F. a6)

O exemplo (14) demonstra a possibilidade de condicionar a partir de uma exceção. O mesmo ocorre com *salvos nega se* e *ergo se*:

- (16) Bofá hum bom escudeiro,
Bom homem lá per seu êrro,
Ledo, humilde, prazenteiro,
Salvos nega se m'eu erro. (PAST, pp. 130-131)
- (17) Testemunho de sayom (*oficial de justiça*) do móórdomo ño deue ualer sen homês bõos. ñe o de seu porteyro. **ergo se** ño achar homês boós. (SANT, T. 4)

A oração consequente veio iniciada por *logo* em (18) e por *empero* em (19):

- (18) E diselhe hũũ filosapho, que auia nome Dignis: **se** tu diseres a este cego, ãno nome do teu deus, que receba uista e ell uir, **logo** eu creerey. (ORTO, C. 1)
- (19) E **ssi** a mia morte meu filio ou mia filia que no meu logar ouuer a reinar ño ouuer reuora (*maioridade*), mãdo **empero** que aquestes arcebispos e aquestes bispos departiã todas aquestas dezimas e todas aquestas outras cousas assi como suso (*acima*) e nomeado. (TEST)

Muito comum é o uso da expressão *per ventura* a fim de imprimir mais expressividade à noção de hipótese. Às vezes essa expressão desliga-se do conector *se* e passa à oração consequente, formando uma correlação. Houve um caso também da expressão *qua per uẽtura*, com sentido de *caso*:

- (20) E **sse per ventura** todo ho ssangue se derramou que non ficou coussa alguãa no calez deue poeer ha hostya comssagrada en guarda e poeer outra hostya e vinho e augua e começãr outra vez. (SACR, C. 153)
- (21) E **se per uentura** el rey for de tã grande piedade que o queyra leyxar uiuo e nono possa fazer, **ameos** que lly saque os ollos que (*para que*) non ueia o mal que cobijçou a ffazer. (FORO, F. 72r)
- (22) Dou de cõselho que nos demos (*entreguemos*) ao emperador, e, **se** eu morrer, **per ventura** vós outros serees tomados em sua mercee. (VESP, CR, p. 110)

- (23) Mais nõ huses de palauras magicas, **qua per uëtura** sabes tu taaes palauras que am este poderio. (ORTO, C. 1)

O trecho (21) exemplifica as várias ocorrências da correlação de *se* com *ao menos*. Nessas passagens, argumenta-se a consequência mínima diante de uma condição verificada.

Outros conectores com valor semelhante ao *se* são o *quando* (condicional), *caso que* e os correlativos *e...emtam*:

- (24) E **quando** castigares, seer mais com enteençom de aquele outra ora nom fazer cousa semelhante, ou por os outros tomarem empacho de sseguirern seu emxemplo, mais que por tu averes vingança. (CICE, p. 25)
- (25) Se ho saçerdote estamdo na missa ja começada seus emmijgos ou outros homês o quisesem matar pode leixar a missa e deefenderse e **caso que** hy (*nisso*) sse aconteçesse de matar alguũ pode tornar honde leyxou na missa e acabala. (SACR, C. 151)
- (26) De manhaã [...] logo coma da aruda lauada em agoa limpa espargida com sal e noz nozcada hua ou duas bem limpas. **E** ysto nom poder auer. **emtam** coma pão ou hua sopa molhada em vinagre. (PEST, F. a6)

Na passagem abaixo, afirma-se que os homens são difíceis de serem reconhecidos em tropas, e essa dificuldade é aumentada pela condição deles de estarem armados. Assim como usada modernamente, a expressão *quanto mais* tem a função de fortalecer a circunstância:

- (27) Posto que o iffamte Duarte auia pedaço que amdaua amtre os mouros, nom emtemdaaes que os homês em semelhantes lugares, **quanto mais** seemdo armados sse tam asinha podem conhecer.³⁵ (CRON, CR, p. 140)

Com sentido de antecedente necessário, operam os conectores *com condiçõ que*, *cõtanto que* e a polissêmica expressão *tanto que*, com o mesmo sentido de *desde que*:

³⁵ Não é definitiva a resolução interpretativa nesse caso. Para que seja condição, faz-se imprescindível a possibilidade da não ocorrência do que afirma na proposição condicional. Ou seja, admite-se como verdade que, se a tropa estivesse desarmada, o reconhecimento do indivíduo seria mais fácil. O mesmo conector passa a estabelecer relação causal quando apenas reforça uma condição natural e inerente, eliminando a suposição, como em “Os soldados *fardados* são difíceis de reconhecer, **quanto mais** pela cor camuflada da roupa” (causal), em oposição a “Os soldados são mais difíceis de reconhecer se estiverem *fardados*” (condição). Comparar com as ocorrências (67), (74) e (75), causais.

- (28) E elle respondeo que lhe prazia **com condiçõ que** lhe uehessem fazer as uodas em sua casa, do que elles foram contentes. (VIRT, CR, p. 121)
- (29) E o dicto prior dise que lhe prazja perdoar como [...] e lhe daua Jerall perdom e quytacõ do pasado **cõtanto que** doje por djamte pagase ho dicto casall ho dicto forroo a dita sua Igreja. (TN16, DN203)
- (30) Se o padre ou a madre ou os yrmãos ou outros parentes teuerẽ en seu poder manceba escosa (*escondida*) en cabellos (*solteira*) e nõ na casarẽ ata XXV annos e ella depoys se casar sen mandado delles, nõ perça [a herança] porẽ, **tanto que** case cū omẽ que lhy conuenha. (FORO, CR, p. 10)

Exclusivas da linguagem cartorial dos textos notariais são as três ocorrências da verborrágica perífrase *a tal pleito & condiçõ que*:

- (31) [...] a qual dita vjña & casas sobre ditas vos dou para todo senpre por justa & pura doaçõ [...] **a tal pleito & condiçõ que** digades depoys mjña morte en cada hũ anno hũa missa cantada. (TN15, HGP017)
- (32) [...] o qual dito lugar & herdades (*propriedades*) lles aforamos (*arrendamos*) commo dito he **atal pleito & condiçõ que** os ditos Juan & Pedro & Ares [...] nos han a dar et pagar de foro do dito lugar & herdades a nos & a nosas subçessoras de cada vn ano nobe fanegas de pan ljnpo & seco. (TN16, HGP51)

3.1.2 CAUSALIDADE

De modo geral, a relação de causalidade destacou-se nos tratados técnicos e nos textos em verso. Com esse resultado, questiona-se como é possível que se assemelhem na coesão textos tão destoantes na forma e no conteúdo. Para fomentar ainda mais a indagação, aconteceu que, se tomados apenas os conectores que introduzem não a causa, mas a consequência, então a maior ocorrência se dá nos textos do grupo de novelística/fábulas.

A primeira observação é que, apesar de figurar entre relações lógicas, a causalidade tem forte poder argumentativo. Ou seja, por meio da lógica, a causa justifica a consequência e vice-versa. Portanto, destacaram-se os textos predominantemente argumentativos. Veja-se o excesso de causalidade na seguinte passagem do *Leal conselheiro*, em que D. Duarte argumenta a respeito da diferença entre nojo (dor da perda), pesar, desprazer, aborrecimento e saudade:

- (33) Certo he que de tal partyda nom ey sanha, nojo, pesar, desprazer nem avorrecymto, **ca** praz me de sseer, e pesarmya se nom fosse. E **por** se partir algũas vezes vem **tal** suydade, **que** faz chorar e sospirar, como se fosse de nojo. E **porem** me parece este nome de ssuydade **tam** proprio, **que** o latym nem outro linguagem que eu saibha nom he pera tal sentido semelhante. (LEAL, T. 25, F. 27v)

Na poesia, o eu lírico, com propósito de convencer que a pessoa a quem se dirige o poema é responsável de sua coita, argumenta indicando o motivo de seu estado emocional, como em:

- (34) **Poys** vos hides sen meu grado,
e nõ dades nada por mi,
rogu' eu a Deus, se coitado
fordes e tornardes aqui,
que nõ aiades (*hajais*), amigo,
poder de falar comigo. (AMIG, CR, p. 228)

Esse exemplo traz uma relação causa/consequência; no entanto, não existe uma implicação lógica entre as proposições, conforme 1.2.6.1 (item B). Esse tipo subjetivo de construção constitui a maioria das ocorrências. Já, nos tratados técnicos, a causalidade contribui para amparar os conceitos e, tal como nos poemas, tecer argumentos:

- (35) Taaes infirmitades pestilenciaaes sam contagiosas & apegam se muy asinha (*rápido*). **porque** dos corpos apeçonhentados procedem humores (*líquidos*) & fumos peçonhentos que corrompem ho aar. (PEST, F. a4)

Nota-se que, nessa passagem, existe um tipo de causalidade em que se verifica uma relação de implicação lógica (se $p \rightarrow q$). Também na *Demanda do Santo Graal* marca presença a implicação, já que os fenômenos físicos que são introduzidos pelos conectores de consequência também conduzem os acontecimentos. Vejam-se as passagens:

- (36) E leixouse correr a Boorz e deulhe ãũ golpe per cima do elmo, o maior que pôde, mas gram mal nom lhe fez **ca** o elmo era mui bõõ. (GRAL, T. 120)
- (37) E Boorz tornou a el outra vez e ferio de **tam** gram golpe **que** lhe deitou o elmo alonge da cabeça. (GRAL, T. 120)

No último caso, fica explícito que, além da argumentatividade, os conectores causais – especialmente os que introduzem a consequência – contribuem para a sucessão dos acontecimentos narrativos. Essa observação ajuda a compreender por que os textos novelísticos/fábulas apresentaram mais elementos que encabeçam a consequência. Veja-se outro exemplo em que os conectores correlativos, embora introduzam explicitamente a relação de causa e consequência, trazem submersa a ideia de tempo³⁶:

- (38) E rrogou-lhe que viesse aa cidade com elle aa casa omde morava, que aly lhe emtemdya de dar muytas delicadas higuarias. **Tamto** o rrogou **que** o dicto rrato sse veo com ell aa çidade. (ESOP, p. 48)

Além disso, a consequência é uma forma de explicitar os efeitos de atitudes certas ou erradas nos textos didáticos. Na *Ensinaça de bem cavalgar toda sela*, é com esse mecanismo que o autor apresenta os efeitos dos erros cometidos na equitação:

- (39) E fazemno com fraqueza algũs que de ssua naçom som fracos dellas, ou empachosos. E quando lhe mandam, ou convem de fazer cada hũa das dictas cousas, filham **tam** gram torvamento, **que** com desacordo cãe muyto ligeiramente. E outros, que per sobegidõõe da voontade e myngua de ssaber e de husança (*experiência*), quando cada hũa das ditas cousas querem fazer **tanto** sse avyvam e tẽẽ mentes como as faróm bem, **que** se squeeem como se averám de tẽẽr (*manter-se*) na besta, e cãe por este aazo. E ja daquesta guisa vy cayr algũs querendo reger algũa lança: **tanto** sse apegavam com ella, **que** nom a podiam tẽẽr ou levantar, e quando ella caya no chãõ, elles lhe tiinham companhia. (CAVA, C. 19)

Se tomadas apenas as relações de conclusão, além de haver nos tratados técnicos, existe um número relevante de ocorrências nos textos jurídicos, como se observa em:

- (40) Assy como nẽhuu nẽbro nõ pode auer saude sen sa cabeça, assy nẽhuu poboo nõ pode auer sen seu rey que é sa cabeça e posto por Deus en adeantar o bẽ e por uedar e uingar o mal. **E porende** [...] nos deffendemos que nenhoo nõ proue en nẽhua guisa trayçõ. (FORO, F. 73r)

³⁶ Não por coincidência esse mesmo conector também era usado para indicar tempo, conforme (211) e (212).

Nesses textos a proposição inicial figura como um argumento a favor da ordem que é estabelecida na segunda proposição. Para isso, o conector tem a função de indicar que a lei é resultado do que foi explicitado anteriormente, ao mesmo tempo em que, ao ligar as orações estabelecendo conclusão, traz um reforço argumentativo para a proposição conclusiva.

Não há no *corpus* textos pura ou predominantemente descritivos. No entanto, nas passagens de algumas narrativas em que se descreve o ambiente ou alguma personagem, percebem-se claramente os mesmos mecanismos coesivos. Nas passagens descritivas, os poucos conectores que não são conjuntivos ora indicam comparação, ora introduzem a consequência. A surpreendente regularidade desse mecanismo em trechos descritivos demonstra que a consequência é capaz de realçar uma atribuição que se faz do elemento descrito, ao relacionar sua característica a alguma ideia, opinião ou evento. Reparem-se dois exemplos de textos diferentes:

- (41) Et era forrado en penna armiña. et arrastravalle del per terra hũa moy grã partida. et **ta** ben lle estava. **que** esto era hũa grã maravilla. (TROY, p. 98)
- (42) As suas mãaos e os seus braços eram muy delleitosos pera veer. **Tal** era sua apostura **que** verdadeiramente he dito delle que he mais fremoso que todollos homêes. (CORT, CR, p. 94)

Registre-se que os textos expositivos contaram com o menor número de ocorrências da causalidade, reforçando as análises das passagens argumentativas feitas até aqui. Os textos notariais, em que apenas se expunham contratos e acertos, contou com um número seis vezes menor de causais em comparação com os tratados técnicos.

3.1.2.1 Conectores que introduzem a causa

O conector básico da causalidade é a partícula *que* (mais raramente *ca*), mas a preposição *por* também assume comumente esse sentido. Daí o fato de terem-se unido um à outra ou com outras palavras. Vejam-se exemplos:

- (43) E tenho a glória merecido;
Que sempre fui perseguido,
 E vivi mui trabalhado. (PURG, p. 251)
- (44) [O filho de Deus] tomou carne en que podesse morrer, **o que** segundo deuidade non podia morrer.³⁷ (AVES, p. 147)
- (45) E muytas vezes se allegrara, [mesmo] seendo tentado, **por** sentyr que he poderoso de vencer quem (*derrotar aquele que*) tantos sabedores e grandes pessoas tem vencidas. (LEAL, T. 30, F. 33r)
- (46) A tristeza nom consente fazer assi, **por que** he hũa door e contynuado gastamento com apertamento de coraçom. (LEAL, T. 25, F. 27r)
- (47) **E porquanto**³⁸ seu yrmãao Abel desto fazia o contrayro, geerou-se em o coraçõ scasso enueia (*inveja*). (VIRT, CR, p. 120)
- (48) Mas gram mal nom lhe fez **ca** o elmo era mui bõõ. (GRAL, T. 120)

Também *pero* – com seu valor originalmente causal –, *como*, *pois*, *pois que*, o polissêmico *em quanto* e raramente a preposição *de* acompanham proposições que introduzem a causa de uma outra proposição:

- (49) Des qu' essa guerra começou
 per que seruistes a'l rey hy,
 non vos terran a port' assy,
 com' ao que ora chegou;
pero mh-o el-rey non mandou,
 non entraredes iá oi' y (*já hoje lá*). (SATI, CR, p. 286)
- (50) E porende, **como** della vem arrepeendymto, o mericymento do bem que fez se perde. (LEAL, T. 25, F. 27v)
- (51) E ell lhe disse que, **pois** era molher d'alto linhagem, que³⁹ casaria com ella, se ella quisesse. (LINH, CR, p. 14)
- (52) **Pois que** trazer-se (*vestir-se*) bem está em trazer os trajos bem feitos e trazellos a tempo (*ocasião*) que lhe conuenha, bem parece que os que andam ao monte se podem bem trazer. (MONT, CR, p. 113)

³⁷ Ou seja: “O filho de Deus veio em carne para que pudesse morrer, pois, sendo divindade, não podia morrer.”

³⁸ Interessante é notar a coincidência desse conector com uma expressão homônima em que apenas o *por* é conector e o *quanto* é um pronome adjetivo, o que denuncia a origem e o processo de fusão morfossemântica do conector *porquanto*: “**Por quantas** uezes m' ela fez chorar (*por ela ter-me feito chorar tantas vezes*)/ con seus desejos (*saudades dela*), cuytando d'andar,/ quando a uir, direi-lhi, se ousar:/ Senhor fremosa, nom poss' eu guarir.” (AMOR, CR, p. 155)

³⁹ Toma-se este *que* como repetição da conjunção integrante ligada ao verbo *disse*; isso é comum na língua, como em (69).

- (53) Dizendo-lhe que nom me enviaria nenhũu trebuto, que nom mo devia, nem me conhecia por senhor, e que guardasse eu bem Roma e meu emperio, que assi faria ele a Jerusalem de mi e de todos os outros contrarios. E ainda é mais culpado, **em quanto** nom justamente julgou o santo profeta Jesu Cristo, o que os judeus tomarom com direito. (VESP, FL, p. 116)
- (54) Perdi-me de namorado
de ver vossa fremosfera,
 donde quis minha ventura,
 que morresse de cuydado
 com trestura. (PALA, CR p. 367)

Muito relevante é a característica medieval de usar pleonasticamente conectores causais. Três observações podem ser tecidas sobre isso. Além de ir ao encontro de uma característica geral da fase da língua, que é a redundância⁴⁰, essa concomitância de conectores revela também a natureza derivada deles, formados a partir de outras funções linguísticas. Para Mira Mateus et al. (2003), a impossibilidade de coocorrência distingue as conjunções puras de outros conectores. Em terceiro lugar, a redundância revela o esvaziamento de sentido, necessário aos termos que se gramaticalizam.

Na proposição indicadora da causa, ao *porque* juntam-se *por isso*, *porem* e *asy*. Note-se que o primeiro pode vir acompanhado de *e* ou pleonasticamente de *por quanto*.

- (55) **Porque** a donzela nũca verrey,
 meus amigos, emquãt' eu iá uiuer,
por isso quer'eu muy grã ben querer
 a esta dona, ã que uos faley. (AMOR, CR, p. 152)
- (56) **E porque** eram tam boos e tam santos e tam verdadeiros, **porem** quis deus fazer depois de ssua morte muy grandes milagres e faz ahijnda. (THEO, p. 324)
- (57) **Por quanto por que** qualquer clerigo pode dizer as horas canõicas soo. creia alguũ que **asy** poderia o saçerdote dizer a missa soo, a qual nõ deue dizer sem dous que sejam presentes. (SACR, C. 149)

Algumas construções são reforçadas por *assi*:

- (58) O mestre sala fez trazer a Pilatus diante dos emperadores com grandes candeas (*correntes*), **assi como** estava preso. (VESP, FL, p. 115)

⁴⁰ Sobre as redundâncias no português medieval, consultar seções 2.3.1 e 2.3.2.

- (59) **Assi porque** o homen non pode fazer nenhum bem sen auer boo conhescer, he de força que os monteyros ajam en si boo conhescer. (MONT, TA, p. 72)
- (60) Se vyr que aquel com que assy provar se desempara da sella por o filhar, tómeo per o braço, e tíreo de través pera fora. Ca **por** nom estar como deve em ella, **assy** o derribará mais ligeiramente. (CAVA, C. 20)

As correlativas (*por*) *quanto...* (*por*) *tanto* não só originaram as proporcionais, mas também a atual explicativa *porquanto* e a conclusiva *portanto*. O resultado do uso desses conectores é um equilíbrio proporcional entre argumento A e o argumento sequente B. Os conectores podem ainda ser intensificados com *mais* ou *meos*:

- (61) E, **por quanto** a esto podem seer mouydos [...] **portanto** nos compre de ueermos algũus exemplos antigos. (VIRT, CR, p. 119)
- (62) [...] **quant'** é mha senhor, don Bernaldo, que a uossa melhor, **tanto** me faz mayor coita sofrer.⁴¹ (AMOR, CR, p. 188)
- (63) **Por quanto** o peccado que eu fiz foi em gramdes terras soado (*propagado*), **que bem assy** a minha morte fosse soada per hũu corno e mostrada a todos os teus. (LINH, CR, p. 19)
- (64) **Quanto** cada Hũũ se armar **mais** levemente e despachado em qual quer cousa que ouver de fazer, **tanto** se achará **mais** forte cavalgador. (CAVA, C. 18)
- (65) A doutrina do barõ conhece sse pella paciência, ca, **quanto** o homẽ he **meos** paciẽte, **tanto** se mostra por **meos** êsinado. (ORTO, PRÓLOGO)

Com *pois* pode relacionar-se *que*, formando uma relação mais neutra, ou então *quanto mais* ou *muito menos*, o que reforça a argumentatividade da proposição consequente. Nos dois últimos casos, nota-se um viés comparativo na causalidade.

- (66) **Pois** elles esto faziam **que** deus alli hu (*onde*) sta da testemunho com uos todos que os dictos delles eram uerdadeiros e sanctos. (THEO, p. 325)
- (67) **Pois** vos outros que sodes criaturas uos queredes honrar. **quanto mais** deuedes de honrar o criador. (THEO, p. 328)

⁴¹ Atentar para o caráter proporcional dessa ocorrência.

- (68) E, **pois** os desagradecidos filhos nom merecem possuir a vida deste mundo, que é corruptível e de pequeno valor, **muito menos** devem aver a perduravel gloria de Deus, em que nom vivem. (VIRT, FL, p. 112)

Além de figurar isolado, a partícula *como* forma: (*segundo*) *como...bem assi*, *como...que* e *como...logo*. Em (69) verifica-se forte proximidade com sentido de comparação.

- (69) [...] te pedisse que, **como** eu fizera tam gram peccado ante a ta pessoa e ante os teus em filhar (*tomar*) ta jrmãa, mostrando-te boo amor, que⁴² **bem assy** me desses morte em praça vergonhosa. (LINH, CR, p. 19)
- (70) Item (*do mesmo modo*) todo homẽ ou molher que lamça chunbo por ueer algũa cousa este pecado he muyto danoso, ca **segundo como** pom o dereyto por ueer algũas destas e quantas uezes. **Bem asi** am de reteer os diaboos as suas almas em as penas do inferno. (CONF, p. 14)
- (71) E em fallãdo estas pallauras a raynha **como** molher **que** era muyto paçaã e de boã palaura: fallou contra elrey. (NUNO, p. 5)
- (72) Dou-t'eu muito de mao mez.
Com'eu a morte passei,
Logo o medo ficou finto. (PURG, p. 250)

Note-se a fixação de expressões na função de conectores. A expressão cristalizada *como aquele que* é muito recorrente, tendo sido citada por Dias (1970, p. 270). Exemplo:

- (73) Quando Boorz esto ouvio nom lhe morreo o coração, **como aquele que** era muito esforçado e que fora já em muitos perigos. (GRAL, T. 118)

O conector condicional *se* torna-se causal quando os sentidos de possibilidade ou hipótese, típicos da condicionalidade, são eliminados. Esse fenômeno vai ao encontro da teoria que considera a causalidade como o tipo factual da condicionalidade:

- (74) E o emperador disse que lhe prazia muito, **se** direito era, que assi se fizesse. (VESP, FL, p. 116)
- (75) OHD. Como te va, compañero?
APA. **S'**eu moro c'hum escudeiro,
Como me pôde a mi ir bem? (FARE, p. 5)

⁴² Ver nota 39, da ocorrência (51).

É comum a oração causal não vir encabeçada por um conector propriamente dito, mas por um pronome indefinido ou advérbio que tem função secundária de conector. Nesses casos, o termo assume concomitantemente essas suas duas funções:

- (76) Mais aquella [pedra] que elle lamçaua da mão nom parecia que sahia senom dalgũu troom (*máquina de guerra de arremessar pedras*) ou colobreta (*arma de guerra*), **tanto** era forçosamente emuiada. (CRON, CR, p. 140)
- (77) Disseron que [a águia] fica os olhos nos Rayos do sol e non nos torna ende (*de lá*) **tan** forte e **tan** agudo he o lume de ssa uista. (AVES, p. 146)

3.1.2.2 Conectores que introduzem a consequência

A maior parte dos conectores causais com foco na proposição sequente é formada correlativamente com *tal*, *tanto*, *tan* ou *tamanho* em relação com *que* ou raramente *ca*. Nesses casos, o intensificador serve para dar mais força argumentativa na consequência:

- (78) E por se partir algũas vezes vem **tal** suydade, **que** faz chorar e sospirar, como se fosse de nojo. (LEAL, T. 25, F. 27v)
- (79) E a tristeza nom consente fazer assi, por que he hũa door e contynuado gastamento com apertamento de coração. E o nojo nom continuamente se sente, salvo se **tanto** se acrecenta **que** derriba em tristeza. (LEAL, T. 25, F. 27r)
- (80) Faz mester ao pão (*pavão*) que traga a coa amerguda (*cauda abaixada*) pera cobrir con ela a prestumeyra parte de seu corpo, que he **tan** layda e **tan** forte **ca** o préégador [...] deue a cobrir totalas sas obras que fezer que disser. (AVES, p. 145)
- (81) A elrey Ramiro contarom este feito e foy em **tamanha** tristeza **que** foi louco hũus doze dias. (LINH, CR, p. 17)

Ainda correlativa é a estranha construção *mais...que*, em que o *mais* tem sentido de *tão*:

- (82) E indo asi adiante virõ hũu muro de muy noble ouro. e era **mais** fremoso **que** a alma se deleitava mais e folgava ã oolhar a sua fremusura que em totallos outros que avia vistos. (TUND, F. 133v)

Nas construções formadas por preposição com substantivos como *maneira*, *modo*, *sorte*, *jeito*, *guisa*, *forma* e *ponto*, está subentendido o pronome *tal* (DIAS, 1970). É o caso de *em tal modo que* > *em modo que* e *de tal sorte que* > *de sorte que* abaixo:

- (83) Em huu dia do estio & do alto veraão se muda a manhaã muytas vezes. **em modo que** de manhaã parece chuuosa & chea neuoa. & depois ventosa. (PEST, F. a2v)
- (84) Quamdo elrey foy na nao, vio hũ leyto e ergeo hũ pano e vio hu corpo que bem cuydou que era Naserão, e caio emtam esmoreçido **de sorte que**, quem ho vira disera que nom escaparya. (ARIM, CR, p. 76)

Essas locuções iniciadas por preposição, quando apresentam *tal* ou *tanto* em sua formação, podem dividir-se. Comparem-se:

- (85) As vezes veem & proçede ha pestilencia da rayz superior. & as vezes proçede da rayz jnferior. **em tanto que**⁴³ senssualmente parece aos homens mudança do aar. (PEST, F. a3)
- (86) O diaboo **em tanto** tiinha a terra cabo presa com suas muy crueis mãos **que** as mentes de muytos reuolue com escoridoões de malicias de pecados. (CONF, p. 15)
- (87) E lamçarom hũu osso da mesa e veerom a pellejar hũu alaão e hũua podenga (*alão e podenga, cães de caça*) sobr'elle **em tall maneyra que**⁴⁴ a podenga trauou ao alaão em a gargãta e matou-o. (LINH, CR, p. 14)
- (88) **En tal maneyra** queremos onrra del rey **que** lhy nõ tollamos seu dereyto a nenguu. (FORO, F. 73v)

Muito férteis são as construções com *que*, *assi* ou ambos:

- (89) Emtam se calou, **que** lhe nom disse mais. (ARIM, CR, p. 77)
- (90) O préégador quando sse alça pelos áas do seu entendimento [...] todo sse banha e deleyta en aquel sanguy que do seu corpo sayo, quis leyxar uerter. E **assi** per sa ymaginaçon fica todo tinto daquel sanguy. que do seu corpo sayo perque saluou o mundo. (AVES, p. 144)

⁴³ Esse mesmo conector pode introduzir o sentido que Koch (2004) classificou por *comprovação* e incluiu entre as relações discursivas/argumentativas. Apesar do forte poder argumentativo de comprovar o que se afirmou na primeira proposição, a única ocorrência do *corpus* que se enquadraria na comprovação não deixa por isso de ser consequência: “E assy lemos do uirtuoso caualleiro Cide Ruy Dias que era muy graado e liberal, **en tanto que** nunca prendeo rey, nem senhor, nem outro homem que o nom soltasse sem rendiçõ” (VIRT, CR, p. 121).

⁴⁴ Há variação: *per tal maneira que* (CICE, p. 23)

- (91) Quis deus fazer depois de ssua morte muy grandes milagres e faz ahijnda. **Assy que** todos que os ujam e ouujam as suas preegações tijnam nos por sanctos e por uerdadeiros. (THEO, pp. 324-325)

Também a conjunção *e* pode, isolada ou acompanhada de *enton*, indicar a consequência:

- (92) – Deos me mãdou a vós outras e vos ãnia e mãda dizer por my que comaaes de vossos filhos **e** seraa cõprida a profecia que elle disse por sua boca no dia Ramos. (VESP, CR, p. 109)
- (93) O pegador deue guardar todolos sentidos que deus pos en seu corpo, e o entendimento e a uóntade pera nunca consentir nem fazer nenhũa cousa que seia contra deus e contra sua alma nen en dano de nengũu. **e enton** guardara sempre o seu estado. (AVES, p. 144)

Menos frequentes são *desi como* (com sentido de *e por isso*) e *cõ mingoa de que*, esta última limitada aos textos notariais:

- (94) Elrei nosso senhor, querêdo uiuer em este estado, segumdo a ell perteeçe, e comsijramdo como a muj noble dona Lionor, filha de dõ Martim Affonso Tello e de dona Aldomça de Uascomcellos deçemde do linhagem dos reis, **desi como** todollos gramdes e moores fidalgos d'estes rreinos tem com ella gramde diuedo de parentesco [...] tem trautado com ella seu casamento. (CRON, CR, p. 128)
- (95) Se temya por que este anno era muy graue **cõ mingoa de que** as gentes nõ tíjñã de comer. (TN14, HGP010)

3.1.2.3 Conectores que introduzem a conclusão

A construção mais comum da conclusão é a junção da preposição *por* com um termo anafórico: *por+ende* > *por+em*, *por isto*, *por aquesto*, *por todo esto*, *por tanto*, *por+a qual cousa* > *pola qual cousa*:

- (96) E oolhamdo outrossi como a dita dona Lionor he molher muj comujnhauell pera elle, por as rrazõoes sobreditas, tem trautado com ella seu casamento e **poremde** a quer rreceber de praça (*publicamente*) per pallauras de presentem. (CRON, CR, p. 128)
- (97) Se hũu dia leixares de fazer justiça hũu palmo, loguo outro dia se arredará de ti hũu braça e do teu coração. **E porem**, meu filho, tem sempre justiça em teu coração e auerás Deus e as gentes. (LINH, CR, p. 22)

- (98) De todallas cousas nom ha outra mais conveniente pera tãer e guardar as riquezas, que seer amado, nem mais contrairo, que seer temido. E **por isto** muy notavelmente dezia Ennyo: «A quem temem, desamamno [...]». (CICE, pp. 106-107)
- (99) [...] muitas gentes y van [...] por se fazer a eigreja e a torr' e o portal. [...] E **por aquesto** madeira fazian ali trager, pedra e cal e arãa; e desta guisa a fazer começaron a ygreja tan grande [...]. (MARI, n° 266)
- (100) Deue o clerigo ou frayre saber que homẽ he o que faz o pecado e o logar ẽ que o fez e porque o fez. [...] **E por todo esto** deue de seer sabedor o clerigo ou frayre que asy de a seus dicipulos peemdemça que eles por medo de pequena peemdemça leyxẽ de fazer grãdes pecados. (CONF, p. 16)
- (101) Vos que sodes perdurauis non deuedes temer nen doudidar que aiades de uiuer sen a prouison e sen a mercee de deus. **E por tanto** diz o filho de deus no auangelho. Non queyrades temer os que matan o corpo, ca non podem matar as almas dos homẽs. (AVES, p. 142)
- (102) Ho sul he vento inchado & agraua o ouuido fere o coraçam. porque abre os poros do homem & emtra atee o coraçam. **pola qual cousa** boõ he ao saõ em tempo da pestilẽncia quando venta vento sul estar em casa per todo o dia. (PEST, F. a4v)

A preposiçãõ *per* também forma conectores, várias vezes juntando-se a termos anafóricos:

- (103) Por ysso quanto for possiuel taaes deuem de euitar & de sy esquiar as causas de tal podridom. **E per consequente** todo o coyto & toda luxuria. (PEST, F. a5)
- (104) E elrey prezaua muyto e amaua o prioll: e por elle amaua muyto seus filhos: e toda sua linhagem: e foy muy ledõ (*feliz*) de lho tomar por morador. **E per esta guisa** ficou dom Nunalurez por morador em casa delrey. (NUNO, p. 6)

Também *desta guisa* tem valor conclusivo:

- (105) E por aquesto madeira fazian ali trager, pedra e cal e ara; e **desta guis'** a fazer começaron a ygreja tan grande. (MARI, n° 266)

A conclusão também se fez pelos conectores *pero*, *pois*, *demais*, *assy*, e mais raramente por *onde*, *donde* e *ergo*, este último é remanescente do latim e tem uso mais raro e restrito que *onde* ou *donde*.

- (106) Da aguya (*águia*) disseron os Sabedores que ha a uista muy clara e andando uoando muyto alta sobrelo mar ou sobre outra agua qualquer. dece a tomar os peyxes que uéé andar so (*sob*) a agua. E **pero** mostran ainda os sabedores que a uista muyto aguda.⁴⁵ (AVES, pp. 145-146)
- (107) Oo tu, filosapho, ãno nome de Jhesu Christo ouue a ensinança da uerdade! Hũũ he Deus do ceo e da terra e de totalas cousas, que as fez e criou cõ a uirtude da sua palaura [...]. E estas cousas creemos sem mais escoldrinhar (*investigar*). **Pois**, nõ queyras mais trabalhar en vãõ pera destruir esto que auemos por fe. (ORTO, C. 1)
- (108) E se ele este pecado sofre de besta (*animal*) e por ele nõ fica que a besta em ele este pecado faça, tal sofrã como aquel que cõ besta fazese macho e **demais** ieiũe .xiii. anos. (CONF, p. 16)
- (109) Ainda que algũũs tenham que sejam peores de botar, se forem pesados, eu digo que se tornarõm peor e tarde se penderem. E **assy** nom faz tanto proveito que nom faça mais perda. (CAVA, C. 28)
- (110) O ninho he posto en alto logar quando o filho de deus enquanto homen pos o seu corpo sobre todosantos e angos. **Onde** todo aquel que pon todo seu coraçõ e sa asperança nas chagas e na payxon do filho de deus. este faz o seu ninho nos turacos de pedra, ca esta pedra he ihesu Christo. (AVES, p. 140)
- (111) Perdi-me de namorado
de ver vossa fremeura,
donde quis minha ventura,
que morresse de cuydado
com trestura. (PALA, CR p. 367)
- (112) Muytos medicos que em os enfermos soomente esguardam as ourinas superficialmente falãm. & lygeyramente sam emganados. **Ergo** he neçessario que todo enfermo se prouēja de boõ fisico & bem esperto. (PEST, F. a3v)

Curioso é o uso frequente do *pois* como marcador discursivo, em que a relação lógica da causalidade se afrouxa:

- (113) – Senhor, disse Boorz, sobre toda minha creença e sobre toda honra de cavalaria e pola fé que eu devo a meu senhor e a meu irmão Lançarot que a nom matámos nós.
– E **pois** como foi? disse elrei. Muito o cobiçaria a saber. (GRAL, T. 120)

O conector *enton*, inicialmente indicando posterioridade temporal, adquire o sentido abstrato de ideia posterior, consequente. É comumente usado tanto isoladamente (com ou sem a conjunção *e*) quanto acompanhado de outro conector conclusivo:

⁴⁵ Ou este último *a* é do verbo *haver* (“[a águia] **há** (*tem*) uista muyto aguda”), ou existe um anacoluto nesta passagem.

- (114) E sse ffosse fraco ou uelho e ouuesse feyto uoto per a hir a Jherusalem am de catar se he a fraqueza tal que dure ata algũũ tẽpo (*hãõ de averiguar se a fraqueza é passageira*). **E entõ** deuelhy alongar o prazo ata aque la sazõ (*momento oportuno*) que entender que seera esforçado pera conprir aquilo que prometeu. (PRIM, F. 108d)
- (115) O terceyro laço he o prazer e o sabor mááo que os homẽs an e toman. na uida carnal. [...] Pela [uida] mays estreita andan os casados. Pela descarreyrada andan os fornigadores. **E poren enton** cae o passaro no laço quando o diabóó ha poderio sobre la alma do homen. (AVES, p. 141)
- (116) O dipondio tanto ual (*vale*) come duas mealhas (*moedas*) e cada hũu deles he de pequeno peso. **Onde enton** son uendudos os passaros polo dipondio, e pola mealha. (AVES, p. 142)

Não encontramos em nosso *corpus* nenhuma ocorrência do conector atual *logo*. No entanto, é perceptível a alta frequência com que alguns advérbios eram posicionados ao início da oração, possibilitando que adquirissem com o passar do tempo a função secundária de conector. Nota-se abaixo o uso do advérbio *logo* encabeçando a proposição sequente, com sentido de *imediatamente*. Na outra passagem, tem-se o advérbio afirmativo *certas*, que, no *corpus*, figurou sempre em início de proposições.

- (117) E auendo a raynha em vôtade de poer em obra o que disera. **Logo** se trabalhou de mandar buscar arnes (*armadura*) cõuinhael pera dom Nunalurez: qual lhe compria. (NUNO, p. 5)
- (118) Rezom hei de me aqueixar de vós que em minha casa, u vos eu recebera mui bem por honra da cavalaria, me matastes minha filha. **Certas**, muito me pesara se deste aleive (*traição*) nom hei vingança. (GRAL, T. 119)

3.1.3 FINALIDADE

A relação lógica de finalidade estabelecida entre duas proposições parte do mesmo princípio da condicionalidade e da causalidade. Nesses três mecanismos, cria-se uma relação de dependência semântica entre as duas orações, a antecedente A e a conseqüente B (MIRA MATEUS et al., 2003, p. 715). Koch (2004) e Fávero (1991) chegam a estabelecer que a causalidade e a finalidade são logicamente englobadas na condicionalidade, e que apenas se separam por motivos didáticos.

Fato é que esses três mecanismos apresentam uma expressiva coerência nos resultados. Também na finalidade destacaram-se os tratados técnicos e os textos jurídicos (estes apontam a maior ocorrência de condicionalidade; aqueles, de causalidade, conforme já apresentado). Analise-se a relação lógica no exemplo do Foro Real:

(119) A ley deue seer moostrada **que** todo o ome o possa entender. (FORO, F. 77r)

Segundo o excerto, a finalidade em publicar a lei (causa) é que todos tenham acesso a ela (consequência). Embora nesse exemplo a relação de finalidade seja clara, muitas vezes é difícil distinguir a finalidade da relação de consequência propriamente dita. Para Koch (2008), o que diferencia as orações causais das finais é o caráter intencional destas últimas. Percebe-se essa aproximação nas passagens abaixo, onde os conectores da finalidade coincidem com os que encabeçam proposições consecutivas:

(120) A longura seja segundo for a ssella em que anda, e o que ouver de fazer. Devemos seer atacados **em tal guisa, que** toda calçadura que trouvermos ande bem justa. (CAVA, C. 18)

(121) Porque estes mouros ssom aqui açerqua de nós, e, sse os leuarmos assy, poderá seer que, quamdo elles emtrarem, que emtraremos de uollta com elles, ou ao menos forçal-los-emos tamto **que**⁴⁶ nom possam fechar a porta. (CRON, CR, p. 140)

De modo geral, o resultado de ocorrências da consequência e da finalidade divergiu muito pouco na maioria dos textos (nos tratados técnicos, por exemplo, foram 33 conectores da consequência para 36 da finalidade). No entanto, os textos de novelística/fábulas apresentaram uma quantidade de consequência três vezes maior do que de finalidade, porque as narrativas, voltando-se para o passado, foca as ações e não os objetivos. Por outro lado, os textos injuntivos (textos jurídicos e regras monásticas) mostraram uma quantidade de finalidade mais de duas vezes

⁴⁶ Nesse caso o termo *tamto* não está esvaziado de sentido o suficiente para ser considerado conector. É um advérbio que intensifica a ação verbal de *forçar*. Isso não quer dizer que sua posição ao lado de *que* seja pura coincidência. A repetida coocorrência de *tamto* e *que* é responsável pela formação do conector *tamto que* e da correlativa *tamto...que*.

maior do que de consequência, pois as regras e as leis são estabelecidas de acordo com suas finalidades, voltando-se as ações para o futuro.

Portanto, é possível averiguar que a relação de finalidade também tem um caráter argumentativo, na medida em que, por meio dela, justifica-se o que se está ordenando; daí sua vivacidade nos textos jurídicos. Nos tratados técnicos, destaca-se o Livro das Aves, cujo autor, tecendo comparações entre as espécies de aves e os seres humanos, elucida as intenções de Deus na criação dos seres e, num plano metafórico, na redenção dos homens:

- (122) O passaro arteyro uoa de ramo a ramo en alto. **por tal que** nom caya no laço. Ben assy o homem sabedor uoa per alteza de uirtudes **que** nom possa caer nos laços do dyabóó. (AVES, p. 141)

A menor quantidade de ocorrência, mais uma vez, deu-se nos textos notariais. Os poucos conectores limitam-se a indicar a finalidade com que se realiza determinado contrato, testamento ou doação:

- (123) **Et**⁴⁷ **por que** esto seja firme outorgo delo esta carta per Roy Fernandes de Barraçido, notario del Rey. (TN15, HGP017)

3.1.3.1 Conectores da finalidade

Os conectores básicos da finalidade são *que, por, per, para, pera*:

- (124) Manda a todolos que teuerem os altares. que lancem todas as roupas delles ao sol **que** se nom percam pela humidade. (ALCO, p. 333)
- (125) Aquelle que auia de seer preguador da pendenza muy de çedo scolheo as asperezas do heremo (*deserto*), onde logo mudou a primeira hydade, **por** se afastar a ssy meesmo. (CRIS, CR, p. 122-123)
- (126) Esto dizia el, por fazer vījr alli todos seus filhos e parentes, **per** se vimgar delles. (LINH, CR, p. 19)
- (127) Outro sim enviamos, para trazer o corpo da rainha, nossa madre, **para** a enterrar aqui em Sevilha. (PEDR, C. 2)

⁴⁷ A grafia *et* é latinismo para Bueno (1958). Para Nunes (1956) é influência literária.

- (128) E, quando acordou, ergo hũ pouco a cabeça, **pera** ver se ho tempo amansara. (ARIM, CR, p. 75)

Podem-se formar locuções com *que*, como *per que*, *porque*, *pera que* e *para...que*:

- (129) E do que lle mais falavan
per que sse mais alegrasse,
era de como ll' achavan
casament', e que casasse. (MARI, n° 132)
- (130) Mas **porque** sejã dobrados
meus males may do que ssam,
cuydo ssẽpre em bẽes passados,
que perdy bem sem rrezam. (PALA, CR p. 356)
- (131) Irmãos meus pexes, muito sodes teudos (*lhes compete*) em vossa maneira de cantar e dar graças a Deus [...] por que vos deu muitos acolhimentos, **pera que** fujades aos perigos das tempestades. (FRAD, FL, p. 94)
- (132) E ordenou [...] correger todas as cousas que cumpriam para o corpo ir honradamente, Gomes Peres, seu dispenseiro mór, ao qual o corpo havia de ser entregue, para ordenar tudo o que mister fazia á sua trasladacão, **para** quando os prelados viessem, **que** achassem tudo prestes e se partissem logo. (PEDR, C. 2)

Esse último exemplo traz a única ocorrência do conector *para que*, único sobrevivente em nossa era dessas locuções apresentadas. Nota-se a fraqueza do magnetismo ainda em formação entre essas duas partículas, de modo que foi introduzida uma oração intercalada dentro do conector:

- (132') **para** [quando os prelados viessem] **que** achassem tudo prestes e se partissem logo.
- (132'') **para que** achassem tudo prestes [quando os prelados viessem] e se partissem logo.

Como em outros mecanismos, a partícula *assy* pode agregar-se ao *que*, formando ora uma expressão unificada, ora uma expressão correlativa:

- (133) Sse tal corpo tener que aja empacho (*impedimento*) de sse apertar per cyma, dévesse cinger (*prender*) per fundo, e alto, e a cynta tanto apertada que se tenha, ou atacada nas ilhargas, **assy que** nom corra. (CAVA, C. 18)
- (134) E sse cavalgarmos gynete, a calçadura seja toda mais larga, e menos atacada. E o gibom **assy** feito **que** nom aperte, nem filhe em nehũ lugar, nem faça pejo ou empacho. (CAVA, C. 18)

Os nomes *fym*, *guisa* e *maneira* contribuiram na formação de perífrases que adquiriram o valor de finalidade. A essas palavras juntam-se, à esquerda, as preposições *ha*, *em*, *de*, *per* e *por*. Pode juntar-se também, inicialmente com intenção de enfatizar o nome que figura no conector, o pronome *tal*. À direita do nome, acrescenta-se *que* ou *como*:

- (135) E deuen-se guardar de todo pecado, assy d'obra como de pensamento, **ha fym que** aquelle bem que fazem nõ se perca. (ESPE, CR p. 147)
- (136) Padre nosso, que sobre todollos çeeos sooes exalçado, praza-uos de o uosso sancto nome seer louuado per minha obra **em guisa que** eu seia mereçedor do celestial regno, seendo a vōotade do uosso prazimêto comprida em my. (VIRT, CR, p. 119)
- (137) Joham cordeiro laure e aproueíte as dictas herdades (*propriedades*) [...] a sseus tempos e ssazões **em tal guisa que**⁴⁸ as dictas herdades e casa seia todo sempre melhorado e nom piorado. (TN15, CHP170)
- (138) E aos comçelhos, faze-lhes homrra, **em guisa como** ajam todos dereyto, assy os grandes como pequenos. (LINH, CR, p. 22)
- (139) Eu reçaeba sfforço pera uos seruir em este aucto e ã quallquer outro, ordenando boo começo com proueytoso meyo, poendo fim, que a mĩ e aos outros traga melhoramento **per guisa que** [...] perdoemos aos que nos errarem. (VIRT, CR, p. 119)
- (140) Os que casarẽ seyã taes que possã casar sã peccado, e todo casamento faça-sse conhoçudamête e no a furto e **de guisa que** se for mester, sse possa prouar per muytos. (FORO, CR, p. 9)
- (141) Somos teudos a servir nossos padres [...] per nosso corporal poderio **em maneira que**, se os virmos fracos, soportemos sua natural fraqueza. (VIRT, FL, p. 111)
- (142) Esta obrigação escrevamos dentro em nossos corações e trabalhemos de a cumprir per obra **em tal maneira que** possamos escapar a tres sentenças a que som obrigados os que errarem em ela. (VIRT, FL, p. 112)

Esses conectores formados com *guisa* e *maneira* diferenciam-se dos consecutivos pelo uso do modo subjuntivo do verbo, tornando a ação algo desejável. Com sentido de consequência, o modo indicativo exprime um fato verificado.

Exclusiva da engessada linguagem jurídica dos textos notariais é a perífrase *per tal preyto que*:

⁴⁸ Há variações: *per tal guisa que* (TN14); *em guisa que* (LINH/TROY); *de guisa que* (CRON); *em guisa como* (TROY); *per esta guisa* (ESOP); *de guisa foy que* (FORO).

- (143) Estas herdades (*propriedades*) uëdj quanto as eu Mays pudj uëder e por isto dou a uos, estas herdades mñas **per tal preyto que** volas ayades en toda vosa uida. (TN13, DN007)

Obedecendo à lei de redução das palavras gramaticais por motivo de facilidade do uso, o nome *guisa*, *maneira* ou *fim* sofre dessemantização e o pronome adjetivo que o acompanha toma para si a força expressiva da locução, tornando o nome dispensável:

- (144) E o ladrom chamava o cam e queria-lhe dar do pam. E o cam disse: «Tu me queres dar este pam **por tall que** nom ladre. E queres rroubar esta casa, que bem ssey que este pam que me tu queres dar tem peçonha ascomdida [...]». (ESOP, p. 88)
- (145) E ontr' o al que soub' adevyar,
foy o feito da dona mesturar;
e disse que llo queria provar,
en tal que fosse log' ela queimada. (MARI, n° 17)

Também o pronome pode ser suprimido, deixando o conector ainda mais reduzido:

- (146) [O filho de Deus] tomou carne **en que** podesse morrer, o que segundo deuijidade non podia morrer.⁴⁹ (AVÉS, p. 147)

Muito intrigante é o conector de finalidade *nẽ perventura*, que apresentou três ocorrências na *Regra de São Bento*. Provavelmente era uma expressão enfática que, pela sua aproximação espacial com o conector de finalidade, tomou as vezes dele:

- (147) Vestidos dormam e cintos cõ cintas ou cõ cordas pequenas e delgadas. e nõ tenham os cutellos (*canivetes*) cõsigo nas cintas quando dormirem. **nẽ perventura** en dormindo se feyram. (BENT, F. 15v)

⁴⁹ Ou seja: “O filho de Deus veio em carne para que pudesse morrer, pois, sendo divindade, não podia morrer.”

3.1.4 DISJUNÇÃO

Os resultados que envolvem o mecanismo da disjunção são bastante expressivos. Os dois grupos de textos injuntivos, tratados técnicos e regras monásticas, apresentaram, respectivamente, a maior e a segunda maior ocorrência. Por outro lado, os três grupos de textos narrativos (historiografia, novelística/fábulas e narrativas religiosas) obtiveram a menor ocorrência: 34, contra 293 dos textos injuntivos.

Os textos injuntivos recorrem às disjuntivas principalmente para arrolar as situações sobre as quais se pretende estabelecer algo. Na Primeira Partida, Afonso X sistematiza os tipos de promessas que os homens podem fazer, e em que situações podem descumpri-las. Na passagem abaixo, o autor explica e exemplifica o “prometimento de vontade”:

- (148) E o prometemêto de vōõtade he aquel que fez homẽ de seu grado sobre algũa cousa que he bõa he he a seruiço de Deus que nõ era teudo de o ffazer se nõ quisesse e sen que sse podia saluar pero o nõ ouuesse feyto, assi como de uiuer so (*sob*) rregla **ou** de gardar castidade **ou** de jaiũar **ou** d’ir ã rromaria **ou** outra cousa ssemelhãte destas. (PRIM, F. 108a)

A mesma estrutura percebe-se na Regra de São Bento, de regras monásticas. Ao informar as condições para que um frei seja excomungado por entrar em contato com outro frei excomungado, o autor usa disjunções:

- (149) Se algũu frayre presumir e ousar de se achegar ao frayre escomungado per qualquer maneyra que seja. **ou** falar con el. **ou** lhe enviar per outrẽ algũu mandado. sem lecença de seu abbade. seja escomungado semelhavilmente como el. (BENT, F. 16v)

Note-se, nessa frase acima, a diferença entre os conectores *ou* e *e*: o disjuntivo estabelece que, para ser aplicada a regra da excomunhão, basta que uma das premissas seja averiguada – isto é, ou falar pessoalmente com o excomungado, ou enviar-lhe mensagem –; no caso da conjunção *e*, que será analisada à frente, ela estabelece que as duas proposições sejam verdadeiras para se aplicar a regra – ou seja, apenas presumir não é suficiente para se excomungar o frei, também é necessário que ele ouse executar sua presunção.

Os textos dissertativos também apresentaram riqueza de disjuntivas. A razão para esse fato é que, tanto nos injuntivos, em que se tecem ordens, quanto nos dissertativos, em que se discutem temas, abordam-se possibilidades de acontecimentos, diferentemente dos narrativos, em que os acontecimentos não são tidos como alternativas, mas como sucessões verdadeiras. O exemplo que segue é de um texto notarial:

(150) Prometo et outorgo de nũca yr nĩ vїjr contra esta dita doaçon en juyzo nĩ fora del nĩ contra parte dela per mj nĩ per ðoutro. (TN15, HGP017)

Deve-se explicitar que as disjuntivas ligam não apenas orações, mas também termos dentro de sintagmas, o que representa a maioria dos casos no *corpus*. No exemplo acima, tirante o primeiro *nĩ* (*nem*), os outros ligam sintagmas adverbiais.

Além disso, como já apresentado na seção 1.2.6.1 (item D), as disjuntivas podem ser inclusivas ou exclusivas. No primeiro caso, que é a maioria das ocorrências, pode ser verdadeira uma ou outra proposição, ou ainda ambas. No segundo caso, a veracidade de um termo elimina a veracidade do outro. Vejam-se exemplos respectivos:

(151) E quem nom conhecerá que nom deve de tẽer aqueles prometimentos que fez costrangido, ou per medo, ou em-artado (*compelido*), ou enganado, que de taaes prometimentos muitas vezes som os homeens livres nas audiências. (CICE, p. 23)

(152) Que nom passe a tacada os arçõões traseiros em estas sellas de Bravante, desatacando-o dhũa parte, se o jubam for aberto pellas ilhargas, ou atacandoo tam justo que a faldra del aalem dos arçõões nom possa passar. (CAVA, C. 18)

Na primeira frase, o cidadão pode ter feito juramentos estando constrangido, amedrontado, pressionado ou enganado. Pela lógica, pressupõe-se que o cidadão pode apresentar mais de uma dessas características, ou todas. No segundo excerto, as alternativas são opostas e a verificação de uma exclui a da outra: folgar as atacas de um lado ou prendê-las muito firme.

Outro recurso da disjunção é explicitar alternativas no campo linguístico. Isso foi bastante significativo no *Regimento proueytoso contra ha pestenença*, um tratado médico com grande preocupação científica (ao contrário, por exemplo, do *Livro das*

Aves, em que os animais são apresentados seguindo análises e comparações religiosas). Percebe-se a preocupação com a linguagem padrão em vários níveis, incluindo o lexical. Com o provável objetivo de se sobrepôr aos regionalismos, ou de se fazer entender facilmente pelos leitores, o autor usa da disjunção para apresentar sinônimos:

- (153) Principalmente quando he ho vento meridional. **ou** da parte de estrela do Sul. (PEST, F. a2v)
- (154) Os medicos prudentes quando visitam os enfermos deuem de star afastados delles: teendo o rostro pera genela **ou** fresta. (PEST, F. a4v)
- (155) Apure se ergo & asutileze se a casa per clara chama **ou** flama. (PEST, F. a5v)
- (156) & tal salsa he muyto boã & destruye & quita **ou** tira toda podridom. (PEST, F. b2)

Outro uso da disjunção surge quando o locutor está em dúvida sobre o acontecimento narrado e decide apresentar as versões possíveis. Essa é uma das poucas relações disjuntivas dos textos narrativos:

- (157) Acabados VII ãnos **ou** acerca, depois que o senhor andaua como strãgeiro em o Egypto [...]. (CRIS, CR, p. 122)
- (158) O escudeiro amdou a pressa [...] e chegou ao paaço a hora de terça **ou** pouco mais sem deteer porê em outra parte. (CRON, CR, p. 131)

3.1.4.1 Conectores da disjunção

O *ou* é o conector básico da disjunção, seja inclusiva ou exclusiva, dentro de sintagmas ou entre orações, conforme exemplos apresentados na seção anterior. Por ter se firmado desde o latim como um conector por excelência, não admite posicionar-se junto de outro conector. Mira Mateus et al. (2003, p. 558) argumentam que “duas conjunções ou dois complementadores não podem concorrer para uma mesma posição sintáctica” e exemplifica uma construção agramatical: “*Ele vai ao

cinema e ou ao teatro”⁵⁰. No *corpus* desta pesquisa, houve um caso insólito de uso desses dois conectores:

- (159) E elrei, que já estava armado, quando vio aqueles que no paaço estavam [...] entendeu que eram os milhores dous cavaleiros que nunca vira. **E ou** eram os chus (*mais*) sandeus. (GRAL, T. 118)

Por ser apenas uma ocorrência, pode-se perfeitamente tê-la por um lapso. No entanto, ela permite fazer duas observações: por um lado, denuncia o emprego desenfreado da partícula *e*, e, por outro, demonstra um espaço limítrofe da disjunção inclusiva beirando a conjunção.

Em poucas ocasiões o *ou* pode vir reforçado:

- (160) Estes mouros ssom aqui açerqua de nós, e, sse os leuarmos assy, poderá seer que, quamdo elles emtrarem, que emtraremos de uollta com elles, **ou ao menos** forçal-los-emos tanto que nom possam fechar a porta. (CRON, CR, p. 140)

Também pode aparecer como correlativo de outro *ou*:

- (161) Todalas cousas da egleia. perteencem ao sancristam. que **ou** as faça. **ou** as mande fazer que se nom percam por la sua culpa e negligencia. (ALCO, p. 333)

Outros conectores correlativos são *quer...quer*, *que...que*, *nê...nê* e, apresentando apenas uma ocorrência, *assy...como*:

- (162) Bofá, salvarnor salvado,
Vós mentis coma cabrão.
Quer me queirais mal, **quer** não,
Não dou por isso hum cornado. (PURG, p. 251)
- (163) Pois aquest’ ouv’ outorgado,
o prazo das vodas vëo
en que ouv’ a seer grãado
que do seu, **que** do allëo. (MARI, n° 132)
- (164) Dé lly daquello que lhy tomou de XX quinhoes l e nõ mays e **nê** el **nê** outro rey
que uenha depouys nõ lhy faça mayor mercee desta. (FORO, F. 72r)

⁵⁰ Vilela e Koch (2001, p. 264) lembram que atualmente existe a sequência *e/ou* para indicar a disjunção inclusiva. No entanto, note-se que a barra inclinada demonstra não se tratar de uma locução, como no exemplo medieval, e sim de duas leituras independentes possíveis. Aliás, a barra inclinada explicita a incompatibilidade dessas duas partículas.

- (165) E prometeu por ssey e por todos sseus Eréeos (*herdeiros*). E ssusçessores. que depois del véerẽ A nũca hĩr contra a dita Doaçõ que lhj o dito Reimõde anes ffaz ẽ parte nẽ ẽ todo. **assy** Abertamẽte **como** asscõdudamẽte. (TN14, CHP122)

Também o conector *nem* tem valor disjuntivo, como no português atual. É o que se percebe no exemplo (150) da seção anterior. O conector latino *vel* sobrevive no português medieval, mas seu uso é bastante raro (apenas uma ocorrência) e de significado distinto do latino. Na ocorrência encontrada, tem sentido de “ou então/caso contrário”, assim como se *non*:

- (166) Que mh-o non poden entender,
iá eu chus (*nãõ mais*) no'-na [mha senhor] negarey,
vel saberam de quen tort'ey. (AMOR, CR, p. 156)
- (167) A dona que eu am' e tenho por senhor
amostrade-mh-a Deus, se uos en prazer fõr,
se non, dade-mh a morte! (AMOR, CR, p. 157)

Raro e intrigante é o uso do *e* e do *como* disjuntivos:

- (168) Em algumas casas estam as agoas çujas per dous **&** tres dias. (PEST, F. a5v)
- (169) Deue rresponder o móórdomo cũ alçayde **&** sem alçayde. (SANT, T. 30)
- (170) Cãe en pecado mortal quẽ quebrãta hũũ [voto] **como** ho outro. (PRIM, F. 108b)

3.1.5 TEMPORALIDADE

Facilmente compreensíveis são os resultados sobre o uso de mecanismos da temporalidade. Os textos narrativos foram os que mais apresentaram a demarcação temporal, e isso se explica pelo fato de, em uma narração, ser necessário ordenar em uma linha do tempo os acontecimentos referidos. O grupo que apresentou maior número de ocorrências foi o de textos novelísticos/fábulas, duas vezes maior do que o segundo posicionado, a historiografia.

Uma explicação para essa divergência entre os dois grupos seria a maior complexidade das peripécias vividas pelas personagens das narrativas ficcionais novelísticas e fabulísticas. Embora em ambos se percebam cacoetes típicos dessa

fase da língua (em que a repetição era muito comum), do tipo *e depois... e depois...*, nos textos novelísticos/fábulas há maior velocidade e animosidade do enredo. Compare-se um trecho de uma fábula de Esopo, com outro do Livro Velho de Linhagens:

- (171) E, **depoys que** camtou, o gaviã scarneça dell, dizemdo que lhe nom parecia bem aquel camto, e **davante** a ssua madre lhe comeo ho filho. E **depoys** este gaviã voou em hũa arvor. (ESOP, p. 66)
- (172) Pay de Moles foi casado com filha do Capeiro, **e** fege nella Lourenço Paes, e huma filha que se vê casada com Martim Moella; **e** morreolhe esta molher **e** casou com D. Beatris, filha de D. Pero Rodrigues de Pereira e de filha de Estevainha Ermiges de Teixeira, **e** fege nella Estevão Paes. **E** Orraca Ramires, filha de D. Ramiro Aires, foi casada com D. Egas Paes de Torozelo, **e** fege nella Nuno Viegas e D. Vasco Viegas. (VELH, p. 169)

O Livro Velho de Linhagens, apesar de classificar-se na tipologia textual com mais conectores de temporalidade, apresentou apenas um conector temporal, o que representa a menor ocorrência de todos os textos. Isso porque a narração limita-se a um mero registro genealógico sem preocupação com o enredo. A temporalidade se reduz à ordenação dos enunciados, acompanhando a sucessão das gerações, interligada *ad nauseam* pelo conector *e*.

Mesmo nos outros textos historiográficos, onde se nota maior preocupação com as peripécias vividas pelos nobres, ainda é marcante o uso repetitivo do *e* à maneira como se remete atualmente à linguagem infantil, ou, conforme Mattos e Silva (1989, p. 655), “ao *ai* hoje tão comum em narrativas orais informais”:

- (173) **E** el foy para lá **e** vio-a seer⁵¹ muy fermosa e muy bem vistida **e** namorou-sse logo della muy fortemente **e** pregumtoulhe quẽ era **e** ella lhe disse que era hũa molher de mujto alto linhagem.⁵² (LINH, CR, pp. 13-14)

O grupo de textos com a menor ocorrência de conectores temporais foi o de textos notariais. A tipologia expositiva é decisiva para esse resultado, pois esses textos apenas expõem acordos e decisões, sem retratar acontecimentos, como ocorre nos textos narrativos, nem conjecturar situações hipotéticas, como nos textos

⁵¹ Na CR está *eers*.

⁵² O conector *e* não foi computado como conector temporal em nenhuma ocorrência, visto que, apesar de contribuir para a ordenação dos eventos, sua função prima é de ligar proposições, sendo, portanto, enquadrado no mecanismo de conjunção.

injunctivos e argumentativos. A maioria das ocorrências limita-se a expor quando a aplicabilidade do acordo se fará e por quanto tempo durará.

Embora os textos narrativos sejam o lugar onde a temporalidade mais se desenvolva, eles não comportam fortemente todas as manifestações desse mecanismo. Existe uma tendência de ordenar gradativamente os fatos sempre do anterior para o posterior, de modo que a realidade retratada é reproduzida imitando o tempo natural. Com isso, nota-se um predomínio das relações de simultaneidade, posterioridade e continuidade/progressão. Já as relações de anterioridade não se enquadram tão bem nessa tendência. Portanto, se tomados apenas os casos de temporalidade anterior, os textos narrativos não são os de maior ocorrência (apenas 4 juntando os três grupos narrativos).

Não por coincidência, por outro lado, os dois grupos de textos injunctivos – os textos jurídicos e as regras monásticas – apresentam a maior ocorrência de anterioridade. A ausência de uma linearidade temporal e a necessidade de a regra abranger diversos contextos contribui para tal resultado. O texto *Sacramental*, que apresentou a maior ocorrência de temporalidade anterior entre todos os textos, é o que mais esboça circunstâncias hipotéticas que poderiam deixar o destinatário (sacerdote) indeciso quanto à ação a tomar⁵³. A passagem abaixo demonstra o procedimento em caso de algo impedir a realização da missa:

(174) E se este embargo lhe acontecer **ante que** começasse as palauras da consagraçom & estôçes deue çesar a missa e se **despois** da consagraçom da hostia ou do vinho deue outro saçerdote começar donde elle deixou e acabar ha missa. e sse nom ssouber honde deixou deue começar de prinçipio.
(SACR, C. 150)

Se analisados apenas os casos de conectores que introduzem simultaneidade temporal, ganham destaque, depois dos textos novelísticos/fábulas, os tratados técnicos. Uma vez que o tempo simultâneo está suspenso ao correr linear do tempo, funciona como uma forma neutra, alheia ao presente, passado e futuro. Dessa forma, os tratados, de tipologia predominantemente argumentativa, apresentam os dados baseados na observação do mundo. Pelo caráter empírico, não raro essa temporalidade beira a condicionalidade, por tratar de eventos hipotéticos:

⁵³ Por esse poder de antecipação de contextos é que, como já analisado, esse texto apresentou o maior número de condicionais no grupo de regras monásticas.

- (175) Boõ he ao saõ em tempo da pestilẽncia **quando** venta vento sul estar em casa per todo o dia. (PEST, F. a4v)
- (176) **Quando** homem vai por algũs prados e por so (*sob*) algũas aruores que cheirem bem, algũa cousa de bem podem fazer ao entender de folgança por este sentido. (MONT, CR, p. 114)

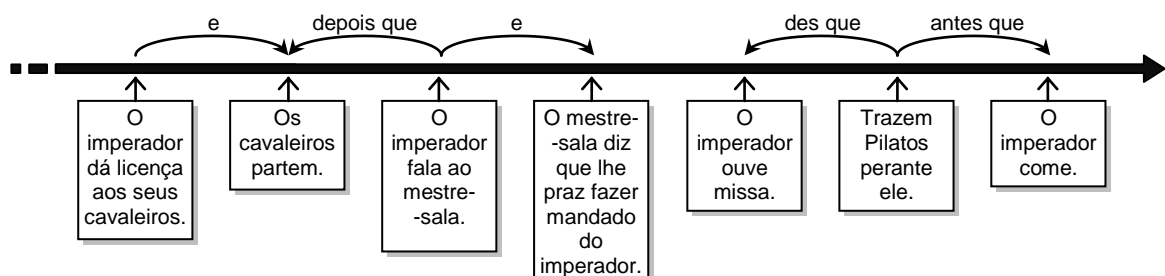
Se analisados apenas os conectores de tempo posterior, os dois grupos com mais ocorrências são narrativos: novelísticas/fábulas e narrativas religiosas. No caso de tempo contínuo ou progressivo, os grupos mais fortes são também narrativos: novelística/fábulas e historiografia. Grosso modo, os três grupos são narrativos e isso explica os resultados. Apenas cabe uma observação a respeito das narrativas religiosas: se por um lado apresentaram muitos conectores de tempo posterior, o resultado no tempo contínuo ou progressivo foi muito pequeno. Possivelmente uma visão menos ampla e de tendência unilateral do discurso religioso iniba a percepção de eventos concorrentes ao principal. Perceba-se, num trecho historiográfico, esse fenômeno, atípico ao *corpus* religioso:

- (177) Mas he agora de saber como o iffante Duarte, asy como uallente caualleiro, sahio da sua gallee, **em quanto** seu padre amdaua proueemdo a outra frota. (CRON, CR, p. 139)

Retomando a análise de que existe uma tendência narrativa em ordenar os acontecimentos de acordo com a sucessão deles, convém grifar que se trata apenas de uma tendência. A fim de explorar melhor esse assunto, observe-se a seguinte passagem da *História do mui nobre Vespasiano*:

- (178) **Depois que** o emperador deu licença aos seus cavaleiros **e** se partirom, ele mandou ao mestre sala que trouvesse pilatus ante ele, **des que** ouvisse missa, **antes que** comesse; **e** o mestre sala lhe disse, que lhe prazia de fazer seu mandado. (VESP, FL, p. 115)

Ordenando os acontecimentos em uma linha do tempo, de acordo com os conectores e com a lógica, ficaria assim:



Como se nota, a ordenação dos acontecimentos no discurso não seguiu a ordenação da linha do tempo. Isso é perfeitamente possível e previsível na língua, visto que ela dispõe de conectores que posicionam o evento, na linha do tempo, independentemente da posição dele no enunciado, tanto é que a maioria das proposições temporais podem ser deslocadas para o meio ou início do período. Perceba-se essa mobilidade, nos excertos abaixo, em que o mesmo conector figura ora na primeira, ora na segunda proposição:

- (179) $\overset{\text{Evento 1}}{\text{Tragemdo [...] dona Lionor comsigo,}} \xrightarrow{\text{ante que}} \overset{\text{Evento 2}}{\text{a rreçebesse de praça.}}$ (CRON, CR, p. 129)
- (180) $\overset{\text{Evento 2}}{\text{Ante que o posesse em obra,}} \xleftarrow{\text{ante que}} \overset{\text{Evento 1}}{\text{quiria auer com elles comselho.}}$ (CRON, CR, p. 129)

No entanto, apesar dessa liberdade de uso, o mais comum é que os acontecimentos sejam ordenados no discurso na mesma ordem natural do tempo. A explicação mais provável para isso é a facilidade para o receptor em ordenar mentalmente os fatos. Portanto, é visível que, com os conectores *quando*, *depois que* e outros que indicam a posteridade, a ordem mais comum é a indireta, ao passo que com *até que*, *antes que* e outros que indicam a anterioridade, é a ordem direta. Assim, tem-se a ordenação linear dos eventos⁵⁴:

- (181) Meu auoo, **quando** começou de rreinar, tijnha mais sentido nas cousas em que auia prazer. (CRON, CR, p. 130)
- (182) E, **depois que** o Meestre fez rreveremça aa Rainha e mesura a todos [...] disse a Rainha que sse asemtaseem. (CRON, CR, p. 132)
- (183) Andou el-rey per seu rreino folgamdo, tragendo comsigo dona Lionor, **ataa que** chegou antre Doiro e Minho a hũu moesteiro. (CRON, CR, p. 128)

Outros termos que têm função secundária de conectores só admitem a ordenação progressiva dos eventos, como em:

- (184) **Entam** caeu elrei em terra er (*mais uma vez*) levantouse o mais toste (*rápido*) que pôde mui mal treito (*maltratado*) e mui mal menado. **Entam** lhe disse Boorz: (GRAL, T. 120)

⁵⁴ Bueno (1958) averigou a predominância da ordem inversa. Cf. seção 2.3.2 (p. 74).

(185) E Boorz tornou a el outra vez e ferio de tam gram golpe que lhe deitou o elmo alonge. (GRAL, T. 120)

Note-se que, se invertidas as proposições, ou se tornariam incoerentes, ou teriam seu sentido alterado:

(184') ? Entam lhe disse Boorz. Entam caeu elrei em terra er levantouse o mais toste que pode mui mal treito e mui mal menado.

(185') ? E ferio de tam gram golpe que lhe deitou o elmo alonge e Boorz tornou a el outra vez.

3.1.5.1 Conectores que introduzem a temporalidade pontual

Dentro da temporalidade existe um *continuum* muito complexo entre o que é pontual e o que é posterior. Isso porque o critério para o limite da simultaneidade entre dois acontecimentos é subjetivo e depende do valor que se imprime ao tempo. Em:

(186) Quando Breçayda chegou áás tendas Colcos seu padre seyo arreçebela et foy cõ ela moy ledo (*feliz*) et abraçoa moyto. (TROY, p. 104),

o pequeno intervalo de tempo entre a chegada de Breçayda e a ida do pai a recebê-la permite que se interprete a relação entre os eventos tanto como de pontualidade quanto de posterioridade. O problema do *quando* é que ele é o conector menos marcado da temporalidade (MATTOS E SILVA, 1993), e por isso seu valor em um contexto pode não deixar marcas exatas do momento da ação. Portanto, frente a essas subjetividades, preferimos classificar essa partícula temporal sempre como pontual, que é o seu sentido mais comum e seguro, exceto quando vem acompanhada de outros conectores.

Casos de *quando* acompanhado de reforço no sentido pontual são *quando...já* e *quamdo...emtam*, ou ainda na expressão (*logo*) *quando quer que*:

(187) quando te eu trougue a roca,
J'ella estava rabugenta. (PAST, p. 132)

- (188) E virá [Naseram] a ti, como verdadeiro *crystam*, e, **quando** ho asy vires, **emtam** sabe que serás livre. (ARIM, CR, p. 77)
- (189) E todos comunalmête seyã teodos de fazerlhy menagê a el ou a quẽ el mandar en seu **logo quando quer que** mãde. (FORO, F. 74r)

Também a partícula multifuncional *que* pode, isolada ou com reforço, indicar o tempo. Em (191) e (192), *des que* e *sol que* têm sentido de *assim que*. A forma atual *cada vez que* apresenta, paralelamente na fase antiga, uma forma reduzida *cada que*, a qual não sobreviveu na língua:

- (190) **Que** lh' oí (*ouvi*), hu (*onde*) a uj estar en cabelos (*sem touca*), dizend' um son (*cantando*). Mal-dia (*desgraçadamente*) non morri enton. (AMOR, CR, p. 154)
- (191) Acharia seu padre estar ã hũu currall e que o filhasse (*pegasse*) pela mão e fezesse que queria fallar com elle e que o fosse tirãdo comtra a porta hu estava ho cauallo e que, **des que** alli fosse, que cauallgasse em o cauallo e que posesse seu padre ante ssy. (LINH, CR, p. 15)
- (192) Ca ben sabia en toda gisa que **sol que** o dia fosse claro. seriã partidos pera senpre. (TROY, p. 97)
- (193) Ou me diz: «non vos tolherey (*impedirei*); sempre por uós esto farey, **cada que** m' ouuerdes mester». (SATI, CR, p. 285)
- (194) Ouue Lazeraque recado de como Çala ben Çala ja tijinha a carta d'elrey, do prometimento de Cepta polo lfante, seu tyo, como requerara: mas enpero a ele nem aos seus non era por eso feita mais fauorança, ante os apertauom mais, **cada vez que** mais certos recados auyam. (CRON, CR, p. 136)

A expressão *cada (vez) que*⁵⁵, em (193) e (194), revela o sentido de reincidência da ação descrita.

No caso de *enquanto* e *no que*, a relação de pontualidade concentra-se na proposição sem o conector:

- (195) Mas he agora de saber como o iffante Duarte, asy como uallente caualleiro, sahio da sua gallee, **em quanto** seu padre amdaua proueemdo a outra frota. (CRON, CR, p. 139)
- (196) **No que** o moço cantava | o judeu meteu mentes, e levó-o a ssa casa. (MARI, n° 6)

⁵⁵ Repare-se o fenômeno já apresentado de o nome ser suprimido quando acompanhado de um pronome adjetivo que lhe assume o valor. Cf. seção 3.1.3.1, página 103.

Com sentido de *quando*, também *como* adquire valor temporal. A expressão *tam azyinha como* imprime aceleração ao sentido de *quando*:

- (197) A elrey Ramiro contarom este feito e foy em tamanha tristeza que foi louco hũus doze dias. E, **como** cobrou seu emtemdimento, mandou por seu filho, o jffamte dom Hordonho, e por algũus de seus vassallos. (LINH, CR, p. 17)
- (198) Dom Nuno Alurez **assy como** era moço: era muy vergonhosso e missurado. (NUNO, p. 5)
- (199) E, **tam azyinha como** ysto disse, vio na proa da nao aquele homem que ele vira na barca fermosa da prata. (ARIM, CR, p. 76)

O termo *aque*, atual *eis*, é o único que se posiciona na proposição sequente para indicar o momento pontual. Para tal, o verbo na outra proposição flexiona-se no gerúndio:

- (200) Eles em esto falando, **aque** contra eles vem ãũ cavaleiro armado de ãas armas negras, aquel que derribara Ivam o Bastardo e Glifet. (GRAL, T. 122)

Por fim, a preposição *em* (com verbo no gerúndio), com sentido de *quando*:

- (201) Tange e canta na rua á porta de sua dama Isabel, **e em** começando o cantar *Si dormis, doncella*, ládrão os cães. (FARE, p. 12)

3.1.5.2 Conectores que introduzem a temporalidade anterior/posterior

São poucos os conectores que introduzem a temporalidade anterior. No *corpus*, tem-se apenas *ante que* e a variação com s paragógico:

- (202) Digo vos que nom há tam bõõ cavaleiro na Gram Bretanha que el nom cuidasse a vencer **ante que** o dia saísse. (GRAL, T. 122)

Para o tempo posterior, mais comum são formações com a palavra *depois*: *depois de*, *depois que*, *depois que...enton*; este último reitera a separação temporal dos termos e reforça argumentativamente a proposição sequente:

- (203) E mandou o el-rei criar, em quanto foi pequeno, a Lourenço Martins da Praça, um dos honrados cidadãos d'essa cidade [...] **e depois** o deu, que o criasse, a Dom Nuno Freire de Andrade. (PEDR, C. 1)

- (204) Gonçalvez Pereira: viueo longamête e ouue trinta e dous filhos antre filhos e filhas: de q̃ por agora este liuro nõ faz mençom: se nõ de dous. s. de dom Pedralurez Pereira: que **depoys de** seu padre foy prioll do Esprital. (NUNO, p. 3)
- (205) Este rei Dom Pedro era muito gago, e foi sempre grande caçador e monteiro, em sendo infante e **depois que** foi rei. (PEDR, C. 1)
- (206) **Depois que** nos uencermos as cobijças máás carnaes, **enton** áálma nossa uoara aos ceos con penas de bõa contemplaçom. (AVES, p. 143)

Com o mesmo sentido há *pois*⁵⁶, *pois que*, *des que* e *tanto que*. *Pois que* pode ser reforçado por *enton*, com o mesmo efeito de *depois que...enton*, e *tanto que* e *des que*, por *logo*, para indicar rápida sucessão temporal:

- (207) **Pois** esto disse, comecouse a ir o mais toste (*rápido*) que pôde per u cuidou que a besta se ia. (GRAL, T. 122)
- (208) **Pois que** sayu da eigreja, os dedos **enton** meteu ena boca e tan toste tirou-a end' e odeu a ostia ena touca. (MARI, n° 104)
- (209) Ele mandou ao mestre sala que trouvesse pilatus ante ele, **des que** ouvisse missa. (VESP, FL, p. 115)
- (210) E, **des que** foram recolhidos na barca e se sairom em terra, **logo** se afundou a casa debaixo do rio com Pilatus toda. (VESP, FL, p. 118)
- (211) E eu lhe disse como a sandia: Quando fores em esse parayso, emuia me das rosas e das maçããs. E ella me promêteu que o farya. E agora, **tanto que** foy degolada, ueeo a mÿ hũũ menino que me parece que nõ he mais de jdade de quatro anos. (ORTO, PRÓLOGO)
- (212) Ca eu, Deos queremdo, **tanto que** isto for feito, **logo** hirei comer com vosco. (CRON, CR, p. 132)

Como se nota em (210) e em (212), o termo *logo* reforça a proximidade dos eventos na sucessão temporal entre as duas proposições, da mesma forma que há uma pequena sucessão nas correlativas *quando...logo*. O mesmo serve para a locução *tan toste que* – a qual tem o mesmo sentido pontual de *tam azynha como* –; quando correlativa a *logo*, passa a indicar tempo posterior. A locução adverbial *depois logo acerca* significa *logo depois*; e a locução conjuncional *logo que* significa *imediatamente depois que*:

⁵⁶ Atualmente resistem apenas os dois sentidos derivados de *pois* (conclusivo e explicativo). O *pois* temporal ainda vigorava no português medieval, com o sentido etimológico do advérbio *post* (depois).

- (213) Hun porteiro en cas del-rey,
que me conhece, onde quer
que me ueia, **logo** me fer. (SATI, CR, p. 285)
- (214) De manhaã **quando** se alguu aleuantar **logo** coma da aruda lauada em agoa
limpa espargida com sal & noz nozcada. (PEST, a6)
- (215) **Tan toste que** foi morto, o dem' a alma fillou (*tomou*)
dele e con gran lediça (*alegria*) **logo** a levar cuidou. (MARI, n° 14)
- (216) A cabo de poucos dias a rreçebou elrei, como dissemos, e **depois, logo**
acerca disse hũu dia a hũu de seu conselho como sse repremdia de teer
casado com ella. (CRON, CR, p. 129)
- (217) Por usança haviam então a quantia que ora chamam maravidis, dar-se no
berço, **logo que** o filho do fidalgo nascia, e a outro nenhum não. (PEDR, C. 1)

Além de *depois* isolado, como em (203), e *logo* em (213), as expressões e *nisto*, *et desy*⁵⁷, e *davante* e, muito frequente, *entom* também têm o sentido secundário de indicar a ordenação dos acontecimentos no discurso, não podendo ser invertida a ordem das proposições:

- (218) E, quando a raynha se aleuantou, o amjo lhe disse:
– Deos me mādou a vós outras e vos ênia e mãda dizer por my que comaaes
de vossos filhos [...]
E nisto o amjo desapareceo. (VESP, CR, p. 109)
- (219) Et foy cõ ela moy ledo et abraçoa moyto et ela ael. **Et desy** apartarõsse anbos
afalar do cõsun. (TROY, p. 104)
- (220) Depoys que camtou, o gaviam scarneçia dell, dizemdo que lhe nom pareçia
bem aquel camto, **e davante** a ssua madre lhe comeo ho filho. (ESOP, p. 66)
- (221) Como a dita dona Lionor he molher muj comujnhauell pera elle, por as
rrazões sobreditas, tem trautado com ella seu casamento [...] e lhe emtemde
de dar taaes uillas e logares de seu senhorio, per que ella possa manteer
homrroso estado de rrainha, como lhe perteemçe.
Emtom a rreçebou elrei peramte todos e foi notificado pello rreino como era
sua molher. (CRON, CR, p. 128)

Apenas o conector *e* é mais frequente que *depois* e *entam* para ordenar os eventos no discurso. Note-se abaixo que o uso reiterado dessa partícula explicita que a ordenação das proposições no enunciado representa a ordem das ações prescritas:

⁵⁷ Essa forma tem muitas variações: *dês-ahi*, *desi*, *des ai* e outras. A respeito de *et*, ver nota 47.

- (222) Se [parte do vinho do cálice] cayo en pedra deuea tomar o saçerdote con a lingua quanto poder. e deue ser rrapado aquele logar e queimar ha rrapadura e gardar ha çijnsa e soterrala açerqua do altar. (SACR, C. 153)

Para indicar o último evento da sucessão temporal posterior, usam-se os termos *finalmente* e *em fim*:

- (223) Andava com lagrimas per as casas buscando-o e Josep com choro e door de coraçom acompanhava-a... **E finalmente**, nom achado o moço, tornou-se a senhora a sua camara. (CRIS, FL, p. 113)
- (224) [...] tyrandonos de malles, perdas, perigoos e trabalhos, gançando (*ganhando*) boo nome com grande sperança d'aver por mercee do senhor muytos bêês na vyda presente, **e em fim** sua sancta gloria. (LEAL, T. 30, F. 33r)

3.1.5.3 Conectores que introduzem a continuidade ou progressão temporal

As formas básicas são *enquanto* e *mentre (que)*⁵⁸, com sentido de *ao mesmo tempo em que*:

- (225) Vós sabedes que nos albergastes e nos fezestes muita honra e muito amor aa vossa mercee sempre **enquanto** com vosco fomos. (GRAL, T. 119)
- (226) E elles receberõ-no muy bê e derom-lhe todas as cousas que lhe forom mester e homrrarõ-no, **mentre** foy uiuo e merreo em seu poder. (LINH, CR, p. 13)
- (227) Elle foy soterrar seu padre a Bragaa e, **mentre que** o foy soterrar, filharom-lhe toda a terra de Leom. (LINH, CR, p. 22)

Com o mesmo sentido, acrescentando uma evolução temporal e, ao mesmo tempo, proporcional entre as proposições, figuram *quanto...mais tanto mais* e *quanto mais...tanto...mais*:

- (228) E **quanto** santo Antonio pregava **mais, tanto mais** crecia a multidom dos pexes e nom se partiam nenhūs dos lugares que aviam tomados. Ao qual milagre se ajuntou o poboo todo da cidade e tambem os ditos erejes. (FRAD, FL, p. 95)
- (229) **Quanto mais** se chega a fim
Do mundo, a todo o andar,
Tanto a gente he **mais** ruim. (PURG, p. 247)

⁵⁸ Também *dementre* e *enmentre*. Do latim *dum interium*, tirou-se o *de-* por confusão com vocábulo composto (NUNES, 1975, pp. 347 e 353)

As locuções com *como* são:

- (230) E faç' o iá, pois Deus o quer,
qu' eu sempr' ey iá a deseiar,
tanto com'eu uiuer poder. (AMOR, CR, p. 157)
- (231) E **asy como** hyam adiante passauã per muitas cõpanhas (*multidões*) que lhes inclinavã as cabeças e rrecebiã-nos muy bê cõ grande aligrya. (TUND, F. 133v)

A preposição *até* e suas variantes *ataa* e *atees* indicam o ponto de chegada de uma duração, e são bastante produtivas no sentido de tempo, juntando-se a *quando* e *que*. Já a preposição *des* junta-se, além de *que* e *quando*, também a *entom*, e indica, além de posteridade já apresentada a em (209), o ponto inicial de uma duração:

- (232) Segia en poder da raina sa madre e meu reino segia en poder da raina e de meus uassalos **ata quando** agia reuora (*maioridade*). (TEST)
- (233) E fallou com ho jffamte que sse deitassem a sso (*sob*) as aruores o mais emcubertamente que o fazer podessẽ e per nẽnhũa guisa nom sse abalasse, **ataa que** ouuissem a uoz do seu corno. (LINH, CR, p. 17)
- (234) O ifante, **des que** eles foram leuados da sua conpanha, nunca çesou de rezar e de os encomendar a Deus. (CRON, CR, p. 137)
- (235) Ca, **des quand'** eu naçi,
nunca d'outr' home tan leal oy
falar, e, quen end' al diz, non diz nada. (AMIG, CR, p. 251)
- (236) E, poys m' assy desenparar
hũa senhor foy, **des enton**
eu cuidei ben per ren que non
podesse mays outra cobrar (*conquistar*). (AMOR, CR, p. 154)

A expressão *antre tanto* ainda mantinha o sentido de *enquanto isso*:

- (237) E, porque nõ viera ajnda o tẽpo da preeguaçõ e do baupismo, staua **antre tanto** no diserto, onde he o aar mais puro e o ceo mais aberto e Deus mais familiar. (CRIS, CR, p. 123)

A preposição *em* (com verbo no gerúndio) também pode indicar tempo contínuo:

- (238) Este rei Dom Pedro era muito gago, e foi sempre grande caçador e monteiro, **em** sendo infante e depois que foi rei. (PEDR, C. 1)

Nota-se a proximidade entre tempo e espaço na formação da locução *no espaço que*, no sentido de *durante o tempo em que*:

- (239) E tal deferença se faz antre nojo e o pesar, por que o nojo, **no espaço que** o sentem, faz em aquel que o ha grande alteraçom, mostrando manyfestos sygnaaes em chorar. (LEAL, T. 25, F. 27r)

3.1.6 CONFORMIDADE

Num quadro geral, os textos notariais compõem o grupo com o menor número total de conectores, e na maioria das relações de sentido apresentaram o menor resultado (como já apresentado na causalidade e na temporalidade). No entanto, em se tratando de conformidade, esses textos apresentaram o maior número de ocorrências em todo o *corpus*. O motivo para isso não é obscuro: a linguagem cartorial revela maior preocupação com a precisão e a explicitação das ideias.

Os textos jurídicos, que apresentaram o terceiro maior número de ocorrências, também se caracterizam pela preocupação com a clareza das palavras no estabelecimento das leis. Nota-se, nos dois grupos, a preocupação com a palavra e a consciência do poder dela, que, se empregada de modo a gerar ambiguidades, pode facilitar desavenças ou absolver um transgressor da lei. Segue exemplo:

- (240) A qual Ley vista por nos, por nos parecer justa, e razoada, Mandamos que se guarde, **como** se em ella conthem. (AFON, L. 2, T. 31)

Note-se, no trecho acima, que a oração “como se em ella conthem” – que quer dizer “da forma como está, sem alterá-la” – é totalmente dispensável do ponto de vista lógico e semântico. Ora, se se deve guardar a lei, o fato de dever guardá-la sem alterá-la é uma convenção tácita, mas o autor sentiu a necessidade discursiva de explicitá-lo, ciente da possibilidade de a lei ser deturpada.

Um grupo bem diferente tanto dos textos notariais quanto dos jurídicos apresentou a segunda maior ocorrência de conformidade: as narrativas religiosas. Apesar da diferença, a explicação para o alto uso desse mecanismo é evidente: a intertextualidade no discurso religioso é facilmente reconhecível e majoritariamente explícita. Quando se analisa a argumentatividade nos textos religiosos, nota-se que

a maior parte dela se faz pelo argumento de autoridade, tanto dos textos sagrados quanto de líderes influentes. Outro argumento típico do discurso religioso é o *Zeitgeist* da época de Cristo ou do momento histórico da enunciação. Por isso, são comuns referências como as seguintes, que representam, respectivamente, o argumento pela autoridade e pelos costumes:

- (241) E, **segundo que** diz Remigio, per aqeste aparicimêto do angeo a Joseph misticamente se entêde que aquelles que cessam e leixã dos cuydados terreaaes e dos negocios seculares merecê de veer a visom dos angeos. (CRIS, CR, p. 122)
- (242) E, como hũa uegada (vez) ho bispo çellebrasse reçebesse oferemdas, demandou-lhe o coruo esmolla, **asy como** auja em costume. (FRAD, CR, p. 86)

A conformidade, nesses e nos outros textos, pode ser explorada em dois planos distintos, igualmente recorrentes, os quais criam efeitos de sentido diversos. O primeiro abrange tanto a inter- quanto a intratextualidade, e se refere à ação de remeter a outros textos (intertextualidade) ou a determinado conteúdo do próprio texto (intratextualidade). Percebe-se que essa relação de conformidade se desenrola no nível textual; por isso, será aqui denominada *conformidade textual*. Em (240), houve um caso conformidade textual de intratextualidade e, em (241), um caso de intertextualidade.

O outro plano de conformidade estabelece uma relação não com textos, mas com referências do mundo; portanto, será aqui denominada *conformidade referencial*. É o caso da ocorrência (242) e também da passagem abaixo:

- (243) Outorgo que a entredes logo cõ justiça ou sen justiça **commo** quiserdes & por ben touerdes. (TN15, HGP017)

Outra função desse plano referencial caracteriza-se pelo objetivo de atenuar a certeza sobre a afirmação, ou então para assinalar que se trata de uma opinião subjetiva (LOPES, 1991):

- (244) **Per quant'** eu sey cert' e poss' entender, nunca no mundo foy molher amada come vós de voss' amigu'. (AMIG, CR, p. 251)

Embora os termos dos dois planos de proposições conformativas estejam em universos distintos, em ambos se observa a íntima relação das proposições, de modo a construir um elo de semelhança entre elas.

3.1.6.1 Conectores da conformidade

Os conectores mais comuns da conformidade foram (*assy*) *come* e *segundo*⁵⁹. Eles podem igualmente relacionar a conformidade textual (245) ou referencial (246):

- (245) Enprazóou logo que pareçesse perdante a iustiça de Lissbõa **assy come** era cõtehũdo na dita carta delRey. (TN14, TOX017a)
- (246) Muytas vezes veem sem sanha, e porem nom propriamente, **segundo** me parece, por partes della devem seer contadas. (LEAL, T. 25, F. 27r)

Os conectores *de quanto*, *per como*, *per quanto* e *por quanto*⁶⁰ são empregados pelo locutor exclusivamente⁶¹ para indicar a subjetividade de suas palavras:

- (247) Aquesta moller mesquõa
de quanto pud' chegar
conprou hũa ovellõa
e foy-a dar a guardar. (MARI, n° 147)
- (248) Et vos sodes tã bóo cavaleyro et tã preçado et tã pááção (*que vive em palácio*)
per como me amõ semella. que eu nõ queria per nehũa maneyra que
entẽdesse des de mõ cousa desagisada (*insensata*). (TROY, p. 103)
- (249) A bõa dona se foi ben dali
a un' eigreja, **per quant'** aprendi,
de Santa Maria, e diss' assi: (MARI, n° 17)

⁵⁹ Todas as ocorrências de *segundo que* são ambíguas, podendo a partícula *que* funcionar como constituinte da locução ou como pronome substantivo indefinido, como em: “O terceiro modo de serviço, que avemos a eles de fazer, é responder graciosamente [...] nom dizendo palavras duras, nem asperas, nem os maldizendo, **segundo que** muitos fazem.” (VIRT, FL, p. 111). O curioso é que em nenhuma ocorrência figurou *segundo o que*.

⁶⁰ A ocorrência de *por quanto* mais parece uma fase de formação do conector: “Et eu ben oy (*ouvi*) et entedi **por quanto** vos prouve de dizer” (TROY, p. 102). O mesmo se nota com sentido de causa. Ver nota 38.

⁶¹ É claro que essa afirmação baseia-se no resultado obtido a partir do *corpus* desta pesquisa.

Também fazendo referência ao mundo, a expressão *quanto mais* e as correlativas *quanto...tão* sustentam ideia de nivelamento de intensidade das duas proposições:

- (250) E dos bẽes que per sa graça fezermos sempre lho tenhamos em grande mercee **quanto mais** poder a nossa fraqueza. (LEAL, T. 25, F. 28r)
- (251) Se alguẽ véer asj da nossa parte como da estraya que este noso feyto quiser britar ou tẽtar nõ lj seya outorgado mays por sóo a tẽtaçõ **quanto** demãdar **tãto** a vos en dobro cõpona.⁶² (TN13, DN007)

Uma única ocorrência registrou-se de *quejando*, com sentido de *assim como*:

- (252) Tales Meliseo, que antre os gregos foi chamado primeiro sabedor e diz que taes e tantos dões deve dar cada ùu a seus geeradores **quejando** ele queira de seu filho receber. (VIRT, FL, p. 112)

Em se tratando dos conectores que introduzem conformidade exclusivamente textual, tem-se as locuções *en como* e *tall como*, e as correlativas *tal...qual*. Nas construções com *tal*, nota-se maior preocupação com a fidedignidade da transcrição das palavras:

- (253) Preguntey hũa dona **en como** uos direi:
«Senhor, filhastes orden (*devotastes-vos*)?» E ia por em chorei! (AMOR, CR, p. 186)
- (254) Aquele será o noveno dos que decemderám de teu sobrynho e será **tall como** te eu digo. (ARIM, CR, p. 78)
- (255) **Tal** era o mãto da donzela **qual** vos eu dixeu. (TROY, p. 98)

Também são de conformidade as construções *en...meesma guysa que* e *pella guísa que*:

- (256) E disy (*depois*) ordyou a corte terreal **enaquella meesma guysa que** era ordiada en ceo. (FORO, F. 72v)
- (257) E outrosy a dicta prioressa. e conuento díserom que sse obrígauam de lhe fazerem hũa casa em este primeiro ano **pella guísa que** sse segue. (TN15, CHP170)

⁶² Ou seja: “Se alguém de uma parte ou da outra quiser transgredir este acordo, não lhe seja permitido e, só pela tentação, pague em dobro tanto quanto solicitar”.

Na obra *Orto do esposo*, o *onde* é empregado diversas vezes sem qualquer valor sintático anafórico. Serve apenas para ligar uma afirmação e uma citação de autoridade que venha corroborar o que se está afirmando:

(258) As Sanctas Escripturas emsinã o entendimêto da mête e da alma do homẽ e tiran-no das uaydades do mũdo e reduzẽ-no ao amor do Senhor Deus, **onde** diz Sam Jheronimo que aquelle que nõ sabe as sanctas leteras, este tal nõ sabe leteras. (ORTO, C. 1)

3.2 RELAÇÕES DISCURSIVO-ARGUMENTATIVAS

3.2.1 CONJUNÇÃO

A relação de conjunção é, claramente, a mais recorrente no *corpus*. Por ser um conector por excelência, o *e* liga quaisquer elementos que apresentem a mesma posição sintática e que se direcionem à mesma conclusão. Dessa forma, pode estabelecer elo entre nomes, sintagmas, orações, frases e até parágrafos.

Aliada a essa multicompatibilidade está a abertura para estabelecer diversas relações de sentido, podendo indicar consequência, disjunção (conforme já apresentado) e ainda contrajunção (conforme se apresentará adiante)⁶³.

Outro fator para a grande ocorrência do *e* é a característica medieval de usar abusivamente essa partícula, seja isoladamente, seja em junção a outros conectores, como se mostrou em vários casos já apresentados, por exemplo, na causalidade: *e porem* (97); na finalidade: *et por que* (123); na disjunção: *e ou* (159) e na temporalidade: *e depois* (203).

Tão indiscriminado se apresenta o uso da partícula em alguns contextos, que não raro nos deparamos com construções que hoje soariam agramaticais, como é o caso do *e ou* disjuntivo (159) ou do emprego do *e* introduzindo uma oração principal quando a subordinada foi anteposta:

⁶³ Nesses casos, o *e* não foi computado como conjunção, e sim no mecanismo correspondente. Já para os casos em que auxilia secundariamente na temporalidade, ver nota 52.

(259) E se este embargo lhe aconteceu ante que começasse as palauras da consagraçom **e** estôçes deue çesar a missa. (SACR, C. 150)

Esses fatos explicam a expressiva predominância do *e* no *corpus*. Nos textos notariais, 76% dos conectores são de conjunção. Na literatura religiosa, eles somam 71%, e, na historiografia, 70%. A menor ocorrência foi nos textos em verso, com 43%. Esses números relacionam a quantidade de conectores da conjunção em relação ao total de conectores dentro de cada grupo.

Se analisados os números de conectores entre as tipologias, os três grupos narrativos apresentaram a maior quantidade total de mecanismo da conjunção: novelística/fábulas, historiografia e narrativas religiosas, respectivamente. Em seguida, os textos notariais e os jurídicos. Em penúltimo, o teatro e, com menor ocorrência, os textos em verso.

A alta frequência na narração é explicada pelo papel de condução das ações estabelecida pelo *e*. Ele funciona como motor que impulsiona o desenrolar narrativo, conforme já citado no exemplo (173), abaixo repetido:

(173) **E** el foy para lá **e** vio-a seer muy fermosa **e** muy bem vistida **e** namorou-sse logo della muy fortemente **e** preguntou-lhe quẽ era **e** ella lhe disse que era hũa molher de mujto alto linhagem. (LINH, CR, p. 13-14)

Esses conectores seriam dispensáveis do ponto de vista sintático e semântico, e revelam um forte desprestígio do assíndeto na fase medieval (MATTOS E SILVA, 1989).

Nas passagens descritivas dentro dos textos narrativos, o *e* parece ser o responsável em juntar as peças da imagem que se pretende formar por meio da descrição. Assim, grandes parágrafos se formam apenas pelo conector *e* (o que é raro acontecer em outras tipologias), usado por vezes como se fosse sinal de pontuação:

(260) [...] flores de muytas **e** desvairadas collores **e** de preçioso odor. **E** todo o campo era çercado em redor de muytas aruores muy fremosas que dauam fruytus muy doces **e** muy saborosos **e** de muytas guisas. **E** a redor do canpo corriam aguas muy limpas. (CORT, CR, p. 93)

Com tanta abertura de emprego, soa natural, nos textos do *corpus*, a introdução de parágrafos com o conector *e*. Nessas situações, ele não liga frases,

mas enunciados, sendo, portanto, denominado *encadeador do discurso* (MATOS E SILVA, p. 119):

(261) Este Alboaçem quisera seer na lide primeyra d'Almoleymar e nom pode porque Almoleimar se coytou, rrompendo a alva.

E disserom a dom Gomçallo Meemdez em como aquellas companhas vijnhem. (LINH, CR, p. 25)

Nessas situações, parece haver uma função discursiva mais complexa do que simplesmente ligar enunciados, tanto é que, em um texto do *corpus*, o autor traduz o início da Bíblia da seguinte forma:

(262) In principio creauit deus celum et terram, que quer dizer. **E** no começo criou deus o ceo e a terra. (THEO, p. 328)

Ora, aquele encadeador do discurso não pode ter função de ligar a oração com outra, pois se trata da primeira frase da Bíblia. Possivelmente se enquadre nesse caso o valor afetivo da partícula que carrega expressividade, “exprimindo diretamente a linguagem da alma, como uma espécie de interjeição” (LAPA, 1959, p. 229).

Também iniciando parágrafos, é comum o narrador empregar o *e* logo após uma passagem em discurso direto ou indireto, a fim de retomar as rédeas da narração, estabelecendo a sucessão e ligação das vozes:

(263) **E** elle lhe rrespomdeo:

– O vosso amor.

E ella lhe disse:

– Veeste morto. (LINH, CR, p. 18)

Registre-se que, na qualidade de encadeador do discurso, a partícula *se* faz muito presente na língua falada, sendo esse sentido bastante recorrente nos textos teatrais:

(264) AIR. Apariço, bem sei eu
Que te faz mal tanto viço.

AIRES. (á parte)

E desde hontem não comemos. (FARE, p. 12)

Lapa (1959) nota o papel terminativo assumido pelo *e* nas enumerações, o que originou seu uso consagrado apenas antes do último elemento. Nota-se, nas

fábulas de Esopo, que todas as histórias do *corpus* terminam com a última oração introduzida por *e*, assumindo valor conclusivo, como em:

- (265) A rraposa foy pera comer a carne do cabrom que ficava do lobo (*que o lobo não comera*) e ho pastor a matou, *e* per esta guysa morreo o lobo e a rraposa. (ESOP, p. 67)

Esse caráter terminativo do conector possivelmente é o responsável pela regra geral moderna de *que*, em uma enumeração, apenas os dois últimos elementos serem ligados pela partícula. No português medieval, parece que essa tradição ainda não havia se estabelecido por completo. O polissíndeto se fez presente em todos os gêneros textuais, ora por função estilística, ora por simples tendência de época. Repare-se a função estilística da expressiva passagem abaixo, em que autor, pelo uso do polissíndeto, eleva seu ânimo e destaca cada termo introduzido pelo conector, mostrando a importância da minuciosidade de cada informação que se deve dar ao clérigo em caso de comissão do pecado de “sodomia”:

- (266) En todas estas cousas deue o clerigo ou frayre saber que homẽ he o que faz o pecado *e* o logar ã que o fez *e* porque o fez. *E* como *e* quando *e* com quãtos *e* quaes *e* em que idade *e* com qual contriçom (*arrependimento*) *e* o pesar daquele que fez o pecado. (CONF, p. 16)

As menores quantidades de ocorrências ocorreram nos textos em verso. Para Bueno (1958, p. 201), a linguagem do verso tem maior qualidade que a da prosa. Pela pequena extensão da frase e pelas frases feitas já elaboradas pela escola galego-portuguesa, “fácil lhes era aos poetas expressar os pequeninos pensamentos de que se formava”. Mas por ser a menor ocorrência não significa que seja raro o uso de conjunções na poesia. Lapa (1959) observa nos usos do *e* nas cantigas a linguagem da simpatia e do amor.

3.2.1.1 Conectores da conjunção

Se o *e* é a partícula conjuntiva por excelência ao acrescentar ideias positivas, as negativas são introduzidas pelo conector *nem*⁶⁴. Desde o latim vulgar até a fase medieval, o uso desse conector é bem menos restrito do que hoje (MAURER JR., 1959). Ele tem a particularidade de ser empregado isoladamente mesmo sem outra palavra negativa, como em (267) (entre termos) e em (268) (iniciando uma frase), ou com a redundância de termos negativos, como em (269). Ou, ainda, pode *nem* sequer trazer sentido negativo, como em (270):

- (267) Cavaleyros da Guarda **nem** molheres uiuuas nõ dê pousada per foro da Guarda senõ per mãdado do iuiz. (LEGI, CR, p. 3)
- (268) Mas em tempo de pestilencia melhor he estar em casa que andar fora. **nem** he saõ andar per a villa ou çidade. (PEST, F. a6)
- (269) Em tall maneyra faze e serás seguro que, no lugar omde ho fizeres, o diabo **nom** terá poder de fazer mall a teu corpo, **nem** tua alma **nom** será perdida. (ARIM, CR, p. 79)
- (270) E sse reger hũa lança, mais aja femença em apertar as pernas e se teer firme na sella, que em a força da mão **nem** do braço pera a soportar. (CAVA, C. 21)

Ainda com sentido negativo, tem-se a expressão *nem menos*, em que se nota o poder de focar a argumentatividade na segunda proposição; também a conjunção *e* pode ter valor negativo de *nem*:

- (271) Enesta vida mortal
nom ha hy prazer que dure,
nem menos, tamanho mal
que por tempo nam se cure. (PALA, CR, p. 352)
- (272) Deve de séer no falar e no obrar sobrio e mesurado e temperado. nõ séer muyto comedor e garganton. nõ sobervoso. nõ turbulento **e** escuro do vultu **e** torvado. cõ ira **e** cõ sanha. (BENT, F. 17V)

Muito perceptível é o processo de esvaziamento de sentido do advérbio *outro sim* (igualmente) pelo uso bastante frequente com o valor conjuntivo de *além*

⁶⁴ Assim como atualmente, o *nem* pode, com valor adverbial de *nem sequer/até mesmo*, introduzir uma frase: "**nem** a uista daquelle mouro nom era pouco espantosa, ca elle auia o corpo todo negro, assy como hũu coruo". (CRON, CR, p. 140)

disso. Sentido semelhante se nota em *tambem*, *yssso meesmo*, *demays* e *sobre todo*. Os dois últimos introduzem o argumento mais forte na adição:

- (273) E rogamos-vos que o creaes do que vos da nossa parte disser.
«**Outro sim** enviamos, para trazer o corpo da rainha, nossa madre, para a enterrar aqui em Sevilha, o arcebispo d'esta cidade e outros prelados de nossos reinos». (PEDR, C. 2)
- (274) Mas em tempo de pestilencia melhor he estar em casa que andar fora. nem he saão andar per a villa ou çidade. **E tambem** a casa seja aguada: & em special em o alto veraão com vinagre rosado & folhas de vinhas. **& yssso meesmo** he muyto boõ ameude lauar as mãos com augoa & vinagre. (PEST, F. a6)
- (275) Et agora estou fora de todo esto. Et por ende nõ he tẽpo de falar en amor. **Et demays** ben vos digo e bẽ no entendedes vos. que nõ ha dona nẽ donzela que sse tã agiña vençesse. (TROY, p. 102)
- (276) Gram sabor e grande honrra he séer na conpanha dos angos e dos arcãgos e dos profetas [...] e ouvir os seus cantares novos e tam saborosos. **E sobre todo** véer a façe do nosso senhor Deos que he çima de todollos bẽes. (TUND, F. 135v)

Essa força argumentativa se faz presente nas formações com *ainda* e com *mais*. Note-se, em (277), que o autor faz uma gradação de argumentos, na ordem “(argumento 1) **aimda** (argumento 2) **aimda mays** (argumento 3)”. Mais perceptível é a superioridade argumentativa do *ajnda mais* em (278). Também ocorrem no *corpus ajnda que*, *mais ainda* e as correlativas *nõ (tan) sollamẽte...mas (ajnda)*⁶⁵ e *ainda tam somente...mas ainda*:

- (277) Este poeta, [...] diz que nós nom devemos viver de rrapina (*roubo*) [...]. Diz, **aimda**, que muytos perdem o corpo pollo dapno doutrem. Diz, **aimda, mays**, que ho homem que ffaz furto he perdido. (ESOP, p. 67)
- (278) Muitas vezes acomteço que o barom de Deus samto Antonjo, cobiçamdo a saude das almas, dizia aos pecadores os remedios que podia por que saissem de pecados, **e ajnda mais**, [...] apareçia de noite a muytas perssõas que dormiam. (FRAD, CR, p. 85)
- (279) Alguũs diseron que o ssaçerdote soo (*sozinho*) pode celebrar, mais nõ o pode fazer **e ajnda que** deue estar outro saçerdote quamdo alguũ çellebrar. (SACR, C. 149)
- (280) Todas estas cousas som tam pertencentes pera correger o entender [...]. **Mais ainda**: se o tocar daa algũas uezes ao entender enfadamento, [...] creede que este joguo lhes faz esquecer aquelle enfadamento. (MONT, CR, p. 114)

⁶⁵ Outras formações: “os quaaes **nom sollamente** som delle guardados sem tristeza, **mes** trazem (LEAL, F. 33r); “mais eles, feitos assí como pedras por la austinaçom ou endureçimento, **nom solamente** nom consentirom aas palavras de santo Antonio, **mais** de todo em todos menospreçarom de ouvir-las”. (FRAD, FL, pp. 93-94)

- (281) O homẽ, que ajnda scassamente entrara no mundo, fugisse da gloria do mundo **e nõ sollamẽte** se esqueçese das cobijças do mũdo, **mas ajnda** as nõ querer saber e fazer perpetua cõpanhia com Deus. (CRIS, CR, p. 123)
- (282) **E ainda tam somente** nom he [a montaria] em si bõo pera correger o entender, **mas ainda** correge o feito das armas. (MONT, CR, p. 114)

O *mais* pode surgir com seu valor etimológico de quantidade, e nesse sentido apenas acrescenta termos:

- (283) Par Deus, muit' é gran razon de poder Santa Maria **mais** de quantos Santos son. (MARI, nº 14)
- (284) Nota que o samcristam deue a lançar todolos panos da sancristia ao sol [...] e teelos mui limpos, **e mais** a cortinha que sta sobre o altar mayor. (ALCO, p. 333)

A soma de ideias com base na comparação de igualdade entre elas se faz por meio das correlativas *assy como...e*, *assy...como*, *tam...coma*, *tãben...come*:

- (285) Mandamos que tomem delles [Officiaes] conhecimento, **assy como** das appellações, **e** agravos. (AFON, L. 2 T. 71)
- (286) **Assy** bem auenturados casos bem acontecydos, **coma** outros desastrados, **tam** cedo **como** passados (*tanto os recentes como os antigos*), sam de todo esquecidos. (PALA, CR, p. 352)
- (287) [As leys] son guyamẽto do pobuu e ajuda e sõ **tãben** pera os omees **come** peras mollerres. (FORO, F. 77r)

De linguagem mais formal é o termo latino *item*, em todas as ocorrências engessado em construções paralelísticas. Além do exemplo abaixo, de um texto com oito construções iniciadas por “item mandamos que...”, no *Tratado de Confissom* todas são “item todo homem...” ou “item toda mulher...”, e no *Regimento proueytoso contra ha pestenença*, “item per esta maneira...”:

- (288) Estas soldadas (*pagamentos*) sejam por cada ano. **Item** mandamos que dem em soldada ao mayoral das vacas e ao alfeireyro e ao pousadeiro senhas (*para cada um*) vacas paridas. (LEGI, TA, p. 36)

Muito raro é o uso como conjunção das partículas *ou*, *ca* e *er*.

- (289) E eu, doendo-nos da perda de ti e da tua ausencia, te buscavamos e a tua presença nos é agora mui doce **ou** saborosa. (CRIS, FL, p. 114)

- (290) Se uós uistes algũa dona tal
tan fremosa e que tan muyto val (*vale*),
mha senhor he, **ca** non outra molher. (AMOR, CR, p. 189)
- (291) Entam caeu elrei em terra **er** levantouse o mais toste (*rápido*) que pôde
(GRAL, T. 120)

3.2.2 DISJUNÇÃO ARGUMENTATIVA

Essa relação de sentido possui função altamente argumentativa, ao revelar o intuito de moldar a opinião do interlocutor. Pelo fato de a segunda proposição direcionar-se a um sentido negativo, a primeira proposição envolve-se da positividade, conduzindo o leitor/ouvinte a admiti-la. O exemplo mais claro dessa relação no *corpus* é:

- (292) Et façome maravillada en como vosso coração pode sofrer en séer ajudador en tal obra. **Ou** que he do vosso syso (*o que houve com vosso juízo*) que as gentes dizê que aviedes (*haveis*). (TROY, p. 104)

Nesse trecho, a pergunta de Briseida, iniciada pelo conector *ou*, põe em xeque a existência de sensatez em Diomedes. Como se espera que ele negue essa proposição, a primeira passa então a adquirir o valor de verdade, justificando, por fim, a surpresa de Breçaida. Nota-se que esse mecanismo exige uma relação conversacional bastante próxima entre os interlocutores, e por isso todas as ocorrências no *corpus* figuram em discursos diretos dentro de narrativas ou em cantiga, também caracterizada pelo discurso direto. É o caso de:

- (293) E, des que Pilatus esteue dous dias em sua casa, sayo fora mall e cõtra sua voõtade que as gentes deziam todas a hũa voz:
– Onde he Pilatus? que conselho nos dará? e, **se não**, demos a çidade ao emperador. (VESP, CR, p. 110)
- (294) Tristeza, dor e cuidado,
leyxay-me; que me quereys?
por ventura nam sabeys
que sou ja desesperado?
Sabey vós que vyuo morto,
sem esperança de viuo,
nem espero ja confforto
do amor, cruel, esquiuo. (PALA, CR, pp. 353-354)

Ao total foram quatro ocorrências (além das três apresentadas, há outro *se nã* de igual valor em VESP), com os conectores *ou*, *se nã* e *por ventura*⁶⁶. Três delas foram em discursos diretos de textos novelísticos/fábulas, e a outra de uma cantiga palaciana.

3.2.3 CONTRAJUNÇÃO

A relação de contração é uma das mais vivas e diversificadas no português medieval. As ocorrências são numerosas e apresentam vários conectores. Por ser um mecanismo argumentativo por excelência, que contrapõe enunciados de orientações diferentes, resultam, assim, dois atos de fala que se interligam mesmo estando em períodos ou até parágrafos diferentes, ou ainda sendo proferidos por locutores distintos, como em:

- (295) APA. E os farelos? ORD. Paja sola.
 APA. **Mas** vem comigo e verás
 Meu amo como he pellado. (FARE, p. 9)

Somando-se essa natureza argumentativa e essa abertura discursiva nas formas de manifestação ao efeito de sentido de oposição, justifica-se a maior ocorrência da contração nos textos poéticos. Nos textos satíricos, o jogo humorístico utiliza-se da contração para quebrar as expectativas. No exemplo abaixo, o eu lírico apresenta um trovador que disse ter morrido de amores pela sua amada; para demonstrar o exagero desse trovador, o poeta o compara a Cristo, pois, apesar de ter morrido (de amor), ele continua vivo. Nos textos que abordam o amor, pululam contrações relacionadas às antíteses e aos paradoxos amorosos, como se nota em (297):

- (296) Porque lh' ela non quiso ben fazer,
 feze-ss' el en seus cantares morrer,
mays resurgiu depoy ao tercer dia! (SATI, CR, p. 293)

⁶⁶ Essa expressão existe também ligada a conectores de condicionalidade e finalidade. Percebe-se que, quando se mostra sem outro conector, é porque este caiu por ter seu o sentido absorvido pela expressão. Dessa forma, nesta passagem, *ou por ventura* reduziu-se a *por ventura*. Ver (147).

- (297) Quero-uos eu, senhor, gran ben
e non ei al (*e não tenho nada*) de uós se non
 muito mal, si Deus mi perdon,
pero direi-uos ãa ren:
 todo uo-l'eu cuid'a soffrer
 se m'end' a morte non tolher. (AMOR, CR, p. 151)

O segundo grupo de textos com maior ocorrência da contrajunção é dos textos teatrais. Também caracterizado pela conversação, é nos atos de fala que se tecem os argumentos e se explicitam diferentes visões de mundo, como se nota em (295) acima.

Tirante o teatro e o verso, é notável que existe certa estabilidade entre todos os outros grupos, à exceção das narrativas religiosas e dos textos notariais. Com quase a metade das ocorrências da média dos outros grupos, as histórias sacras caracterizam-se, como se notou com outros mecanismos coesivos, pelo pouco debate e pela tendência de visão de mundo pouco contrastiva. As várias vozes que se expressam no discurso religioso não destoam entre si, mas antes falam em unísono, conforme o discurso bíblico previamente estabelecido. Das poucas ocorrências da contrajunção, a maioria remete à antítese maniqueísta *mundo versus paraíso*:

- (298) Como santo Antonio pregasse em Arrimio, onde morava grande copia de ereges, desputando contra os errores deles, cobiçava trager-los ao lume da verdade, mais eles, feitos assi como pedras por la austinaçom ou endureçimento, nom solamente nom consentirom aas palavras de santo Antonio, mais de todo em todos menospreçarom de ouvir-las. (FRAD, FL, p. 93-94)

O outro grupo com baixa ocorrência, o qual apresentou a menor quantidade da contrajunção, é o dos textos notariais, com apenas quatro conectores. Esse resultado ínfimo também se relaciona com a ausência de debate e de alternância de locutores no discurso de cartório, onde se mostra apenas a voz do indivíduo que se compromete a algo, ou a do elemento mediador da discussão, o escrivão. Além disso, os acordos estabelecidos explicitam a intersecção e a aproximação de interesses, o que justifica a ausência dos conflitos e da dissonância de ideias típicos da contrajunção.

Várias são as possibilidades de uso desse mecanismo. Assim como a relação de conjunção, ele também pode surgir entre as proposições ou entre nomes

e sintagmas dentro da oração. Note-se abaixo o emprego do *e* contrajuntivo, ligando os substantivos *vida e morte*:

- (299) Bofá, Senhor, mal peccado,
 Sempre he morto quem do arado
 Ha de viver.
 Nós somos vida das gentes,
E morte de nossas vidas;
 A tyrannos — pacientes,
 Que a unhas e a dentes
 Nos tem as almas roídas. (PURG, p. 252)

O poder argumentativo da contrajunção também é corroborado pela possibilidade de fazer oposição a algo que não se encontra no enunciado. Isso acontece quando se deseja enfatizar uma ideia, por meio da negação do seu contrário. No exemplo abaixo, a primeira proposição contrajuntiva (*mas se-lo-há depois*) não nega a proposição anterior (*non será no começo*), mas sim uma voz silenciada que afirma o contrário (*será no começo*). O mesmo para a segunda ocorrência: dizer que alguém estará nu deveria opor-se a uma voz que afirma que estará vestido, o que não é o caso:

- (300) E todos oyto seram ygaes de bomdade e de vida, pero ho oyttauo nom será no começo de tall vida, mas se-lo-ha depois, ho noveno sera de muy mayor alteza de vida que todos, e, por que de todas bomdades vemcerá os outros, por yssso banhará lhesu Christo nele todo o seu corpo, ysto nam vestido, mas nuu, que (*pois*) ele se espirá (*despirá*) amte ele. (ARIM, CR, p. 78)

Além disso, deve-se observar os dois tipos de operadores que funcionam em sentidos argumentativos opostos. O primeiro é o tipo representado pelo *mas*, denominado *adversativo* na gramática tradicional, o qual introduz sempre o enunciado de argumento mais forte. Com isso, em duas proposições com efeitos diferentes, o que se almeja ostentar é o da segunda proposição. Por outro lado, há os conectores do tipo *embora*, chamados de *concessivos*, que, na oposição, apresentam o sentido argumentativamente mais fraco. Comparem-se os dois trechos abaixo:

- (301) Se uos por mi, meu amigo, uen mal,
 pesa-m' ende (*sinto pena disso*); mais non farei i al (*não farei nada*). (AMOR,
 CR, p. 185)
- (302) E, nom embargando que eu seja a causa de uoso marteiro, rogo-uos que ajaes paciencia. (CRON, CR, p. 137)

Sistematicamente, tem-se a seguinte estrutura discursiva:

Proposição 1. Sentido argumentativo fraco	Proposição 2. Sentido argumentativo forte
<u>se uos por mi, meu amigo, uen mal, pesa-m' ende</u> (O dó da moça pelo sofrimento do amigo justificaria alguma atitude dela)	<u>mais non farei i al</u> (Ela não toma nenhuma atitude)
<u>nom embargando que eu seia a causa de uoso marteiro</u> (Sendo o infante a causa do sofrimento dos seus homens, ele não tem o direito de lhes pedir paciência)	<u>rogo-uos que ajaaes paciencia</u> (Ele pede-lhes paciência)

Nota-se que, em (301), o conector introduz o argumento predominante, ao passo que em (302), o argumento mais fraco. Na maioria das ocorrências, a proposição concessiva vem anteposta à outra, o que reitera o caráter linear gradativo da argumentação; isto é, no processo discursivo, a regra geral é partir do argumento mais fraco em direção ao mais forte.

Essas duas relações não são exclusivas da fase medieval do português, e têm um funcionamento ainda hoje muito parecido. No entanto, averiguou-se que, na fase analisada, o uso das concessivas é muito mais frequente, enquanto modernamente se nota nítida preferência pelas adversativas. Uma explicação para isso é a preferência medieval pelo uso concomitante de conectores concessivos e adversativos, o que, apesar de ser desnecessário logicamente, reforça a ideia de oposição. É fácil encontrar conectores adversativos isolados, mas os concessivos quase sempre vêm amparados por adversativos. Como essa tendência de redundância se esvaiu, atualmente os adversativos tomaram o lugar de destaque, em detrimento dos concessivos. Exemplo medieval:

(303) Como quer que os liuros das sciencias segraaes (*seculares*) alomeam (*iluminam*) o êtendimêto, pero non acendem a uõõtade pera o amor de Deus.
(ORTO, PRÓLOGO)

Como se nota, a intimidade entre as duas relações é maior do que na fase atual da língua. Além de operarem concomitantes, não raro um mesmo conector pode assumir ora função adversativa ora concessiva, dificultando a classificação de algumas ocorrências, como em (304), cujo conector não pode ser classificado senão com incerteza:

- (304) E yssso meesmo deues de comer boõ manjar & bõa yguaria com boõ vinho puro & ameude. **empero** nom muyto juntamente. (PEST, F. b)

Assim como o *e* conjuntivo, o *mas* pode ser um encadeador do discurso, geralmente introduzindo, em um novo ato de linguagem, um parêntese ao anunciado.

- (305) – Senhores, vistes pera aqui passar a besta ladrador?
– Si, disse Boorz. **Mas** porque o preguntades vós? (GRAL, T. 122)

3.2.3.1 Conectores da contrajunção

Inicialmente se apresentam os conectores adversativos; o básico é o *mas*⁶⁷, como figurou em exemplos apresentados acima. Percebe-se ainda a variação entre *mas* e *mais*, que remete à origem adverbial do conector. Houve casos em que o termo traz ideia de preferência, demonstrando sua origem adverbial.

- (306) E ho omem lhe dise:
— Nom chores, **mas** guar-te de fazeres pior. (ARIM, CR, pp. 76-77)

Como acontece contemporaneamente, também o *e* pode atuar contrajuntivamente:

- (307) E mãdo que a raina dona Orraca agia a meiadade de todas aquellas cousas mouils que eu ouuer a mia morte, exetes aquestas dezimas que mãdo dar por mia alma e as outras que tenio en uontade por dar por mia alma **e** non'as uiier a dar. (TEST)

Pero pode vir acompanhado de conjunção *e* ou redundantemente de *mays*, ou ser deslocado para o meio da segunda proposição. Tudo isso revela a origem adverbial desse termo gramaticalizado:

- (308) Os pecadores se uenden e se soiugam ao diabóó. pera séérem atormentados no fogo do Inferno perdurauil [...]. **E pero** diz no auangelho que [...] uerdadeiramente a misericordia daquel que nos Remijo. sempre está aparelhada pera receber os pecadores pera péédença. (AVES, p. 142)

⁶⁷ Interessante é a capacidade do *mas* de sofrer alterações fonéticas com termos enclíticos: “E o crerigo sen arte de a comungar coidou;/ **mai-la** ostia na boca aquesta moller guardou” (MARI, nº 104). Existe ainda a variação *mes*: “E a ssuydade nom descende de cada hũa destas partes, **mes** he hũũ sentido do coração que vem da sensualidade” (LEAL, C. 25)

- (309) Baylarey eu, madre, poys mh' o uós dizedes,
mays pero entendo de vós hũa ren:
 de uiuer el pouco gram sabor auedes,
 poys me vós mandades que bayl' ant' el bem. (AMIG, CR, p. 281)
- (310) E dize-sse que acerca do cabo daquelle diserto o moço Johãne Baupista
 começara já fazer penitencia, nõ auendo **pero** algũu pecado por que de ydade
 de sete ãnos dizẽ que se foy ao diserto. (CRIS, CR, p. 122)

Registrem-se ainda as formas *enpero (que)*, *porém*⁶⁸, *perem*, *perol*, *emperol*.

- (311) E esto sse guarda tã solamẽte eno uoto da castidade, **ẽpero** quãto he a Deus
 tã teudo he o homẽ de guardar o uoto que faz ẽ puridade como o sollepne.
 (PRIM, F. 108b)
- (312) Asi seria sacramento. **enpero que** se por fraqueza do vynho ou por a augua
 seer em mayor quantidade, a vertude da augua fosse mayor que ha do vinho
 non seria sacramento. (SACR, C. 142)
- (313) Dizem que nem giesteira,
 pois que nos casamos sos,
 Não temos na panasqueira.
Porém amor lhe tenho eu,
 E ella samicas (*talvez*) a mi. (PAST, p. 127)
- (314) LAV. Da morte venho eu cansado,
 E cheio de refregereo,
 E não posso, mal peccado.
 DIA. Põe eramá hi o arado.
 LAV. **Perem** esse he gran mestereo.
 S'eu trouguera mais vagar
 Sorrira-me eu tamalavez. (PURG, p. 250)
- (315) ANJ. He mui caro d'haver ca
 Aquelle eternal prazer.
 LAV. Ja o eu lá ouvi dizer.
Perol o evangelho diz,
 Quem for bautizado e crer
Salvus es. (PURG, p. 254)
- (316) Dizião a mi lá delles,
 Que quem casa por amores
 Não vos he nega (*senão*) dolores;
Emperol, que sabem elles?
 Deos faz dos baixos maiores. (PAST, p. 128)

Ainda esses termos podem atuar em conjunto de outros conectores.

- (317) Devemos seer atacados em tal guisa, que toda calçadura que trouvermos
 ande bem justa, por que fará andar mais sessegados e firmes, e nom
 deleixados. **E** nom **pozem** tanto que nos peje ou empache. (CAVA, C. 28)

⁶⁸ Esse sentido, único que perdurou até nossos dias, é bem mais raro e recente do que o *porém* causal. Perceba-se que as ocorrências (313), (314), (315) e (316) são já do séc. XVI.

- (318) Doudo me chamão a mi,
Mas não ja muito **porém**. (NAUD, p. 306)
- (319) Entam lhes aveeo que virom sair de ãõ vale a Besta Ladrador. E vilinha soo,
mas pero mui cansada per semelhar, ca muito correrom após ela aquel dia.
(GRAL, T. 121)

Também são bastante produtivas as formações com *antes*, termo que também carrega o sentido de preferência:

- (320) Estes será nove homens que dele decemderám e nom serám todos seus filhos,
antes decemderám de hũu e do outro por geraçam. (ARIM, CR, p. 78)
- (321) O doutor nos emsina e diz que ssom algũas pessoas que nom conhecem o bem quamdo o ham, **mays antes** ho despreçam. (ESOP, p. 87)
- (322) Ca toda a ffremosura
das outras é nemigalla
nen toda ssa apostura
tanto come hũa palla
contra a desta; e dura
seu amore non faz falla,
ante crece todavia. (MARI, nº 132)

No exemplo acima, percebe-se o uso de *todavia*, o qual não havia ainda se tornado conector na fase medieval, e significava *inteiramente*. Apesar disso, observa-se que, em algumas situações, esse termo serve para intensificar o valor adversativo do conector, e é por essa aproximação que futuramente o *todavia* se tornaria adversativo. Em (325), seu uso é muito próximo do atual, considerando que o e equivalia à época a um sinal de pontuação atual:

- (323) Eu nõ quero que o vosso amor mĩge nẽ desperesca. **mays**⁶⁹ quero que desso y mays (*de hoje em diante*) toda via seia mayor. (TROY, p. 100)
- (324) – Nom sejaaes, disse o Meestre, **mas** rrogo-vos todavia que vos vaades d'aqui e me aguardees pera o jamtar. (CRON, CR, p. 132)
- (325) Mas vio-lhe fazer muy mao comtynemte, em tamto que muyto fez perder a elrey de sua alegrya **e** toda via ho foy abraçar e pregũtou-lhe por que fazia tam triste gesto. (ARIM, CR, p. 76)

Tratando-se dos conectores concessivos, apenas (*a*)*inda que e posto que* sobrevivem no português atual, mas cada vez mais o segundo tem sido usado com valor causal, possivelmente por analogia a *dado que*. Todos os outros conectores

⁶⁹ Note-se neste emprego do *mays* o valor original de preferência.

desapareceram. Além deles, percebe-se o uso de *(a) macar (que), e pero (que)* – menos frequentes do que como adversativos –, *(en) como quer que e empero (que)*:

- (326) Não hei medo de ninguém.
Olhae, senhora Isabel,
Inda que tragão charrua,
Eu so lhes terei a rua
C'hũa espada de papel. (FARE, p. 14)
- (327) Ha hostia ente que seja partida se cayr dētro no sangue por esto non deue rreyterar ho sacramēto ca **posto que** non seja partida ou a partizinha non seja posta no sangue non se embarga ho sacramento nem se deue por ysso tornar. (SACR, C. 155)
- (328) Quen leixa-la Groriosa
por moller que seja nada,
macar seja mui fremosa
e rica e avondada,
nen manssa nen amorosa,
fará loucura provada,
que mayor non poderia. (MARI, n° 132)
- (329) Nenhũ omē, poys que for outurgado dereytamente per mandado da sancta eygreia cū algũa molher, non seya ousado de casar cū outra dementre que aquella uiuer, **a macar que** ñõ aia bēeções cū ella en eygreia e **macar que** ñõ morarē en hũu. (FORO, CR, p. 10)
- (330) **Pero** ei gran sabor de lhe falar,
quando a uejo, por lhe ñõ pesar,
ñõ lh'ei a dizer ren. (AMOR, CR, p. 155)
- (331) E podedes destes taes fazer iustiça e dar a elles grandes pēas (*penas*), segundo o que mereçeren, **pero que** seiã de outros reynos, ou de outras terras. (LEGI, TA, p. 39)
- (332) E non vos leixarey entrar,
como quer que m' auenta en;
se vos promet' algũa ren,
non uo'lo farey recadar. (SATI, CR, p. 286)
- (333) He de força que os monteyros ajam en si boo conhescer; **e en como quer que** a todollos monteyros en geeral pertença auer boo conhescimento, – pera os que andam a busca compre mays, en muytas guisas. (MONT, TA, p. 72)
- (334) **Empero que** algũa molher faça algũa cousa destas que sō suso ditas, ñõ perça seu dereyto de herdamēto que lhy uija da outra parte, quer de seus yrmãos, quer d'outros parentes ou de stranhos. (FORO, CR, p. 10)
- (335) Certas, disse o cavaleiro, nunca el foi da Mesa Redonda, **empero** per muitas vezes em casa de rei Artur. (GRAL, T. 122)

Não tão frequentes são as contrajuntivas concessivas *nem que*, *emque*⁷⁰, *bem que* e *com quanto*⁷¹:

- (336) Guilherme de Machado non fez tam fermosa concordança de melodia, **nem que** tam bem pareça, como a fazem os câaes, quando bem correm. (MONT, CR, p. 113)
- (337) Ora assim me salve Deos
E me livre do Brazil,
Que estais sutil.
Emque eu seja lavradora,
Bem vos hei de responder. (PURG, p. 256)
- (338) O rroussinoll começou de cantar o melhor que ssabia e, **bem que** cantava com a boca, chorava de coração (ESOP, p. 66)
- (339) Sey bem que vos quero bem,
com quanto dano me traz. (PALA, CR, p. 350)

Os conectores correlativos são muito férteis, permitindo diversas combinações, inclusive as redundantes. As formações com *pero* e *empero* são as mais comuns: *como quer...empero*, *en como que quer...pero*, *ainda que...pero*, *nom embargado que...enpero*, *nom embargante que...pero*:

- (340) E, **como quer** o cheirar e o gostar nom som sentidos que o entender muyto agrauem em aquello que dissemos de que os antigos quiserom ser percebidos, **empero** ainda este joguo correge algúus falimentos d'estes sentidos. (MONT, CR, p. 114)
- (341) **En como que quer que** muytos monteiros ha hi que aprazam (*cercam animais*) que non páraon mentes (*prestam atenção*) en como se pode filhar (*prender*) aquelle porco que assi tem aprazado; **pero** he-lhe necessario de saber conhescer de que guisa pode melhor filhar aquelle porco. (MONT, TA, p. 73)
- (342) Dizem algúus por bem trazer (*vestir-se*) trazer-se muy ricamente e outros trazer-se muy louçãaos: e estes dizeres, **ainda que** ditos seiam, **pero** nom he todo hum. (MONT, CR, p. 112)
- (343) **Nom embargando que** toda a tençon de Lazeraque era querer aver polo lfante dinheiro ante que a çidade, **enpero** non ho queria dar a entender (CRON, CR, p. 135)

⁷⁰ Essa construção sobreviveu no português na forma *em que pese a* (DIAS, 1970). Na ocorrência com o verbo pesar, o conector foi intensificado por *muito inda*: "Hum Gil... ja não direi:/ Hum que não tem nem ceitil (*moeda*),/ Que faz os aitos a elrei,/ Elle me fêz,/ E tirou de minha aquella,/ **Muito inda emque me pez**,/ Que entrasse ca na capella/ Previcar hum antremez (*publicar uma farsa*). (PAST, p. 129)

⁷¹ Também a esse conector cabem as observações das notas 38 e 60.

- (344) E, **nom embargante que** esta fosse graadeza muy grande, **pero** outra que elle fez mereçe seer mais louuada. (VIRT, CR, p. 121)

Outras construções a partir de outros conectores: *não embargando que...porém, como quer que...e, inda...com quanto*⁷², *mas enpero...ante e posto que...antes*:

- (345) Este rei accrescentou muito nas quantias dos fidalgos, depois da morte de el-rei seu padre, cá **não embargando que** el-rei D. Affonso fosse comprido de ardimento e muitas bondades, tachavam-no, **porém**⁷³, de ser escasso, e apertamento de grandeza. (PEDR, C. 1)
- (346) **Como quer que** esta yqualha cantydade que a forteleza do vynho pode atraer ha da augua **e** asi seria sacramento. (SACR, C. 142)
- (347) **Inda** me não arrependo,
Com quanto mal me queirais. —
Ha hi mais que me perder? (FARE, p. 14)
- (348) Ouue Lazeraque recado de como Çala ben Çala ja tinha a carta d'elrey, do prometimento de Cepta polo lfante, seu tyo, como requerara: **mas enpero** a ele nem aos seus non era por eso feita mais fauorança, **ante** os apertauom mais, cada vez que mais certos recados auyam. (CRON, CR, p. 136)
- (349) E, **posto que** ella ficasse mãceba, nõ quis casar, **antes** se fez christãa, porque (*para que*) melhor podesse servir a Ihesu Christo. (VESP, CR, p. 108)

Mais de uma vez ocorreu a correlação *por...que* para indicar contrajunção. Essa construção sobrevive no português atual, não raro eliminando o termo *por*⁷⁴:

- (350) Nhũu homem sse deve reputar d.atanto, **por** muy poderoso e rrico **que** sseja. (ESOP, p. 77)

Por fim, há de se notar o valor contrajuntivo de certas preposições que introduzem uma exceção à regra apresentada na primeira proposição. É o que se nota com *senão, salvo que/se e saluando que*:

- (351) Porqu'es ma dia entirrada (*teimosa*)?
Eu não quero de ti nada,
Senão abraçar como amiga. (PAST, p. 133)

⁷² Nota-se nessa correlativa que os conectores ainda mantêm seu sentido original: *inda* indica tempo e *com quanto* indica quantidade. Essa construção em estágio intermediário revela as origens do *inda* e do *com quanto* na forma de conectores.

⁷³ Esse termo permite averiguar sua origem anafórica de sentido causal, equivalente a *por isso*.

⁷⁴ Sobrevivem contemporaneamente, por exemplo, construções como: “Rico que seja, o homem deve ter reputação”, ou, ainda, com *mais*: “Por mais que seja rico, o homem deve ter reputação.”

- (352) Logo se afundou a casa debaixo do rio com Pilatus toda, que nom parecia pedra, nem parede, nem signal, que omem podesse dizer que ali avia estado casa, **salvo que** naquele lugar se revolvía a auga em todo tempo. (VESP, FL, p. 118)
- (353) E esta dona era muy fermosa e muy bem feita em todo seu corpo, **saluando que** auia hũu pee forçado, como pee de cabra. (LINH, CR, p. 14)

Essas relações são igualmente encontráveis ligando termos da oração, como exemplificado abaixo com *senão*, *afora* e *tiramdo*:

- (354) Rio-me de mil cousinhas,
Não ja vossas, **senão** minhas. (FARE, p. 15)
- (355) A prymeira iaiũe a pã e agoa, **afora** os domingos e as sextas feiras a pã e agua por sete anos. (CONF, p. 16)
- (356) Jaiũe uyente e oyto coresmas as duas a pam e agoa **tiramdo** os domingos que coma hũa uez uiamda de coresma. (CONF, p. 16)

3.2.4 EXPLICAÇÃO OU JUSTIFICATIVA

O motivo para esta relação enquadrar-se entre os mecanismos argumentativos e discursivos é a atitude do locutor em justificar o ato de fala praviamente apresentado. Dessa forma, a proposição sequente não justifica o conteúdo lógico da primeira proposição, mas sim a ação discursiva do locutor em proferi-la.

Com isso em vista, compreende-se a grande ocorrência de explicativas nos textos em verso, que formam o grupo com maior número dessa relação de sentido. Nos poemas, nota-se a tentativa do eu lírico em justificar à pessoa amada o estado de espírito dele. Visivelmente relacionada ao sentimento amoroso, a maior ocorrência de explicativas se deu nas cantigas de amor e amigo e nos poemas palacianos. Houve menos ocorrências nas cantigas satíricas e nas religiosas. Abaixo um exemplo de poema palaciano, onde o eu lírico justifica seu apelo:

- (357) Auey ora piadade.
pois que minha liberdade
estaa em vosso poder. (PALA, CR, p. 360)

Corroborando os dados, Bueno (1958, p. 201) expõe que a estrutura básica das cantigas é: na primeira parte, fazia-se uma afirmação; na segunda, “vinha a confirmação ou a explicação”.

Com menos da metade de ocorrências, os tratados técnicos apresentaram a segunda maior quantidade de explicativas. A maioria das ocorrências ocorreu nos textos que tratam de montaria, que se propõem ensinar a forma correta e elegante de montar cavalo. O primeiro exemplo abaixo demonstra o que fazer quando se deseja derrubar um adversário do animal; após dar a instrução, o locutor justifica-a. Objetivo semelhante se nota no outro exemplo:

(358) Como (*quando*) se travarem, o mais cedo que poder dê volta per tras as ancas da besta do outro, e a aquella parte o tire sempre; **por que**, ainda que tanta força nom tenha, convem que leve el ou a besta, se o bem tirar. (CAVA, C. 20)

(359) Em casa sempre este (*esteja*) fogo açeso. **porque** clarifica muyto ho aar. (PEST, F. b)

Registre-se a expressiva ocorrência de explicativas no teatro, e nos textos novelísticos/fábulas, a maioria em falas de personagens:

(360) – Senhor, nam posso fazer menos, **qua** vos perdestes dous amigos, os mylhores que numca tyvestes no mumdo. (ARIM, CR, p. 76)

Nos textos notariais não se registrou nenhuma ocorrência. Nesses textos, a justificativa para determinado acordo ou ação não é necessária, pois, ao redigir o texto, um consenso já foi tomado pelas partes envolvidas. Além disso, o acordo estabelecido nesses textos é definitivo, independentemente das explicações que caberiam a tais decisões.

3.2.4.1 Conectores da explicação ou justificativa

Os conectores mais recorrentes são *ca*, *que* e *pois (que)*⁷⁵:

(361) Digas-me mandado de mha senhor,
ca, se eu seu mandado

⁷⁵ *Pois* pode sofrer alterações fonéticas com um clítico: “Madre, uós que me mandastes/ que mentiss’ a meu amigo,/ que conselho mi daredes/ ora, **poi’-lo** non ey migo?” (AMIG, CR, p. 250)

non ujr, trist'e coytado
serey [...]. (AMOR, CR, p. 153)

- (362) Triste vida sem prazer
me deixas cõ gram cuydado,
que por meu negro pecado
me vejo viuo morrer. (PALA, CR p. 348)
- (363) Dizede, **poys** vos mando,
por que hides chorando. (AMIG, CR, p. 245)
- (364) Pois vos dá Santa Maria | por mi quanto vos queredes,
e leixad' ela dispenda, | **pois que** tan ben despende. (MARI, nº 6)

Ratificando o fato de as proposições explicativas serem enunciados resultantes de ato de fala particular, não raro os conectores posicionam-se no início da estrofe:

- (365) Sempre m' a fortuna deu
tristezas com que nam posso,
des que deyxey de ser meu
polo ser de todo vosso.
- Que**, depouys que vos seruy
com tal firmeza, senhora,
nũca de vós atégora
nenhũu bem já reçeby. (PALA, CR, p. 352)

Assim como *e* e *mas*, *pois* pode atuar como encadeador do discurso. Nesse emprego expressivo, explicita que o enunciado tem alguma relação indagativa com o que foi afirmado previamente pelo interlocutor:

- (366) LAV. Quer me queirais mal, quer não,
Não dou por isso hum cornado.
DIA. **Pois** porque vens carregado?
[...]
LAV. E vivi mui trabalhado.
Ha hi, pezar não de São,
Afficio mais fortunado?
DIA. **Pois** para que he o villão? (PURG, p. 251)

Também *porque* e *e* podem atuar introduzindo a explicação:

- (367) E em os mantijmentos guarte das cousas queentes. assi como som pigmenta
& alhos. [...] porque muyto aqueenta. **&** a queentura traz podridom. (PEST, F. bv)

- (368) Contemtay-uos do que vistes,
meus olhos, **porque** jamays
nem espero que vejays
quem vos faça menos tristes. (PALA, CR p. 349)

3.2.5 COMPARAÇÃO

A comparação é um recurso puramente argumentativo, e uma de suas principais funções é atribuir a um ser características axiomáticas de outro. O grupo que apresentou maior ocorrência de comparativas são os tratados técnicos, mas é obrigatório notar que, entre os textos que compõem o grupo, está o *Livro das Aves*, que apresentou extraordinária recorrência desse recurso argumentativo. A obra, que apresenta as espécies de aves, usa-as como elementos de comparação para analisar o comportamento humano. Repare-se a insistência do uso das comparativas na passagem abaixo, com cinco relações (duas das quais acompanhadas de correlativas):

- (369) Diz que áálma nessa hora he **tal come** o pássaro. ca **segundo come** o passaro esquuia o laço quanto pode. **ben assi** a nossa alma e os santos, fugen ao prazer do mundo. que he **tal come** o laço. E portanto diz que o laço era **tan** duro **come** o ferro britado he. non diz roto **come** a estopa quebra. Aqui sse mostra a ffortealeza do bóo e da boa. (AVES, p. 142)

O segundo grupo com maior número de ocorrências foi o de textos teatrais, mas esse resultado só aconteceu porque, no *Nau de Amores*, há um monólogo com uma estrutura paralelística que repetiu várias vezes a mesma comparativa:

- (370) Venhais em tal hora **como** Deos recebeo
Na gloria aquelles que a merecêrão;
Venhais em tal hora **como** Gabriel
Veio á Virgem Nossa Senhora. (NAUD, p. 294)

Tirante essa repetição, os resultados desse grupo são bastante inexpressivos, e cedem espaço para os textos religiosos. Persuasiva por natureza, a literatura religiosa abusa da comparação para que o leitor/ouvinte possa em-gendrar alegoricamente as existências místicas, essencialmente abstratas, como em:

(371) E aviã coroas d'ouro nas cabeças que rresprandeciã **como** o sol e tiinhã veeos d'ouro. (TUND, F. 134r)

Nota-se que, nas surreais figuras religiosas, existe a necessidade de concretizar o espiritual, o que é feito por meio da comparação a seres do mundo material.

Meramente expositivos, os textos notariais apresentaram a menor ocorrência de conectores comparativos.

Conforme já citado na seção 3.1.2 (p. 89), não há no *corpus* textos predominantemente descritivos. Nas passagens em que se fazem descrições, além da relação de consequência, também as comparações são bastante utilizadas. Por meio delas, além do valor expressivo, pode-se dar mais nitidez e cor às imagens descritas, como em:

(372) Ca el paresçia hũa vez **tã** vermello **como** hũa rosa moy vermella. Outra vez paresçia **tã** brãco **como** hũa frol de lilio. (TROY, p. 98)

Deve-se observar que existem três manifestações da comparação: igualdade, superioridade e inferioridade.

As relações de igualdade constituem a maioria das ocorrências, e são usadas com o intuito de transferir as características de um ser ou evento a outro. Note-se, porém, que nem sempre os elementos comparados são reais ou factuais. Por vezes, essa comparação se dá com algo hipotético ou contrafactual, resultando na relação denominada *comparativo-condicional* (MIRA MATEUS et al., 2003). O fragmento do *Tratado theologico...* inicia-se assim:

(373) ...aprender **assy como se** nunca ouuesses de morrer. Mas mentre uiueres arredate dos pecados e guardate de os fazer **como se** logo ouuesses de morrer. (THEO, p. 321)

A primeira comparativa faz relação com a condição contrafactual de haver uma vida imortal para adquirir aprendizado. A segunda comparação, que é a defendida pelo locutor, relaciona o modo de vida com uma condição hipotética: a de estar à iminência da morte.

As relações de superioridade e inferioridade são menos recorrentes, e o seu poder argumentativo recai na relação de hierarquia entre os elementos comparados:

- (374) E sse reger hũa lança, **mais** aja femença em apertar as pernas e se teer firme na sella, **que** em a força da mão nem do braço pera a soportar. (CAVA, C. 21)
- (375) Foi chamada rrainha de Portugall e beijaram-lhe a mão, [...] rrecebemdo-a por senhora todallas uillas e çidades de seu senhorio, afora o jffante dõ Denis, posto que **meor** fosse **que** o jffamte dom Joham, que numca lha quis beijar. (CRON, CR, pp. 128-129)

3.2.5.1 Conectores da comparação

Os conectores de igualdade são os mais variados, e sua principal formação é a partir de *como*: *en como*, *bem como*, *tanto como* e *assi como*:

- (376) Séede temperados e uigiade, ca o dyabóó uosso enmiigo cerca uos **come** o leon cerca a mata pera catar que comha. (AVES, p. 141)
- (377) **En como** a si auya posto cabeça e começo, pose ao home a cabeça encima do corpo e neella posse razõ e entendimento de como se deuẽ a guiar os outros nembros. (FORO, F. 72v)
- (378) E juramento faço ós ceos,
Que derão tantas a enha esposa,
Qu'he pera dar graças a Deos;
Porque **bem como** raposa
Lhe tirárão a ella os veos. (PAST, p. 128)
- (379) Hum homem se traz de muy ricos panos, ainda que seiam brolados de aljofar ou de pedras, e podem ser tam malfeitos ou trazellos em tal lugar que todallas riquezas que em si trouuese lhe pareceriam **tanto como** nada. (MONT, CR, p. 112)
- (380) O pegador deue guardar todos os sentidos que deus pos en seu corpo [...] e enton guardara sempre o seu estado, **assi como** a Serpente guarda sempre a ssa cabeça. (AVES, p. 144)

Muito fecunda é a formação de correlativos com *como*: *tanto...come*, *tal...come*, *tan...come*, *segundo come...ben asy*, *assy como...(ben) asy*, *assy como...tal*, *assy como...outrosy*, *como...assy*:

- (381) O dipondio **tanto** ual **come** duas mealhas e cada hũu deles he de pequeno peso. (AVES, p. 142)
- (382) E mandei fazer treze cartas cũ aquesta **tal** una **come** outra. (TEST)
- (383) E portanto diz que o laço era **tan** duro **come** o ferro britado he. (AVES, p. 142)

- (384) **Segundo come** o passaro esquiua o laço quanto pode. **ben assi** a nossa alma e os santos. fugen ao prazer do mundo. (AVES, p. 142)
- (385) E **assy como** ááguya dece do áár en que anda uoando muyto alti e uen áá terra per razon da prea en que sse manten. **assi** aqueles que son de muyto alto entendimento leixan a cuydar nas cousas muyto altas en que sse primeyramente deleytauan pela mengua natural do corpo que an ueen a cuydar en estas cousas tenporaes sen que non poden uiuer. (AVES, p. 147)
- (386) **Asy como** emno orto ha heruas e aruores e fruitos e flores e especias de muytas maneyras pera delectaçõ e mãtimêto e meezinha (*remédio*) dos corpos, **bem asy** em este liuro som conteudas mujtas cousas pera mãtimêto e deleitaçom e meezinha e cõsolaçõ das almas. (ORTO, PRÓLOGO)
- (387) E **assy como** algũũ que sobe pera monte alto synte grande trabalho ataa que seja encima del, e muytas vezes scorrega e se vee acerca de cayr, e desque he encima se acha firme e folgado, **tal** se faz nos que vãão deposla perfeiçom dalgũas virtudes, as quaaes sem cuydado, britamento de voontade, poucas vezes se percalçom. (LEAL, T. 30, F. 33r)
- (388) E porende **assy como** nos deffendemos que nenhuu nõ proue en nẽhua guisa trayçõ, nenhuu mao feyto contra sa pessoa de el rey, **outrosy** nõ queremos soffrer que nenhuu ly diga mal nenno deoste nẽ retrayha mal dele nen de seus feytos. (FORO, F. 73r)
- (389) **Como** subre todas as cousas do mundo os omees deuen a teer e a guardar lealdade a el rey, **assy** son teudos de a teer e a guardar a seus filhos e a sas fillas que depoy del deuẽ a reynar. (FORO, F. 73v)

A partícula *assi* se faz bastante presente na formação das correlativas acima, e isso vai ao encontro da tendência dela em adquirir o valor de igualdade, podendo passar a funcionar como conector, como em *bem asy e por que...assi*:

- (390) O passaro arteyro uoa de ramo a ramo en alto por tal que nom caya no laço. **Ben asy** o homem sabedor uoa per alteza de uirtudes que nom possa caer nos laços do dyabóo. (AVES, p. 141)
- (391) E **por que** quando o pão alça a coa polo louuor que lhi dizen. aparece a parte prestumeyra do seu corpo desnuda e descoberta muy layda e muy torpe e muyto escarnida, **assi** o préégador quando sse alça per uáá gloria pelos lousinhos que lhi disseron [...] os homens [...] teen no por louco e por uãao e rijn e escarnecen dele. (AVES, p. 145)

Com menos frequência, ocorre a formação *tal...qual*, que transmite maior precisão de igualdade entre os termos ou proposições:

- (392) Senharas e uĩhas delrei ajã **tal** foro **qual** as searas e as uinhas nossas ouuerẽ. (LEGI, CR, p. 3)

Intrigante é o uso do conector *se* isolado para imprimir relação de comparativa, como em (393). O exemplo (394) apresenta uma das cinco ocorrências do *Livro das Aves*, todas paralelísticas e especialmente próximas, em que se utiliza do conector *ca* para estabelecer a comparação entre o comportamento humano e o aviário:

- (393) Diz aqui san Iheronimo **se** animalhas que son de pequeno ualor non ueen a terra que o deus non sabha. Vos que sodes perdurauis non deuedes temer nen doudar que aiades de uiuer sen a prouison e sen a mercee de deus. (AVES, p. 142)
- (394) Disseron ainda que o pão ha o braado muyto espantoso, **ca** muyto sse espantan os pecados quando o préégador os ameaça con as pëas do inferno. (AVES, p. 144)

A relação de inferioridade foi bem pouco produtiva no *corpus*, onde figurou apenas a correlativa *menos...que*. Registre-se que se incorporam à inferioridade os conectores correlativos de igualdade *tam...como* se forem acompanhados de negativa. Isto é, a negação da igualdade em (396) gera a relação de inferioridade:

- (395) Nom parece **menos** bem trazer-se nas roupas que comprem pera o monte **que** panos d'ouro pera dançar em sala. (MONT, CR, p. 112)
- (396) Guilherme de Machado **non** fez **tam** fermosa concordança de melodia, nem que tam bem pareça, **como** a fazem os cãaes, quando bem correm. (MONT, CR, p. 113)

Já a relação de superioridade foi mais forte que a de inferioridade, e uma explicação para isso é que o poder argumentativo é maior quando se compara ou quando se engrandece algo do que quando se o desqualifica. A formação principal é pelo uso do conector *que* ou *ca*⁷⁶, em correlação com um advérbio de intensidade como *mais*, *maior* ou *melhor*:

- (397) E quando castigares, seer mais com enteençom de aquele outra ora nom fazer cousa semelhante, ou por os outros tomarem empacho de sseguirem seu emxemplo, **mais que** por tu averes vingança. (CICE, p. 23)
- (398) Mas porque sejiã dobrados
meus males **mays do que** ssam,
cuydo ssêpre em bées passados,
que perdy bem sem rrezam. (PALA, CR p. 356)
- (399) Dizen do Leon que he Rey e senhor das outras animalhas porque he **mais** esforçado e **mais** valente **ca** nenhũa das outras. (AVES, p. 146)

⁷⁶ Paiva (1988) afirma que *ca* logo desapareceu como comparativa.

- (400) E nom ouuiste tu dizer como elle tirou os olhos a dom Hordonho, seu jrmãao, que era **moor ca** el de dias, por o deserdar do rreyno? (LINH, CR, p. 19)
- (401) Em quanto se guarda com **mayor** trabalho e tristeza **que** prazer, posto que dos malles se afaste, nom os fazendo, ainda vyve na parte da continencia. (LEAL, T. 30, F. 33r)
- (402) Em tempo de pestilencia **milhor** he estar em casa **que** andar fora. (PEST, F. a6)

Pela negação da inferioridade, o locutor objetiva atribuir ao elemento comparado uma força que pode oscilar de igualdade a superioridade:

- (403) Ainda ahi á muytas outras cousas em que se pode o entender em as ueer **nom menos** deleitar **que** em isto que dito auemos. (MONT, CR, p. 113)

Entre outras formações correlativas estão *amte...que*, indicando preferência, *quanto...mais ainda*, estabelecendo uma hierarquia de superioridade entre dois eventos que já têm alguma grandeza, e *sse...quanto mays*, em uma relação comparativo-condicional:

- (404) Mas ele duvidou tamto a sanha de seu Senhor que pôs em seu coraçam de **amte** sofrer morte **que** leyxar a pena. (ARIM, CR, p. 75)
- (405) **Quanto** pode valler a malquerença dos homêes pera destroyçom daquelles que desamam, **mais ainda** se pode conhecer per os semelhantes acabamentos dos outros tiranos. (CICE, p. 107)
- (406) E **sse** esto he enas promissões que fazê os homêes antre ssy, **quanto mays** enas que fazê a Deus. (PRIM, F. 107c)

As correlativas *tanto...que* põem na balança dois fatos (armar-se pouco para ter mais equilíbrio no cavalo ou armar-se bastante para aumentar o poder). O locutor chega à conclusão de que a perda em armar-se é maior que o ganho:

- (407) E assy nom faz **tanto** proveito **que** nom faça mais perda. (CAVA, C. 28)

3.2.6 ESPECIFICAÇÃO E EXEMPLIFICAÇÃO

Apesar de a especificação e a exemplificação serem agrupadas em um mesmo mecanismo coesivo, com a função de particularizar uma declaração, os poucos resultados do *corpus* são diferentes entre essas duas relações de sentido.

A especificação foi mais forte nas regras monásticas e nos tratados técnicos, ao passo que a exemplificação foi mais recorrente na prosa moralística e nas narrativas religiosas. No entanto, dado que o resultado veio de poucas ocorrências, convém ressaltar dois fatos que merecem destaque: dentro dos tratados técnicos, o *Regimento proueytoso contra a pestenença* apresentou sozinho 12 das 13 ocorrências de especificação. E o Orto do Esposo apresentou sozinho as 4 ocorrências de exemplificação das narrativas religiosas, com o uso de um conector bastante peculiar, como se notará. Por outro lado, as regras monásticas, com 3 ocorrências, apresentaram uma em cada um de seus textos. Portanto, é de se questionar se quatro ocorrências em apenas um texto é mais representativo do que três ocorrências em textos diferentes.

Se analisadas a quantidade de ocorrências e a variabilidade delas, as regras monásticas e a prosa moralística são os grupos que apresentam maior representatividade tanto da especificação quanto da exemplificação. Essas relações têm a função didática de ilustrar as ideias e ações que o locutor deseja fazer crer e fazer fazer. Seguem exemplos de especificação e exemplificação, respectivamente:

- (408) E as cruces ham dhir: na meatade da procissom. **s.**⁷⁷ a pequena deante: e a meãa na metade: e a grande mais contra a gayola. (ALCO, p. 332)
- (409) Depois que o ssaçerdote tem começado a missa nũa a deue leyxar começada. [...] saluo por grande neçesidade **asi como** sse visse que ha ygreja queria cayr ou outra coussa ssemelhamte. (SACR, C. 150)

Os dois exemplos são de regras monásticas. O objetivo do locutor em acrescentar especificação ou exemplo é conduzir o leitor/ouvinte a tomar determinada atitude no contexto apresentado. Por isso, é inegável que a argumentatividade desses mecanismos está a serviço dos textos didáticos. Em todas as ocorrências é com esse caráter que as especificações e as exemplificações se manifestam.

O grupo de textos da prosa moralística, que Spina (s/d) chama de “Literatura moralística e didática de Avis” tem por objetivo ensinar dogmas, virtudes e bons

⁷⁷ Abreviação de *scilicet*. Ver seção 3.2.6.1, p. 153.

modos. Na passagem abaixo, em que D. Duarte discorre sobre a diferença entre tristeza e nojo (dor da perda), ele exemplifica uma situação em que se sente nojo, a fim de tornar mais clara distinção dos conceitos:

- (410) A tristeza, per qual quer parte que venha, assy embarga sempre contynuadamente o coração, que nom da spaço de poder em al bem pensar nem folgar. E o nojo he a tempos, **assy como** se vee na morte dalgũs parentes e amygos. (LEAL, F. 27r)

A busca pela precisão tornou expressiva a ocorrência de especificações nos textos notariais. Abaixo, o conector cria o efeito de sentido de realçar a informação, como se intercalasse por parênteses o nome da pessoa:

- (411) Uêo Pedro Domígues, dito Sobrino, dissome que ssua moller Mayor Peres que era finada & que lle ficara della hũa sua filla pequena & sen ydade, **conuê a saber**, Thareyia. (TN14, HGP010)

3.2.6.1 Conectores da especificação e da exemplificação

O latinismo *scilicet* – muitas vezes abreviado *s.* – é formado da contração de *scire* (verbo *saber*) com *licet* (3ª pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser permitido, ser preciso*) e significa “vale dizer, isto é” (HOUAISS, 2001). Esse termo foi muito recorrente, compreendendo 11 das 12 ocorrências de especificação no texto científico *Regimento proueytoso contra a pestenença*.

- (412) Segundo diz o grande medico **.scilicet.** dauid. que primeiro se deue o homem de afastar do mal & inclinar se ao bem **.scilicet.** que homem primeiramente ha de confessar seus pecados humildosamente. (PEST, a5)

A primeira ocorrência especifica quem é o grande médico, caso ele seja desconhecido pelo leitor (não houve qualquer citação a esse médico anteriormente no texto) ou por mero vício de formalidade, e o segundo ou especifica ou exemplifica a ação que se deve tomar para inclinar-se ao bem (as duas classificações desse conector são plausíveis, de acordo com diferentes interpretações possíveis. Acreditamos tratar-se de especificação, por não haver nenhuma outra ocorrência desse conector como exemplificação).

Outros conectores mais recorrentes foram *conuê a saber*, já apresentado em (411), e *a saber*.

- (413) E por esto saibiamos que por a primeira, que é seer natural, somos teudos a servir nossos padres em tres modos, **a saber**: per nosso corporal poderio em maneira que, se os virmos fracos, suportemos sua natural fraqueza. (VIRT, FL, p. 111)

Com mesmo sentido empregam-se *e*, *porque* e *como*:

- (414) E esto mostra a sua composiçom, que he de tres palauras em latim: **e** a primeyra he aqueste uocabulo *moralis*, que quer dizer «uirtuosa». (VIRT, TA, p. 89)
- (415) Tres sam as causas da pestilencia. **porque** as vezes veem & proçede ha pestilencia da rayz superior. & as vezes proçede da rayz jnferior. em tanto que sensualmente parece aos homens mudança do aar. & as vezes veem dambos de dous. (PEST, F. a3)
- (416) E o vii.º [artigo] he de creer a Resurreiyom dos corpos e das almas, **como** aueram os boos gloria perdurauell, e os maaos o fogo do inferno. (THEO, p. 323)

Uma ocorrência de *assy* o enquadra como de especificação. No trecho, o locutor define, em oposição ao “prometimêto de vōõtade”, o “voto da prema” (“promessa de pressão”, literalmente), que seria a promessa que todo cristão é obrigado a fazer de renunciar o Diabo e seguir os preceitos cristãos:

- (417) E o da prema he aquel que he teudo de guardar todo cristão, **assy** a promissom que cada hũũ faz per ssy ou u que fazẽ seus padríhos por elle quãdo rreçebe o bautismo que rrenega o diabre e todas sas obras e promete que guardará a fe de Nostro Senhor Ihesu Cristo e os mãdamêtos da ffe catolica. (PRIM, F. 107d)

Em se tratando da exemplificação, o conector mais recorrente é o *assy como*:

- (418) Desta uirtude usarom muytos sanctos antigos, **assy como** Job e Thobias, e por guallardom rreceberõ uida eternal. (VIRT, CR, p. 121)

A ocorrência de *verbi gracia* (do latino *verbi gratia*) introduz uma espécie de alegoria que exemplifica a norma citada:

- (419) E depouys que os frayres comerem. coma el sóo. **verbi gracia**. que se os frayres comerem hora de sexta. coma aquel frayre hora de noa. (BENT, F. 16)

Em um meio termo entre especificação e exemplificação estão as correlativas *tal...como* no exemplo abaixo:

- (420) Em quanto se guarda com mayor trabalho e tristeza que prazer, posto que dos malles se afaste, nom os fazendo, ainda vyve na parte da continencia, a qual porem he bem de louvar, mas nom possui **tal** virtude **como** graças a nosso senhor. (LEAL T. 30, F. 33r)

Por fim, registre-se o caso isolado do Orto do Esposo, que é por excelência um texto de exemplos. A cada vez que o locutor vai iniciar uma nova narrativa que exemplifica seus comentários, ele introduz, isoladamente, a palavra *exemplo*, como se nota em:

- (421) [Jhesu] emviie frutos de [...] saluaçõ, asy como ãuiu a hũu escolastico, que auia nome Theofilo, a rogo de hũa sancta uirgem, sua esposa de Jhesu Christo, segundo se contem em este falamêto que se segue. **Exemplo**. Hũa sancta uirgem, que auia nome Dorothea [...]. (ORTO, PRÓLOGO)
- (422) Segundo se contem ã este recontamento que se segue. **Exemplo**. Quando o enperador Constantino veeo a hũa cidade que chamã Bisancio [...]. (ORTO, C. 1)

3.2.7 CONTRASTE

Poucas foram as ocorrências da relação de contraste. A maior quantidade se deu nos tratados técnicos, com seis conectores divididos em três dos cinco textos desse grupo. Também há de se notar a presença desse recurso na prosa moralística, com três ocorrências. Na historiografia, houve uma ocorrência, e na novelística/fábulas, três.

Nos textos narrativos, há *desi* em (423), com o sentido de *por outro lado* (SILVA, 2007), indicando que, enquanto os cristãos se escondiam no navio, os mouros estavam soltos causando alvoroço. Em (424), trecho da moral de uma fábula de Esopo, o narrador contrapõe, pelo conector *pello comtrayro*, o destino dos homens que trabalham e dos que roubam. Em (425), tem-se em discurso indireto a resposta de Pilatus ao imperador, em que sinaliza pelo *que* a separação entre Roma e Jerusalém. E em (426), também em discurso indireto, o conector *segundo* contrasta o começo da jornada, que fora ruim, ao que ele espera do futuro, que seja bom:

- (423) O soll começaua ja aqueeçer, anojauam-sse os homẽes, porque tanto tardaua o signall que lhes auia de seer feito, pera sahirem em terra, e **desi** os mouros amdauam ja polla ribeira fazendo suas maneiras, pollas quaes punham

grande aluoroço na gemte que estaua em nos nauios e cada hũu deseiaua sayr, se non teueram rreço da deffesa d'elrey. (CRON, CR, p. 139)

- (424) Diz, aimda, mays, que ho homem que ffaz furto he perdido e, **pello comtrayro**, aquell que per sseu trabalho vyve he ssalvo. (ESOP, p. 67)
- (425) Respondeo mui descortesmente e com grandes ameaças, dizendo-lhe que nom me enviaria nenhũu trebutto, que nom mo devia, nem me conhecia por senhor, e que guardasse eu bem Roma e meu emperio, **que** assi faria ele a Jerusalem de mi e de todolos outros contrairos. (VESP, FL, p. 116)
- (426) E eles se espedirom e entraron logo em seu caminho e disserom que bem lhes aveera acima, **segundo** o começo, que fora mau. (GRAL, T. 121)

Dos textos moralísticos vem o perfil didático do *Leal conselheiro*, em que se utiliza do conector *e* (com sentido contrastivo de *já*), para contrapor tristeza e nojo (dor da perda). Em (428), o conector *assi como* estabelece um argumento a favor da morte dos maus, baseado na sobrevida dos bons:

- (427) O ssentymento [de nojo] he muyto ryjo. porem taaes hi ha que, passado o dia, logo riim, fallam, e despachadamente nom que lhes praz penssom. **E** a tristeza nom consente fazer assi, por que he hũa door e contynuado gastamento com apertamento de coração. **E** o nojo nom continuamente se sente, salvo se tanto se acrecenta que derriba em tristeza. (LEAL, T. 25, F. 27r)
- (428) A segunda sentença é abreviamento da vida temporal com perdiçom da fama, porque é cousa razoada seer encurtado o viver em os maos filhos, **assi como** é perlongado em os bõos. (VIRT, FL, p. 112)

Por fim, dos tratados técnicos há o conector *porque* em (429), em que o locutor discrimina para ricos e para pobres o que se pode usar para curar a pestilência. Em (430), as correlativas *assi como...assi* demonstram as consequências do bom cheiro e do fedor no ar. E em (431), o contraste se faz pelo conector *já*:

- (429) Busquem se pera os ricos muyto boas salsas ou salseamentos. **porque** se forem pobres contentem se com arruda. (PEST, B2)
- (430) & por serem assi podres causam tal fedor & doença que muyto empeçe. E **assi como** per ho boõ cheyro & aromatico: se recrea o coração & o sprito do homem. **assi** emfraqueçe per o çujo fedor. (PEST, F. A5V)
- (431) Ueer homem como uam os moços poer os cãaes, quando muytos som, nom duuidedes que nom he muy fermosa uista, **já** em ueer, quando o usso sahe por algũa traessa do monte e os sabujos ueem todos juntos com elle, e, de quando em quando o uam filhando, por certo muy enfermo seria o entender que com tal uista nom perdesse algum cansaço. (MONT, CR, p. 113)

3.2.8 CORREÇÃO/REDEFINIÇÃO

As seis ocorrências desse mecanismo estão nos seguintes grupos: duas nos tratados técnicos, duas nas regras monásticas, uma no teatro e uma nos textos em verso.

O conector *ou*, do *Auto Pastoril* e da *Cantiga de Santa Maria*, demonstra a redefinição da pergunta feita pela personagem. Num nível discursivo próprio da língua falada, esses conectores podem ser usados para reformular o enunciado:

(432) E a gent' enton dizia, | quando aquel sangue viu:
«Di, moller, que foi aquesto, | **ou** quen te tan mal feriu?» (MARI, n° 104)

(433) Que fallas, **ou** que has comtego,
Que tudo isto não te presta? (PAST, p. 133)

Em (432), a personagem demonstra duas curiosidades: saber o ocorrido e saber quem foi o autor do ocorrido. Pelo uso do conector, percebe-se que a curiosidade referente à segunda informação é maior, e isso o faz redefenir a pergunta. Em (433), a personagem primeiro questiona o discurso do interlocutor, mas depois muda a pergunta e questiona se há algo de errado com ela. Note-se que há duas alternativas de perguntas, o que classificaria o conector como disjuntivo, porém não se verifica, na intenção do locutor, uma possibilidade de escolha para o interlocutor. Ou seja, a segunda pergunta é posicionada *no lugar da primeira*, e não ao lado dela, e por isso convém afirmar que se trata de uma redefinição ou correção iniciada pelo conector *ou*.

As duas ocorrências da *Regra de São Bento* são diferentes argumentativamente. A primeira apresenta o único caso que se define como uma correção propriamente dita. O locutor corrige o enunciado anterior, acrescentando poder de decisão à subjetividade do abade⁷⁸. Na outra ocorrência, acontece uma redefinição da proposição por finalidade metalinguística. O mesmo sentido é efetivado em (436), do *Regimento proueytoso contra a pestenença*:

⁷⁸ Essa interpretação se faz mais pelo conteúdo do texto do que pelo sentido do conector *conven a ssaber*, que, nas outras ocorrências, introduziu sempre uma especificação.

- (434) Però se algũu frayre for achado nas mays leves e mays lygeyras culpas **conven a ssaber**. naquellas que o abbade julgar segundo seu juyzo por mays leves. este tal seja privado e apartado. do participamento da mesa. (BENT, F. 16)
- (435) E a hora a que houver de comer seja en alvidro e juyzo e discriçon do abbade como el melhor entender e vir que lhe cõple. Nehũu nõ o bẽeza. **quer dizer**. nõ lhe diga benedicite. nõ lhe inclíne. (BENT, F. 16)
- (436) Se taaes jnfirmitades pestilençiaes sam contagiosas **.scilicet.** se se apegam. A primeyra questam: digo que esto pode aqueçer por duas causas. (PEST, F. a4)

Esse último caso do *Regimento* se assemelha aos mostrados em (153) a (156), em que o autor utiliza-se de disjuntivas para inserir sinônimos e explicações. Apesar da mesma finalidade, a diferença entre aquelas ocorrências e a (436) é que o conector desta tem a função de redefinir o enunciado, como se o apagasse.



Considerações finais

À luz de uma teoria moderna, é possível encontrar novas e importantes constatações da língua portuguesa medieval, e com isso contribuir a elucidar os percursos linguístico-textuais por que percorre a língua em sua evolução.

A partir da análise dos conectores, a qual não abrange todo o quadro de conexão da época estudada, é inegável a riqueza de formas e sentidos nas relações coesivas. Nota-se muito forte a polissemia das formas, podendo os conectores assumir diversos empregos, às vezes com sentidos totalmente diferentes em cada um (como por exemplo *e*, *se* e *porém*). Depois de passada essa fase de formação da língua, houve uma tendência maior em as formas especializarem-se, assumindo empregos mais específicos (como *pois*, que perdeu seu emprego temporal). Além disso, muitas são as formas que desapareceram (como *macar*, *sol que*), outras continuaram na língua, mas com sentidos diferentes (como *logo*). E há de se notar que muitas formas hoje correntes ainda não eram usadas (não houve qualquer ocorrência de *por conseguinte*, por exemplo) ou ainda não funcionavam como conectores, mas já atuavam junto de outros conectores (como *todavia*).

Tudo isso demonstra a evidente transformação da língua mesmo nos sistemas mais resistentes à evolução, que são os que jazem na microestrutura linguística. As formas e os sentidos alteram-se de acordo com as necessidades expressivas e discursivas do grupo social e do contexto espacial e temporal em que ele está inserido.

Nas ações textuais existem os objetivos da interação, que se manifestam nas escolhas linguísticas e na estrutura comunicativa. A partir das pistas linguísticas que se marcam nos textos, é possível analisar os procedimentos empregados na intenção de se fazer entender e de persuadir. Dessa forma, os textos meramente expositivos, como os textos notariais, demonstram pouco apelo às relações de sentido lógicas e argumentativas. Destacaram-se apenas na conformidade, devido ao seu interesse único de esclarecer a fonte dos acordos estabelecidos.

Por outro lado, as narrativas, que revelam forte preocupação em ligar e posicionar os eventos no tempo, demonstraram riqueza nos mecanismos de temporalidade e da conjunção. As cantigas medievais de assuntos amorosos despertam a emotividade das incongruências do amor por meio das contrajunções, e da tentativa do eu lírico de justificar seu estado emocional, resultou abundância de

conexões causais e explicativas. Os textos injuntivos preocupam-se com situações hipotéticas, e as passagens descritivas, com a construção mental das imagens por meio das comparações.

Com esses exemplos se nota quão ricas são as manifestações linguísticas. Se com o tempo transformam-se as maneiras de se comunicar e os mecanismos que a língua dispõe para isso, certo é que as realizações textuais estão sempre ligadas a algum objetivo interacional, que se configura a partir de variadas estratégias discursivas nos diversos gêneros de texto.



Referências

- ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ASSALIM, Clarice. **A conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos do português do século XVII**: ortografia e nexos de coordenação nos textos seicentistas brasileiros. 2007. 194 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: representação da realidade na literatura ocidental. Trad. G. B. Sperber. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- AZEVEDO, Pedro. Uma versão portuguesa de historia natural das aves do séc. XIV. **Revista lusitana**, v. 25, 1925, pp. 128-147.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Gramaticalização das conjunções na história do Português**. 1999. 508 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BASSETTO, Bruno. **Elementos de filologia românica**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. Nova Iorque: Longman, 1992 [1981].
- BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** 4 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: _____ & MUSSALIM, Fernanda (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínio e fronteiras. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. Anna Rachel Machado, Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- BUENO, Francisco da Silveira. **A formação histórica da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- CALADO, Adelino de A. (ed.). **Livro de Exopo**. Ed. crítica com introdução e notas. In: Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, v. 42, Coimbra, 1994.
- CÂMARA JR., Joaquim M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CARONE, Flávia de B. **Subordinação e coordenação**: confrontos e contrastes. São Paulo: Ática, 1988.
- CASTILHO, Ataliba T. O problema da gramaticalização de preposições no Projeto para a História do Português Brasileiro. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), Campinas SP, v. 33, pp. 982-988, 2004.
- CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHAVES, Charleston. As conjunções sob um prisma funcional. **Soletras**, Rio de Janeiro, Ano 5, N°. 10, pp. 16-27, out 2005.
- Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira**. Rev., pref. e notas por Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado, 1911.
- CINTRA, Maria A. V. Bibliografia de textos medievais portugueses. **Boletim de Filologia**, Lisboa, Ano 19, Tomo 12, pp. 60-100, 1951.
- CIPM**: Corpus Informatizado do Português Medieval. Disponível em <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em out 2010.
- COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. Validity and Reliability. In: _____. **Research methods in education**. 4 ed. Londres: Routledge, 1994.
- CORNU, Jules (Ed.). Estoria Troyãa: acabada era de mill et quatroçentos et onze annos (1373). In: ASCOLI, G. I. **Miscellanea linguistica**. Torino: Ermanno Loescher, 1901.

- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- DIAS, Augusto E. da S. **Syntaxe histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- FARACO, Carlos A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.
- FÁVERO, Leonor L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. O Processo de Coordenação e Subordinação: uma proposta de revisão. In: CLEMENTE, Elvo; KIRST, Marta Helena Barão (orgs.). **Linguística Aplicada ao ensino do português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- _____; KOCH, Ingedore V. **Linguística Textual**: introdução. São Paulo, Cortez, 1983.
- GALEMBECK, Paulo de T. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Ângela C. S., ALVES, Ieda M.; GOLDSTEIN, Norma S. (orgs.). **I Seminário de filologia e língua portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- _____. A Linguística Textual e seus mais recentes avanços. In: Cadernos do CNLF, v. IX, n. 05, pp. 68-76, 2005.
- GALVÃO, Roberto C. S. Francis Bacon: teoria, método e contribuições para a educação. **Interthesis**, Florianópolis, v. 04, n. 02, jul. 2007. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis>. Acesso em: 03 ago. 2009.
- GEWANDSZNAJDEN, Fernando. **O que é método científico**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.
- HALLIDAY, Michael A. K & HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in english**. London: Longman, 1983 [1976].
- HERCULANO, Alexandre. **Portugalliae Monumenta Historica**: o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum. v. 1. Fasc. 2. Lisboa: Academia Scientiarum, 1867.

- HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Objetiva, 2001.
- ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 2004.
- KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. **Introdução à Lingüística Textual: trajetórias e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LAPA, Manuel R. **Estilística da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- Livro dos ofícios de Marco Tullio Ciceram: o qual tornou em linguagem o infante D. Pedro Duque de Coimbra**. Ed. Crítica segundo Joseph M. Piel. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1948.
- LONGHIN, Sanderleia R. **A gramaticalização da perífrase conjuncional só que**. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- LOPES, Fernão. **Chronica de el-rei D. Pedro I**. Lisboa: Escriptorio, 1895.
- LOPES, Óscar. Sobre a semântica da maneira e da conformidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, VI, 1991, Porto, **Actas do VI...** Lisboa: APL, 1991, pp. 3-21.
- MACAMBIRA, José R. **A estrutura morfo-sintática do Português**. 2 ed. São Paulo: Pioneira. 1974.
- MACHADO, José Barbosa. **Tratado de Confissom**: edição semidiplomática, estudo histórico, informático-lingüístico. 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Lingüística de texto: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, 1983.

- _____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela p.; MACHADO, Anna R; BEZERRA, Maria A (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- _____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MATTOS E SILVA, Rosa V. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa nacional, 1989.
- _____. **O português arcaico**: morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993.
- _____. **O português arcaico**: fonologia. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- MAURER JR., Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- _____. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- METTMANN, Walter (Ed.). **Cantigas de Santa María**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1961.
- MIRA MATEUS, Maria H.; BRITO, Ana M.; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.
- MÓDOLO, Marcelo. A estrutura correlativa aditiva “não só...mas também” de uma perspectiva multissistêmica. **Estudos Lingüísticos** (São Paulo), São Carlos, v. 34, pp. 171-176, 2005.
- NUNES, Joaquim J. **Florilégio da literatura portuguesa arcaica**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.
- _____. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1956.
- _____. **Crestomatia arcaica**. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica: 1959.
- Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V. in **Collecção da legislação antiga e moderna do reino de Portugal**. Parte I. Da Legislação Antiga, 1.I, Coimbra, 1792.

- PAIVA, Dulce. **História da língua portuguesa II: Séc. XV e meados do XVI**. São Paulo: Ática, 1988.
- PARKER, John Morris & COIMBRA, Rosa Lúcia. Halliday & Hasan “à portuguesa”: alguns casos problemáticos. In: Associação Portuguesa de Lingüística. **Actas do Workshop sobre Anáfora**. 1990, pp. 179-187.
- PEREIRA, Gabriel. Trechos portugueses dos séculos XIV e XV. **Boletim da segunda classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa**, v. 5, 1911.
- Regra de S. Bento**. Edição Alcobacense 231. Disponível em: <<http://oficinamssbento.wordpress.com/edicoes/alcobacense-231>> Acesso em: out 2010.
- RIBEIRO, João. **Rudimentos de filologia românica**. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.
- ROCHA, Ana Paula. Gramaticalização da conjunção *mas*: reflexões a partir do modelo de Sweetser (1991). **Domínios de Lingu@Gem**, v. 2, jul-dez 2007.
- ROSA, Maria C. Regimento proueytoso contra ha pestenença: Edição semidiplomática/Edição atualizada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 795-800, set.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n3/11.pdf>>. Acesso em: out 2010.
- SAID ALI, Manoel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SALCES, Cláudia D. de. **Considerações sobre o ensino de coesão textual na escola**. 2000. 209 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SANTANA, Alex Sander A. Os emergentes do idioma. **Revista Língua Portuguesa**. São Paulo, n. 20, pp. 28-32, jun. 2007.
- SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. 17 ed. Porto: Porto Editora, 1996.
- SILVA NETO, Serafim. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- SILVA, Joaquim Carvalho da. **A gramática? Na prática pode ser diferente**. Londrina: EDUEL, 2010.
- _____. **Dicionário da língua portuguesa medieval**. Londrina: EDUEL, 2007.

- SITYA, Celestina V. M. **A Lingüística Textual e a Análise do Discurso**: uma abordagem interdisciplinar. Frederico Westphalen: URI, 1995.
- SPINA, Segismundo. **Presença da literatura portuguesa**: era medieval. 7 ed. São Paulo: DIFEL, s/d.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VASCONCELOS, José L. **Lições de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959a.
- _____. **Textos arcaicos**. Lisboa: Livraria Clássica, 1959b.
- VERCIAL, Clemente S. **Sacraméntals**. Lisboa: por Iohã Pedro de Cremona, 1502.
- VICENTE, Gil. **Obras completas**. Lisboa: Sá da Costa, 1958.
- VILELA, Mário; KOCH, Ingedore G. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

ndice Remissivo

Aqui se encontram os conectores apresentados nas análises do *corpus*. Os números entre parênteses referem-se à ocorrência da análise em que o conector está localizado.

- A fim que (Ha fym que):** final. (135)
- Afora:** contraj. (355)
- A macar que:** contraj. (329)
- A saber:** espec. (413)
- A tal pleito e condiçon que:** cond. (31), (32).
- Ainda (aimda):** conjun. (277)
- Ainda mays (aimda mays/e ajnda mais):** conjun. (277), (278)
- Ainda que (e ajnda que):** conjun. (279)
- Ainda que ... pero:** contraj. (342)
- [e] ainda tam somente ... mas ainda:** conjun. (282)
- Ante (Amtes):** contraj. (320), (322)
- Ante ... que (amte ... que):** compar. (404)
- Antes que (Ante que):** anter. (174), (178), (179), (180), (202)
- Antre tanto:** contin. (237)
- Aque:** pontual. (200)
- Assi:** conseq. (90); conclus. (109); espec. (417)
- Assy ... como (assy ... coma):** disjun. (165); conjun. (286)
- Assy ... que:** conseq. (91)
- Assi como (asi como/assy come/assy como/asy como):** causa. (58); espec. (409), (410), (418); compar. (380); contras. (428); confor. (242), (245); pontual. (198); contin. (231)
- Assi como ... assi (Assy como ... assi):** contras. (430); compar. (385)
- Assy como ... ben assy:** compar. (386)
- Assy como ... e:** conjun. (285)
- Assy como ... outrosy:** compar. (388)
- Assy como ... tal:** compar. (387)
- Assy como se:** compar. (373)
- Assi porque:** causa. (59)

- Assy que:** final. (134)
- Ata quando:** contin. (232)
- Ataa que:** contin. (183), (233)
- Bem como:** compar. (378)
- Bem que:** contraj. (338)
- Ben assy:** compar. (390)
- Ca:** causa. (33), (36), (48); compar. (394); conjun. (290); explic. (361)
- Cada que:** pontual. (193)
- Cada vez que:** pontual. (194)
- Caso que:** cond. (25)
- Certas:** conclus. (118)
- Cõ mingoa de que:** conseq. (95)
- Com condiçõ que:** cond. (28)
- Com quanto:** contraj. (339)
- Com' ... logo:** causa. (72)
- Como aquele que:** causa. (73)
- Como quer que ... e:** contraj. (346)
- Como quer que ... pero:** contraj. (303)
- Como quer que:** contraj. (332)
- Como quer ... empero:** contraj. (340)
- Como se:** compar. (373)
- Como ... assy :** compar. (389)
- Como ... bem assy:** causa. (69)
- Como ... que:** causa. (71)
- Como (come/commo):** causa. (50); disjun. (170); pontual. (197); confor. (240), (243); compar. (369), (370), (371), (376); espec. (416)
- Conven a ssaber (conuẽ a saber):** redef. (434); espec. (411)
- Cõtanto que:** cond. (29).
- [e] davante:** poster. (171), (220)
- De:** causa. (55)
- De guisa que:** final. (140)
- De quanto:** confor. (247)
- De sorte que:** conseq. (84)
- Demais (et demays):** conclus. (108); conjun. (275)
- Depois que (depoys que):** poster. (171), (178), (182), (204), (205)
- Depois que ... enton:** poster. (206)
- Depois, logo acerca:** poster. (216)
- [e] depois (depoys):** poster. (171), (174), (203)
- Des enton:** contin. (236)
- Des quand':** contin. (235)
- Des que ... logo:** poster. (210)
- Des que:** poster. (178), (209); pontual. (191); contin. (234)
- Desi como:** conseq. (94)
- Desi (et desy):** poster. (219); contras. (423)
- Desta guis':** conclus. (105)
- Donde:** conclus. (111)
- E (&):** conjun. (172), (173), (185), (222), (259), (260), (261), (262), (263), (264), (265), (266), (272); conseq. (92); contraj. (297), (299), (307), (325); contras. (427); disjun. (168), (169); espec. (414); explic. (367)
- E ou:** disjun. (159)
- E ... entam:** cond. (26)
- E ... pore:** contraj. (317)
- Em como (en como):** confor. (253); compar. (377)

- Em como quer que (e en como quer que):** contraj. (333)
- [e] em fim:** poster. (224)
- Em guisa como:** final. (138)
- Em guisa que:** (136)
- Em maneira que:** final. (141)
- Em modo que:** conseq. (83)
- Em tal guisa que:** final. (120), (137)
- Em tal maneira que (Em tall maneyra que:** conseq. (87); final. (142)
- Em tal maneyra ... que (en tal maneyra ... que):** conseq. (88)
- Em tal que (en tal que):** final. (145)
- Em tanto ... que:** conseq. (86)
- Em tanto que:** conseq. (85)
- Em (e em):** contin. (238); pontual. (201)
- Empero (ẽpero):** contraj. (304), (311), (335)
- Empero que (enpero que):** contraj. (312), (334)
- Emperol:** contraj. (316)
- Emque (en que):** contraj. (337); final. (146)
- [e] enton (e entõ/entam/emtom):** conseq. (93); conclus. (114); poster. (184), (221). **E ... entam:** cond. (26)
- En como quer que ... pero:** contraj. (341)
- En ... meesma guysa que:** confor. (256)
- Enquanto (Em quanto):** causa. (53); pontual. (177), (195); contin. (225)
- Er:** conjun. (291)
- Ergo se:** cond. (17).
- Ergo:** conclus. (112)
- Exemplo:** espec. (421), (422)
- [e] finalmente:** poster. (223)
- Inda que:** contraj. (326)
- Inda ... com quanto:** contraj. (347)
- Isso meesmo (& ysso meesmo):** conjun. (274)
- Item:** conjun. (288)
- Já:** contras. (431)
- Logo quando quer que:** pontual. (189)
- Logo que:** poster. (217)
- Logo:** conclus. (117); poster. (213)
- Macar que:** contraj. (229)
- Macar:** contraj. (328)
- Mais ainda:** conjun. (280)
- Mais que (Mays do que):** compar. (397), (398)
- Mais ... que (mais ... ca):** conseq. (82); compar. (374), (399)
- Mas enpero ... ante:** contraj. (348)
- Mas pero:** contraj. (319)
- Mas ... porém:** contraj. (318)
- Mas (mais/e mais/mays):** contraj. (295), (296), (298), (300), (301), (305), (306), (323), (324); conjun. (283), (284)
- Mayor que:** compar. (401)
- Mays antes:** contraj. (321)
- Mays pero:** contraj. (309)

- Menos ... que:** compar. (395), (403)
- Mentre que:** contin. (227)
- Mentre:** contin. (226)
- Meor ... que:** compar. (375)
- Milhor ... que:** compar. (402)
- Moor ca:** compar. (400)
- Não embargando que ... porém:**
contraj. (345)
- Nem (nĩ/nen):** conjun. (267), (268),
(269), (270); disjun. (150)
- Nem menos:** conjun. (271)
- Nem perventura (nẽ perventura):**
final. (147)
- Nem que:** contraj. (336)
- Nem ... nem (nẽ ... nẽ):** disjun. (164)
- [e] nisto:** poster. (218)
- No que:** pontual. (196)
- No spaço que:** contin. (239)
- Nom embargando que:** contraj. (302)
- Nom embargante que ... enpero:**
contraj. (343)
- Nom embargante que ... pero:**
contraj. (344)
- Nom sollamête ... mas ajnda (e nõ
sollamête ... mas ajnda):** conjun.
(281)
- O que:** causa. (44)
- Onde enton:** conclus. (116)
- Onde:** conclus. (110); confor. (258)
- Ou ao menos:** disjun. (160)
- Ou:** disjun. (148), (149), (151), (152),
(153), (154), (155), (156), (157),
(158), (161); conjun. (289); disj.
arg. (292); redef. (432), (433). **E
ou:** disjun. (159)
- Outro sim:** conjun. (273)
- Para ... que:** final. (132)
- Para:** final. (127)
- Pello comtrayro:** contras. (424)
- Per como:** confor. (248)
- [e] per conseguinte:** conclus. (103)
- [e] per esta guisa:** conclus. (104)
- Per guisa que (Pella guísa que):**
final. (139); confor. (257)
- Per quant':** confor. (244), (249)
- Per que:** final. (129)
- Per tal preyto que:** final. (143)
- Per:** final. (126)
- Pera que:** final. (131)
- Pera:** final. (128)
- Perem:** contraj. (314)
- Pero que:** contraj. (331)
- Pero (e pero):** causa. (49); conclus.
(106); contraj. (297), (308), (310),
(330)
- Perol:** contraj. (315)
- Pois (poys):** causa. (34), (51); explic.
(363), (366); conclus. (107), (113);
poster. (207)
- Pois que ... enton:** poster. (208)
- Pois que:** causa. (52); explic. (357),
(364)
- Pois ... muito menos:** causa. (68)
- Pois ... quando mais:** causa. (67)
- Pois ... que:** causa. (66)
- Pola qual cousa:** conclus. (102)
- Por aquesto:** conclus. (99)

- Por isto:** conclus. (98)
- Por quanto por que ... asy:** causa. (57)
- Por quanto ... portanto:** causa. (61)
- Por quanto ... que bem assy:** causa. (63)
- Por que ... porem:** causa. (56)
- Por que (et por que/ porque):** final. (123), (130); explic. (358), (359), (368); causa. (35), (46); contras. (429); espec. (415)
- Por tal que (por tall que):** final. (122), (144)
- [e] por tanto:** conclus. (101)
- [e] por todo esto:** conclus. (100)
- Por ventura:** disj. arg. (294)
- Por ... assy:** causa. (60)
- Por ... que:** contraj. (350)
- Por:** causa. (33), (45); final. (125)
- Porém (e porem):** contraj. (33), (313); conclus. (97). **E ... porem:** contraj. (317)
- Porem enton (e poren enton):** conclus. (115)
- Porende (poremde):** conclus. (40), (96)
- Porquanto:** causa. (47)
- Porque ... assi:** compar. (391)
- Porque ... por esso:** causa. (55)
- Posto que ... antes:** contraj. (349)
- Posto que:** contraj. (327)
- Qua per uëtura:** cond. (23)
- Qua:** explic. (360)
- Quando ... j':** pontual. (187)
- Quando ... logo:** poster. (214)
- Quando:** cond. (24); pontual. (175), (176), (181), (186)
- Quando ... emtam (Quando ... entam):** cond. (15), pontual.(188)
- Quanto mais ... tanto ... mais:** contin. (229)
- Quanto mais:** cond. (27); confor. (250)
- Quanto ... mais ainda:** compar. (405)
- Quanto ... mais, tanto mais:** contin. (228)
- Quanto ... mais ... tanto ... mais:** causa. (64)
- Quanto ... meos ... tanto ... meos:** causa. (65)
- Quanto ... tão (Quant' ... tanto):** confor. (251); causa. (62)
- Que ... que:** disjun. (163)
- Que:** causa. (43); conseq. (89); contras. (425); explic. (362); explic. (365); final. (119), (121), (122), (124); pontual. (190)
- Quejando:** confor. (252)
- Quer dizer:** redef. (435)
- Quer ... quer:** disjun. (162)
- Saluando que:** contraj. (353)
- Saluo sse...ca entõçes:** cond. (14).
- Salvo que:** contraj. (352)
- Salvos nega se:** cond. (16).
- Scilicet (s.):** espec. (408), (412); redef. (436)
- Se (sse):** cond. (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (10); causa. (74), (75); compar. (393)

- Se non (se nō):** disjun. (167); disj. arg. (293)
- Se per uentura ... ameos (sse per uentura ... ameos):** cond. (21).
- Se per ventura (sse per ventura):** (20).
- Se ... [e] estonce:** (12), (13).
- Se ... empero (si ... empero):** cond. (19).
- Se ... enton:** cond. (11).
- Se ... logo:** cond. (18).
- Se ... per ventura:** cond. (22)
- Se ... quanto mays (sse ... quanto mays):** compar. (406)
- Segundo come ... ben assi (segundo como ... bem asi):** compar. (369); (384); causa. (70)
- Segundo que:** confor. (241)
- Segundo:** confor. (246); contras. (426)
- Senão:** contraj. (351), (354)
- [e] sobre todo:** conjun. (276)
- Sol que:** pontual. (192)
- Tal come:** compar. (369)
- Tal ... come (tal ... como):** compar. (382); espec. (420); confor. (254)
- Tal ... qual:** compar. (392); confor. (255)
- Tal ... que:** conseq. (33), (42); conseq. (78)
- Tam azynha como:** pontual. (199)
- Tam taste que ... logo (tan taste que ... logo):** poster. (215)
- Tam ... ca (tan ... ca):** conseq. (80)
- Tam ... como (tã ... como/tan ... come):** compar. (369), (372), (383), (396); conjun. (286)
- Tam ... que (tã ... que):** conseq. (33), (37), (39), (41)
- Tam ... tam (tan ... tan):** causa. (77)
- Tamanho ... que:** conseq. (81)
- [e] tambem:** conjun. (274)
- Tamben ... come (tãben ... come):** conjun. (287)
- Tanto que ... logo:** poster. (212)
- Tanto:** causa. (76)
- Tanto como:** compar. (379); contin. (230)
- Tanto que:** cond. (30); poster. (211)
- Tanto ... come:** compar. (381)
- Tanto ... que:** compar. (407); conseq. (38), (39), (79)
- Tiramdo:** contraj. (356)
- Vel:** disjun. (166)
- Verbi gracia:** espec. (419)